

**ISABEL CRISTIANE JERÔNIMO**

**O LÉXICO DO PRECONCEITO NO DISCURSO JORNALÍSTICO**

**Assis  
2007**

ISABEL CRISTIANE JERÔNIMO

O LÉXICO DO PRECONCEITO NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras  
de Assis–UNESP–Universidade Estadual Paulista  
para a obtenção do título de Doutor em Letras (Área  
de Conhecimento: Filologia e Linguística  
Portuguesa)

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Antonieta Laface

ASSIS  
2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Jerônimo, Isabel Cristiane  
J56l O léxico do preconceito no discurso jornalístico / Isabel Cristiane Jerônimo. Assis, 2007  
169 f.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis-  
Universidade Estadual Paulista.

1. Lexicologia. 2. Negros. 3. Ideologia. 4. Cultura. I. Título.

**CDD 401.4**

306



**ISABEL CRISTIANE JERÔNIMO**

**O LÉXICO DO PRECONCEITO NO DISCURSO JORNALÍSTICO**

**COMISSÃO JULGADORA**

**TESE PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR**

**PRESIDENTE E ORIENTADORA: Profa Dra. Antonieta Laface – UNESP/Assis**

**2º EXAMINADORA: Profa Dra Maria Vicentina de P. Amaral Dick – USP/ S. Paulo**

**3º EXAMINADORA: Profa. Dra. Jeni Silva Turazza- PUC/ S. Paulo**

**4º EXAMINADORA: Profa.Dra. Maria Cecília Zanon- UNESP/Assis**

**5º EXAMINADORA: Profa. Dra. Maria do Rosário G. Lima da Silva- UNSP/ Assis**

**ASSIS, 16 de fevereiro.de 2007**

A minha mãe, Terezinha, pelo incentivo constante em todos os momentos da pesquisa.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, fonte de inspiração e de amparo em todo o processo que envolveu esta tese.

A minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>.Antonieta Laface pela paciência, estímulo e rigor durante os quatro anos de pesquisa.

Às doutoras que constituem a Comissão julgadora, pela disponibilidade e empenho dispensados.

Aos meus amigos Rogério Amaral, Valéria Olímpio e Andréia Ricci, pelo auxílio na confecção dos resumos em língua estrangeira.

JERÔNIMO, Isabel Cristiane. **O léxico do preconceito no discurso jornalístico**. 2007, 169 p. Tese (Doutorado em Letras) Faculdade de Ciências e Letras- Campus de Assis- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

## RESUMO

Envolvida pelo contexto social, histórico e ideológico, a palavra configura-se como principal elemento inserido no discurso, capaz de expressar as concepções acerca da realidade construídas por um determinado grupo. Assim, a seleção lexical empreendida por um enunciador na construção de seu discurso, produz sentidos que são reafirmados ou não ao longo da história de uma sociedade. Esses sentidos dependem da visão que ele faz de si mesmo e do seu interlocutor, da imagem que constrói daquele de quem fala e das exigências sociais, ideológicas e culturais a que está exposto em sua comunidade. O presente trabalho aborda o papel do léxico no discurso do preconceito de cor nas conflituosas relações entre negros e não-negros na sociedade brasileira. Utilizando como corpus de análise os jornais *A Província de S. Paulo* (1875) e o caderno especial da *Folha de S. Paulo*, *Racismo cordial*, de 1995, temos como objetivo analisar de que forma as representações sociais acerca do negro, veiculadas pelos jornais, modificaram-se ou não ao longo do tempo, levando-se em conta as relações interdiscursivas.

Palavras-chave: léxico, discurso, preconceito de cor, negros, não-negros, ideologia, cultura

JERÔNIMO, Isabel Cristiane. **The lexicon of the prejudice in the journalistic discourse.** 2007, 169 p. Tese (Doutorado em Letras) Faculdade de Ciências e Letras- Campus de Assis-Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

#### ABSTRACT

Involved by the social, historical and ideological context, the word characterizes as the main element inserted on the discourse, it is able to mean the conceptions of the reality constructed by a determined group. This way, the lexical selection made by the speaker, when elaborating his discourse, produces meanings which are reassured or not along the history of society. These meanings depend on the way he sees himself and his interlocutor, the image he constructs of the one who speaks and the social, ideological and cultural demands he is exposed to in his community. This paper is about the functions of the lexicon in the discourse about color prejudice on the conflictual relations between the negroes and non-negroes in the brazilian society. Making use of the newspapers *A Província de São Paulo* (1875) and the special edition from *Folha de S. Paulo, Racismo Cordial*, from 1995, as corpus of analysis, we aim to analyse if the way the social representation about the negro propagated by the newspaper changed or not along the way, considering the interdiscursive relations.

Key words: lexicon, discourse, color prejudice, negroes, non-negroes, ideology, culture.

## SUMÁRIO

|                    |    |
|--------------------|----|
| 0. Introdução..... | 12 |
|--------------------|----|

### **CAPÍTULO I - PANORAMA DA TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL**

|                                                       |    |
|-------------------------------------------------------|----|
| 1. Contextualização histórica.....                    | 15 |
| 1.1. A chegada do negro no Brasil e a escravidão..... | 16 |
| 1.2. A necessidade de um país branco.....             | 22 |
| 1.3. Brasil: o país da democracia social.....         | 25 |
| 1.4. A caminho de uma mudança (1945-1988).....        | 29 |
| 1.5. A situação atual do negro no Brasil.....         | 33 |

### **CAPÍTULO II- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

|                                                                                                  |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.1. Signo ideológico, objetividade e subjetividade na linguagem jornalística.....               | 37 |
| 2.2. Fundamentos teóricos: léxico, sentido e discurso.....                                       | 40 |
| 2.2.1. Léxico, vocabulário e lexis.....                                                          | 40 |
| 2.2.2. Campo lexical e campo semântico.....                                                      | 43 |
| 2.2.3. Razões da mudança de significado e fontes das tonalidades emotivas<br>do significado..... | 46 |
| 2.2.3.1. Fatores que atuam na mudança semântica.....                                             | 46 |
| 2.2.3.2. Fontes das tonalidades emotivas do significado.....                                     | 47 |
| 2.2.4. Algumas considerações sobre a Análise de discurso.....                                    | 48 |

### **CAPÍTULO III- METODOLOGIA DE PESQUISA**

|                                                      |    |
|------------------------------------------------------|----|
| 3.1. Constituição do <i>corpus</i> .....             | 57 |
| 3.1.1. O jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .....       | 57 |
| 3.1.2. O jornal <i>A Província de S. Paulo</i> ..... | 60 |
| 3.2. Procedimentos de análise.....                   | 66 |

|                               |    |
|-------------------------------|----|
| 3.3. Passos para análise..... | 67 |
|-------------------------------|----|

## **CAPÍTULO IV- ANÁLISE DO CORPUS**

### **4.1. O léxico em *A Província de S. Paulo***

|                                                                                             |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 4.1.1 Textos pertencentes ao grupo 1: O negro coisa, mercadoria, não humano.....            | 68 |
| 4.1.2. Textos pertencentes ao grupo 2: O negro violento, assassino, perigoso.....           | 76 |
| 4.1.3. Textos pertencentes ao grupo 3: O negro aberração, exótico,diferente.....            | 81 |
| 4.1.4. Textos pertencentes ao grupo 4: O negro fujão, burlador de regras estabelecidas..... | 84 |
| 4.1.5. Textos pertencentes ao grupo 5: O negro naturalmente escravo.....                    | 87 |

### **4.2. O léxico em *Racismo Cordial***

|                                                        |     |
|--------------------------------------------------------|-----|
| 4.2.1. Racismo cordial.....                            | 97  |
| 4.2.2. Preconceito de cor/preconceito racial.....      | 98  |
| 4.2.3. Não-negros.....                                 | 98  |
| 4.2.4. Negro/ Negra.....                               | 99  |
| 4.2.5. Pardo.....                                      | 102 |
| 4.2.6. Moreno (claro/escuro).....                      | 103 |
| 4.2.7. Preto/Preta.....                                | 105 |
| 4.2.8. Marrom-bombom.....                              | 107 |
| 4.2.9. Crioulo.....                                    | 108 |
| 4.2.10. Mulato/Mulata.....                             | 109 |
| 4.2.11.Escurinho/Escurinha.....                        | 110 |
| 4.2.12.Anomalia estatística.....                       | 111 |
| 4.2.13. Único.....                                     | 111 |
| 4.2.14. Negro mais intelectualizado.....               | 111 |
| 4.2.15. Enganchar.....                                 | 113 |
| 4.2.16. Auto-preconceito/preconceito intra-racial..... | 113 |

|                                                            |     |
|------------------------------------------------------------|-----|
| 4.2.17. Inferiorizados/inferior.....                       | 113 |
| 4.2.18. Clarear o departamento.....                        | 115 |
| 4.2.19. Racismo/Discriminação racial.....                  | 116 |
| 4.2.20. Racistas/Intolerantes raciais/Preconceituosos..... | 118 |
| 4.3. Resultados obtidos.....                               | 120 |
| 5. Considerações finais.....                               | 138 |
| Bibliografia .....                                         | 141 |
| Anexos.....                                                | 146 |
| <i>A Província de S. Paulo</i> .....                       | 147 |
| <i>Racismo Cordial</i> .....                               | 154 |

## 0. INTRODUÇÃO

Os valores culturais de uma sociedade são refletidos pela linguagem, fato que nos faz pensar no poder da palavra, a qual serve não só para transmitir, mas para reforçar valores. É por meio de seus empregos no discurso que a palavra se define. Nesta interação, temos um enunciador que age sobre um interlocutor, ambos participantes de um contexto sócio-histórico e ideológico e possuidores de motivações particulares as quais, ao serem colocadas em ação pela linguagem, evocam uma opinião sobre o mundo. Nossa pesquisa pretende estabelecer relações entre léxico e discurso abordando um tema instigante em nossa sociedade: o preconceito de cor em relação ao negro brasileiro inserido no contexto da mídia impressa.

O léxico de uma língua mantém íntima relação com a história cultural e social da comunidade em que é empregado. Por meio dele, identificamos as idiossincrasias presentes no grupo social, já que esse nível da língua deixa transparecer, de um modo mais nítido, os valores, preconceitos, crenças e posições dos interlocutores. Tendo em vista que o discurso é concomitantemente lingüístico e histórico, visamos fazer um estudo que envolve a ideologia veiculada acerca da imagem do negro brasileiro pela mídia impressa, mais especificamente em textos colhidos nos jornais *A Província de São Paulo* (1875-1887) e *Folha de S. Paulo* (1995), discursos produzidos em diferentes épocas, com o intuito de observarmos a forma como as relações interétnicas se constituem e evoluem no tempo.

O Brasil é visto, a partir da ótica de um discurso dominante, como um país “democrático” no que tange às questões raciais. Será mesmo? Antes da Abolição da escravatura, por exemplo, essas relações se davam, por meio do jornal, de um modo bastante explícito e as diferenças eram manifestadas lingüisticamente por um enunciador advindo da elite que se julgava racialmente superior, criando uma imagem do negro como mercadoria, animal sem alma. Aliás, a visão que aquele que enuncia faz de si mesmo é fundamental na elaboração do discurso do preconceito porque é a partir dela que as crenças implícitas que ele carrega serão manifestadas em determinado contexto.

Atualmente, com o mito da democracia racial ainda em voga, a imagem do negro expressa pelo jornal teria sido modificada ou ainda haveria uma divulgação negativa da imagem

dessa etnia por meio do discurso e do léxico presentes nesse tipo de mídia impressa? De que forma o jornal divulga a imagem do negro antes da abolição e atualmente? A construção atual auxilia na formação de uma imagem positiva ou ainda estereotipada e preconceituosa, numa sociedade em que se mantém o conceito de raça?

De acordo com Mikhail Bakhtin (2002), o signo reflete e refrata uma outra realidade. O que nos interessa descobrir é, justamente, como o léxico, inserido no discurso, reflete a realidade em transformação, já que a seleção lexical empreendida pelo produtor do discurso revela a identidade de um grupo social; por isso, escolhemos jornais de períodos diferentes, valorizando a passagem do tempo para verificarmos como novos sentidos são construídos e como velhas concepções são reafirmadas pelo léxico. As palavras são propagadoras de ideologias e, segundo o mesmo autor, elas são capazes de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. Para alcançarmos nossos objetivos, pretendemos aliar alguns princípios como historicidade, sociedade e ideologia a uma abordagem da língua em seu aspecto discursivo, já que é a partir dessa fusão que poderemos estabelecer o funcionamento das relações entre negros, não-negros e brancos em nossa sociedade pela linguagem.

Nosso *corpus* de análise é o jornal, meio de comunicação coletiva pelo qual o público participa da vida social, direta ou indiretamente, e instrumento ideológico capaz de auxiliar a manutenção ou a quebra de preconceitos na sociedade. Uma das características dos textos jornalísticos propagada como virtude é a objetividade, ou seja, uma rigorosa imparcialidade, um pensamento sem julgamento de valor na elaboração da notícia; contudo, tal conceito nem sempre foi colocado em prática. No jornalismo brasileiro, no período de transição para o século XX, tal noção era sequer discutida, reflexão que ocorreu apenas a partir de 1940. A passagem da subjetividade inflamada dos primeiros exemplares para a pretensa objetividade também é um aspecto importante a ser observado. Seriam os enunciadores tão imparciais a ponto de conseguir exterminar estereótipos em relação ao negro nessa evolução?

O jornalismo é uma forma de comunicação capaz de reproduzir o pensamento da sociedade de uma época, retratando a percepção humana da realidade por meio da palavra, a qual atualiza seu sentido a partir de mudanças sociais num dado momento histórico. O pensamento social brasileiro evoluiu de tal forma que do século XIX para o final do XX a sociedade não-negra, e mesmo a negra, em relação a si mesma, teria se libertado do

preconceito? Ou ainda as máscaras sociais estão presentes e quando caem, as palavras revelam um dizer não mais esperado socialmente? De que forma isso ocorre ou já não ocorre mais?

Assim, temos como objetivo geral de nosso trabalho resgatar histórica e ideologicamente a imagem do negro brasileiro veiculada pela mídia impressa em diferentes épocas, com o intuito de refletirmos acerca das relações sociais interétnicas estabelecidas pela linguagem. Como objetivo específico, pretendemos analisar, por meio de uma perspectiva léxico-discursiva, como o tema *discriminação*, em relação ao negro, é veiculado em textos jornalísticos impressos produzidos em dois períodos da História de nosso país.

Para alcançarmos nossos objetivos, estruturamos nossa pesquisa em quatro capítulos: para fazermos um estudo lingüístico-discursivo sobre o preconceito em relação ao negro veiculado pela mídia impressa é preciso, primeiramente, tecermos uma breve contextualização histórica da chegada do elemento negro ao Brasil com o fito de resgatarmos, posteriormente, as raízes da discriminação racial no país atualmente. Não é possível interpretar o presente sem termos em mente o passado que nos forma. Esse é nosso primeiro capítulo, o qual também apresenta os aspectos sociológicos envolvidos na trajetória do negro no país no período proposto para estudo. O segundo momento traz a fundamentação teórica em que nos basearemos para procedermos à análise; nesse capítulo, procuramos fazer as primeiras relações de nosso *corpus* com as informações teóricas, as quais dizem respeito à Lexicologia e à Análise de discurso.

O terceiro capítulo trata da metodologia utilizada para a pesquisa. Primeiramente, apresentamos informações sobre o *corpus* e sua constituição, as linhas editoriais que regem os periódicos, o contexto em que foram criados, bem como os nossos procedimentos e passos para a análise. O quarto momento refere-se à análise propriamente dita, dividida em duas partes, já que nosso material é composto por textos jornalísticos produzidos no período de 1875-1888 e pelo caderno veiculado em 1995; finalizadas as análises, informamos os resultados obtidos. Por último, as considerações finais seguidas das referências bibliográficas e dos anexos.

## CAPÍTULO I

### PANORAMA DA TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

#### I. Contextualização histórica

O resgate do passado é fundamental para compreendermos a construção da imagem do negro veiculada pela mídia impressa contemporânea. Como não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico, os periódicos são co-responsáveis pela criação, manutenção ou quebra de estereótipos e preconceitos relacionados aos negros, já que sua linguagem apresenta características peculiares ligadas a compromissos ideológicos.

Para fazermos um estudo lingüístico-discursivo sobre a imagem do negro veiculada em diferentes períodos pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Província de S. Paulo*<sup>1</sup> é preciso, então, tecermos uma breve contextualização histórica acerca da chegada do elemento negro ao Brasil e de sua condição escrava, além de abordarmos, do ponto de vista sócio-histórico-ideológico, a situação do negro no período pós-abolição, as teorias científicas que vigoravam no período para justificar a “inferioridade” negra, bem como a necessidade de branqueamento da população propagada por alguns teóricos como meio de evolução da nação. Faz-se também necessário apresentarmos a situação atual do negro no país, aclamado como uma gigantesca democracia racial.

Evidentemente, a situação do negro mudou desde a escravatura até a atualidade, mas algumas formas de opressão ainda persistem, sob um enfoque renovado, em um outro contexto que pode ser tão perverso quanto o primeiro. A formação da sociedade brasileira e a presença do negro no país estão interligadas histórica e socialmente. O negro e seus descendentes contribuíram com sua força de trabalho durante quase quatro séculos de escravidão, construíram

---

<sup>1</sup> O jornal *A Província de S. Paulo* receberá a denominação *O Estado de S. Paulo* após a Proclamação da República.

a economia brasileira e foram banidos da possibilidade de participar das riquezas que geravam. É o que veremos nas páginas seguintes.

### **1.1. A chegada do negro ao Brasil e a escravidão**

A vinda dos negros ao Brasil ocorreu no século XVI. Foram trazidos como escravos traficados em um tipo de comércio que se desenvolveu na América até o século XVIII. Constituíram a parcela da população responsável pelas tarefas mais pesadas e eram considerados seres sub-humanos.

As razões da opção pelo escravo africano foram muitas, segundo o historiador Boris Fausto (1995). Os índios que aqui se encontravam, devido a sua cultura, não se adaptaram ao trabalho metódico e sistemático da lavoura canavieira imposto pelos europeus. Faziam somente o necessário para sobreviver em seu habitat já que tinham ao alcance peixes, frutas e animais em abundância. Estavam voltados para seus rituais religiosos e celebrações de guerra. Dessa forma, os colonizadores, que já conheciam as habilidades de trabalho do negro e sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico, substituíram o nativo pelo negro, o qual apresentava uma capacidade de produção muito superior a do indígena. Era consensual a idéia de que um negro era capaz de trabalhar por quatro indígenas.

De acordo com Boris Fausto (1995, p.51), “os africanos foram trazidos do chamado continente negro para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. [...] estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria do sexo masculino”. Advinham de várias regiões, dependendo da organização do tráfico e das condições locais da África. Provinham de muitas tribos ou reinos, com suas culturas próprias. Além dos dois grandes ramos étnicos, os Sudaneses (África ocidental, Sudão e norte do Golfo da Guiné) e os Bantos (da África Equatorial e tropical, parte do Golfo da Guiné, Congo, Angola e Moçambique), não se pode deixar de lado os iorubas, jejes, tapas, hauças, entre os sudaneses; e os angolas, bengalas, monjolos, moçambiques, entre os bantos. De acordo com Chiavenato:

Na África Negra, ao contrário do que afirmavam os historiadores racistas, não predominavam tribos primitivas, de cultura rudimentar. Vários povos, em diversas regiões tinham culturas até mais evoluídas que as européias, em

muitos aspectos. Os preconceitos e o racismo ideológico repetidos ao longo de quinhentos anos fazem parecer absurda essa afirmação. (CHIAVENATO, 1999, p.26)

A travessia pelo Atlântico era penosa e precária. Um navio transportava de 300 a 500 negros. Cerca de 40% morria na viagem e os que chegavam tinham a saúde bastante abalada. Vinham marcados a ferro, como animais ou acorrentados em dupla. Devido a tais condições sofriam de banzo, uma mistura de revolta, nostalgia e saudades da terra natal. Ao contrário dos índios, os negros estavam longe de casa, em um território desconhecido, afastados de suas raízes o que dificultava, e muito, uma resistência ainda maior que desorganizasse o tipo de trabalho a que eram submetidos. Dessa forma, eram obrigados a adaptarem-se a ele.

Todos os envolvidos na manutenção do sistema colonial eram favoráveis ao tráfico negreiro. Juízes recebiam comissão para liberar cargas de escravos que eram ilegalmente desembarcados. A Marinha, que deveria reprimir tal prática, era um setor conivente com o tráfico. Estavam também envolvidos políticos, militares e outros segmentos que primavam pela manutenção do sistema e conviviam explicitamente com os traficantes. A igreja católica apoiou a escravidão, justificando-a como um meio de “salvar as almas dos escravos” por meio do sofrimento e do batismo. A ordem dos beneditinos, por exemplo, era grande proprietária de escravos.

Como argumentos para justificar a escravidão africana, prática extremamente lucrativa, afirmava-se que esse era um tipo de instituição já existente na África e apenas transportavam-se os cativos ao mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pela verdadeira religião. O negro, além disso, era considerado um ser racialmente inferior, não tinha nenhum tipo de direito, visto que era considerado uma coisa e não uma pessoa. Seu valor media-se pelos músculos, pela idade, pelos dentes, pelo sexo, pela saúde; não se compravam negros nas transações comerciais, compravam-se “peças”.

As condições de trabalho eram as piores possíveis. Quanto mais melhorava a comercialização de açúcar, café ou algodão, mais se exigia dos escravos e menos se lhes dava, já que eram vistos como investimentos. De acordo com Chiavenato, os escravos

[...] trabalhavam 12 horas por dia no campo, com um pequeno intervalo para o almoço. Depois eram explorados por mais quatro ou seis horas. Iam do campo às olarias da fazenda para amassar barro com os pés, fabricar telhas e tijolos.

Ou trabalhavam nos moinhos, onde fabricavam farinha de mandioca. Ou ainda cortavam lenha, consertavam a casa grande etc. às vezes até a meia-noite. Dessa forma ficavam sonolentos, caíam entre as moendas ao jogarem a cana e seus braços eram engolidos pelos cilindros (CHIAVENATO, 1995, p.45)

Muitas vezes, os negros comiam terra devido a sua deficiência alimentar ou na tentativa de suicidar-se. Muitos senhores não alimentavam seus escravos, fazendo os mesmos plantarem o de comer em pequenos roçados. Quando eram alimentados, a comida era jogada ao chão e, nessa luta, os mais ágeis conseguiam alimento misturado a terra.

Os castigos constantes faziam parte de uma pedagogia que tinha como objetivo subjugar o negro moral e fisicamente, reforçando no escravo uma imagem negativa de si mesmo e de sua etnia. Conforme a falta cometida pelo escravo havia um tipo de punição e de tortura. Os principais instrumentos para essa prática eram as correntes, o tronco, o pelourinho, o vira-mundo, as máscaras, os ferros para marcá-los, as placas de ferro com inscrições infamantes. Os escravos fugidos tinham um F marcado em suas testas com ferro quente e, se fossem reincidentes, tinham suas orelhas amputadas. O suicídio do negro era visto pela classe dominante como um ato de preguiça, uma forma para fugir do trabalho que lhe era destinado.

A escrava negra, como se não fossem suficientes os maus tratos sofridos, ainda passava por humilhações de cunho sexual, pois devia servir sexualmente ao seu senhor. Era aquela com a qual se podia fazer todas as coisas, exceto casar-se. Os senhores e os seus filhos usavam-nas para satisfazerem suas depravações e, não raro, suas atitudes de sadismo. Além disso, a sífilis, doença trazida pelos europeus ao Brasil, era disseminada às escravas, as quais, obviamente, eram acusadas do contrário. Quando engravidavam, as “crias” das negras eram mortas já que não era vantajoso para os senhores cuidar de um bebê até que alcançasse a idade em que se tornaria uma força de trabalho. Alguns senhores nem permitiam que elas prosseguissem com a gravidez, sendo obrigadas a abortar assim que descobrissem que estavam prenhes.

Desta forma, a teoria de que a mestiçagem seria um fator comprobatório de convívio étnico pacífico em nossa sociedade, propagada por alguns historiadores, não passava de mais uma violência, refletindo o poder da classe dominante branca em usufruir das escravas negras, oprimidas.

No que se refere à divisão social, a classe que ocupava o topo da pirâmide era a que possuía “pureza de sangue”. Os considerados impuros eram os cristãos-novos (judeus), os negros, mesmo quando livres, os índios e as várias espécies de mestiços. Não podiam ocupar

cargos de governo, receber títulos de nobreza, participar de irmandades de prestígio etc. Os escravos não eram considerados humanos, eram não-pessoas como fora dito anteriormente. Para manter a estrutura social escravista, mecanismos ideológicos de repressão eram adotados. Por um lado, o negro deveria ser mantido no espaço social que lhe era permitido. Entretanto, ele se opunha a isso de modo ativo. Dessa forma, sedimentou-se a figura do escravo como um ser irracional, com atitudes de rebeldia que se caracterizavam como uma espécie de patologia social e biológica.

Muitos historiadores deixam de lado o aspecto da luta do escravo contra a sua condição social, política e econômica. Contudo, o negro criou mecanismos de resistência adotando um posicionamento social de contestação, já que era o gerador das riquezas no país, ao mesmo tempo em que era banido do proveito dessas riquezas. Tal resistência era expressa pelas fugas em massa e pelas agressões contra os senhores, movimento denominado quilombagem. Segundo Clóvis Moura:

A quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Somente a violência por isto, poderá consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos rebeldes; de outro, os seus senhores e o aparelho de repressão a essa rebeldia [...]. Dessa forma, o quilombo é o centro organizacional das quilombagem.(MOURA, 1992, p.23)

Os quilombos, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas, são exemplos de tal resistência. O mais importante deles foi o de Palmares, liderado por Zumbi que exercia a função de comandante-chefe da comunidade. Situava-se na região que hoje corresponde em parte ao estado de Alagoas e possuía vários milhares de habitantes. Foi formado no início do século XVII, resistiu aos ataques de portugueses e holandeses por quase cem anos. Sob o comando do bandeirante Domingos Jorge Velho, foi destruído em 1695.

O tráfico negreiro foi extinto em 1850, por influência da Inglaterra que tinha interesses comerciais no término de tal prática. Para os britânicos, o trabalho assalariado faria com que o consumo de seus produtos aumentasse. Além disso, desejavam o fim do tráfico para prejudicar o plantio de cana-de-açúcar no Brasil, anulando a concorrência do açúcar brasileiro com o

produzido em suas colônias. Assim, o tráfico internacional terminara, mas não a escravidão. O comércio interno continuava com o contrabando de escravos de uma região para outra do país, triplicando o valor dos escravos.

Antes da Abolição da escravatura, houve leis para a libertação dos filhos de mãe escrava (Lei do Ventre Livre, 1871) e para os escravos com mais de 65 anos (Lei do Sexagenário ou Saraiva Cotegipe, 1885). Essa lei, aliás, era um bom negócio para os senhores, já que não precisavam alimentar os velhos escravos que quase não produziam mais nada.

A partir da década de 1880, o movimento abolicionista ganhou força com a aparição de associações, jornais e o avanço da propaganda. De acordo com Chiavenato, (1999, p.111) “as primeiras manifestações em favor do abolicionismo partiram das classes dominantes. O abolicionismo foi o instrumento dessas classes para a busca de vantagens nas mudanças do sistema de trabalho, não se preocupando com o destino dos escravos”. Joaquim Nabuco destacou-se por ser um abolicionista oriundo da elite. Sua atitude libertária, contudo, foi seguida de um intenso desejo de branquear a nação, desejo compartilhado por Rui Barbosa e Euclides da Cunha.

Entre os negros e mestiços, de origem humilde, os mais conhecidos abolicionistas são José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama, um dos raros comprometidos realmente com a causa que defendia visto que não só assumia sua condição negra, lutando contra os ideais de branqueamento da sociedade, como ironizava os que procediam de outra forma. Na literatura, autores como Machado de Assis, com ascendência negra, deixaram em segundo plano a questão do negro e da escravidão. Em suas obras tratava dos brancos e seus dramas e, vez por outra, inseria os negros em suas histórias sempre na posição que se esperava que um negro aparecesse na época: coadjuvantes, boçais, sofridos, resignados.

Em 1888 foi promulgada a Lei Áurea, de apenas dois artigos:

“Art.1º - É declarada extinta a escravidão no Brasil;

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”.

Segundo Chiavenato (1999, p. 17), “a tranquilidade da aprovação da lei reflete a sua desimportância para libertar os escravos: apenas legalizou uma situação de fato”. Tal lei significou apenas a liberdade jurídica do negro, não lhe possibilitando a integração social, fato que perdura até hoje com contornos ideológicos diferenciados. A partir dessa data, os ex-escravos foram vender a sua força de trabalho no mercado livre, em condições desiguais.

Vários motivos levaram a um desgaste da escravidão no Brasil: a extinção do tráfico, as restrições ao tráfico interprovincial, o alto índice de mortalidade e o envelhecimento precoce dos escravos provocaram a escassez de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras. De acordo com Boris Fausto:

Apesar das variações de acordo com as diferentes regiões do país, a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante nas áreas regionais mais dinâmicas da economia e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime; mais útil quando subserviente. (FAUSTO, 1995, p.221)

Os escravos estavam livres, todavia despreparados para as novas exigências do mercado. No primeiro terço do século XIX, os europeus chegavam ao Brasil para servir como mão-de-obra, necessidade do mundo capitalista. Dessa forma, os escravos recentemente alçados à condição de seres humanos e justamente por isso expulsos das fazendas, teriam que competir em total condição de desigualdade com os recém-chegados. Os negros não tinham para onde ir, nem em que trabalhar. Quando conseguiam trabalho nas fazendas onde estiveram por séculos, não recebiam o equivalente aos imigrantes, pois seus antigos senhores afirmavam que não tinham capacidade de aprender as novas técnicas de produção; nos centros urbanos era quase impossível fechar um contrato de trabalho.

De acordo com Florestan Fernandes (1978), imigrantes e negros eram produtos de sociedades completamente diferentes em níveis de desenvolvimento social e econômico. Os europeus advinham de países que já estavam experimentando o desenvolvimento capitalista de uma forma mais atuante e já sabiam como funcionavam os modos de produção nesse contexto. Além disso, muitos já eram alfabetizados, muito embora nesta época leitura e escrita não fossem requisitos básicos para o trabalho nas fábricas ou nas fazendas. Estavam, portanto, mais preparados para o trabalho. Os negros brasileiros, ao contrário, advinham de um regime escravista baseado na coerção, o que representava uma imensa desvantagem para eles frente aos imigrantes por dois motivos: primeiro, porque a escravidão deixou como grande herança o racismo, que fazia com que os brancos não aceitassem os negros como iguais, o que não lhes

permitia a integração na sociedade de modo efetivo; em segundo lugar, a escravidão mutilou os negros intelectual, moral, social e economicamente.

Noções subjetivas eram utilizadas para justificar a não inserção do ex-escravo nessa nova realidade econômica, criando-se uma verdadeira “ideologia da vadiagem” em relação a eles: os negros tinham maus costumes e más qualidades, fatos que explicavam a carga de trabalho e a subjugação física e psicológica a que foram submetidos; além disso, eram inferiores porque pagãos e possuidores de uma cultura primitiva. Tais idéias eram ratificadas como um meio de preservar o privilégio dos brancos nos novos empregos, já que sendo teoricamente iguais após a abolição, os negros poderiam ameaçar o monopólio de trabalhadores brancos. Entretanto, se observarmos os fatos de forma objetiva, podemos afirmar que não faltava aos negros capacidade para exercer as mesmas funções dos brancos europeus, mas sim oportunidade. Apenas como um exemplo desse fato podemos citar que a maior parte dos trabalhadores das fábricas em São Paulo aprendia suas habilidades no próprio emprego.

Essa foi a trajetória do negro desde sua chegada forçada ao Brasil até o período imediatamente posterior à abolição. O negro, como homem livre, passou a viver numa situação marginal ocupando subempregos, quando os conseguia, vivendo em condições precárias. Observaremos agora como as teorias “científicas” da época procuravam justificar a sua inferioridade, criando um pensamento racista que nasce na sociedade escravista colonial e perdura até hoje, em uma espécie de “ideologia do colonialismo”.

Nosso trabalho tem por objetivo observar as características lingüístico-discursivas de cunho preconceituoso que possam ser detectadas em nosso *corpus* de análise em relação ao negro. Portanto, quando selecionamos o discurso do preconceito como objeto de estudo, sempre nos remetemos a relações sociais e, por conseguinte, a questões de dominação e poder.

## **1.2. A necessidade de um país branco**

Entre os que queriam o fim da escravidão no Brasil, havia os que acreditavam que a presença negra seria um fator de desastre para o progresso do país e por isso, inspirados por teorias evolucionistas européias, pregavam como fundamental a substituição do trabalhador negro-escravo pelo branco europeu. A teoria da evolução de Charles Darwin, segundo

Chiavenato (1999) foi deturpada para servir à ideologia do sistema. Os escravistas defendiam a tese de que uma das espécies humanas não havia evoluído, “a espécie negra”. Assim, criou-se o “darwinismo social”, o qual não se relaciona de modo direto com as idéias do próprio Darwin, visto que o mesmo era um antiescravista.

Nas décadas de 60 e 70 do século XIX, teóricos europeus chegavam ao país para preencher diversas funções. Um deles foi o conde Artur de Gobineau que chegou ao Brasil para exercer o cargo de ministro da França, de abril de 1869 a maio de 1870. Elaborou análises sobre a realidade brasileira afirmando que os negros eram inferiores. Além disso, pregava que em menos de 200 anos os brasileiros estariam geneticamente degenerados, visto que: “nem um só brasileiro tem sangue puro, porque os exemplos de casamento entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores”. Para ele, a única saída seria purificar-se com o sangue europeu para eliminar a “mistura” do negro e fugir da barbárie. As idéias de Gobineau eram seguidas pelo médico francês Louis Couty e pelo americano zoólogo Louis Agassiz.

Alguns escritos da época ilustram o que foi acima exposto, de acordo com Valente (1994). A autora cita escritos de Tavares Bastos, advogado e deputado alagoano que escreveu sobre o escravo africano: “além de afugentar o imigrante europeu, eram em vez de obreiro do futuro, um instrumento cego, o embaraço, o elemento de regresso de nossas indústrias”

Em 1880, Pereira Barreto, médico fluminense, também manifestou seu racismo científico:

O que constitui, porém, o grosso da nossa população escrava é o contingente das outras populações caracterizadas todas anatomicamente pela sua menor massa de substância cerebral; e essa condição anatômica de inferioridade é bem própria para abrandar os rancores abolicionistas contra a parte da sociedade que tem por si a vantagem efetiva da superioridade intelectual. (VALENTE, 1994, p.:33)

Ainda reportando-nos à obra de Valente (1994, p.34), citamos o pensamento do deputado paulista Bento Paula Souza, em 1869: “À exceção dos chins, da raça malaia e dos africanos, entendo que todos os que vierem para o país contribuirão para a nova aurora de sua felicidade”.

Entre os séculos XIX e XX, o discurso científico determinista europeu que afirmava a inferioridade negra foi incorporado por intelectuais brasileiros. Um deles foi Nina Rodrigues, visto como o criador da antropologia científica brasileira e o primeiro a realizar estudos sobre os negros. Em seu livro *Os africanos no Brasil*<sup>2</sup>, escrito por volta de 1900, afirma que:

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontáveis serviços a nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que o cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.

Outro ícone da literatura brasileira também responsável pela propagação de teorias “científicas” racistas presentes no final do século XIX foi Euclides da Cunha. Para ele, em seu *Os Sertões*, o sertanejo era resistente, mas desequilibrado e incapaz de conviver com os civilizados, já que era um mestiço. Já para Sílvio Romero, em 1888, “o negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto da ciência”.

Idéias racistas como as apresentadas ganhavam força já que eram proferidas pelos intelectuais da época, o que lhes conferia o status de discurso autorizado. Dessa forma, a classe dominante reforçou sua crença na superioridade branca e na inferioridade negra, agora explicadas a partir de bases pseudo-científicas.

Depois da Proclamação da República, em 1889, em uma espécie de desenvolvimento das idéias deterministas sobre raças, anteriormente apresentadas, elaborou-se a “teoria do branqueamento”, que consistia em reafirmar a crença de inferioridade acerca de negros e mulatos, ratificando-os como um problema nacional. Entretanto, essa tese pregava que, através de um processo de seleção natural e social, o Brasil se tornaria um país branco e, portanto, civilizado, progressista, superior física e culturalmente. Dessa forma, a miscigenação não daria origem a degenerados, mas seria a única forma de tornar a população cada vez mais branca. A imigração e a mortalidade de negros e mestiços também seriam fatores que colaborariam com o embranquecimento da nação. Esta teoria gerou consequências trágicas, pois consolidou a ideologia dominante e auxiliou no aprimoramento da opressão ao povo negro, fato que se estende até os dias atuais a partir de uma ótica social remodelada.

De acordo com Chiavenato:

---

<sup>2</sup> Cf. Chiavenato, p.76

Dos fins do século XIX ao primeiro quartel do XX, até a entrada dos anos 20, travou-se uma obscura discussão sobre quanto tempo democracia para que o negro deixasse de existir. Os mais “otimistas” acreditavam que em cem anos, os “pessimistas” iam até três séculos. Mais importante do que essa estranha polêmica era o fato de que se aceitava, sem oposição cultural ou política, a ideologia do branqueamento como algo definitivo. (CHIAVENATO,1999, p.80)

A palavra *negro*, na sociedade brasileira, tornou-se, assim, uma marca de inferioridade que cresceu na medida em que o embranquecimento, visto como meio de se alcançar uma vida melhor no país, aumentava, degradando ainda mais o ex-escravo, transformando-o em “homem de cor”, vil e sem identidade.

### **1.3. Brasil: o paraíso da democracia racial**

No período de 1920 a 1940 aproximadamente, os negros começaram a ser integrados ao trabalho nas indústrias recebendo, contudo, salários inferiores aos trabalhadores brancos. O problema negro, antes propagado pelas teorias racistas, obviamente não se concretizava na prática, visto que as advertências recebidas por mau desempenho na fábrica São Paulo Light, por exemplo, eram feitas na mesma proporção a funcionários negros e brancos. De acordo com Andrews,

[...] entre 1940 e 1950, o número de pardos e pretos empregados na indústria do estado de S. Paulo aumentou mais que o dobro, chegando a 85.344. Estes trabalhadores eram ainda muito ultrapassados pelos 129.117 afro-brasileiros que estavam trabalhando no serviço doméstico ou eram categorizados pelo censo como “inativos”, mas a disparidade entre os dois grupos declinou substancialmente em favor do emprego industrial. (ANDREWS,1998, p.165)

Assim, a exclusão do negro como força de trabalho nas indústrias ocorreu antes de 1930 e terminou em grande parte na década de 1940. As fábricas tinham preferência por funcionários pardos aos negros, embora o desempenho dos primeiros não fosse superior aos últimos. Além disso, o desempenho dos brancos não era superior ao dos negros.

A ascensão profissional dos trabalhadores fabris era difícil, quando se tratava de homens brancos, e quase impossível, aos homens negros. Deixar de executar atividades braçais e tornar-se um funcionário do colarinho branco, um membro da classe média que nascia, pressupunha transpor barreiras existentes não apenas no interior das fábricas, mas na própria sociedade. Em São Paulo, segundo Andrews (1998:198-199), tal classe média era predominantemente branca. Durante o século XIX, muitos pardos e negros livres exerciam as funções de artesãos, operários, alguns até mesmo proprietários de seus negócios. E alguns afro-brasileiros conseguiram ascender à burocracia governamental, aos empregos do colarinho branco e às profissões liberais. Contudo, isso ocorria com maior frequência no Rio de Janeiro e no Nordeste. No estado de S. Paulo, as possibilidades eram mais restritas aos negros, visto que tinham menor acesso à educação pública elementar.

Ainda segundo Andrews, o censo de 1940 indicava que os negros estavam situados bem atrás da população branca em todas as áreas, principalmente nos setores urbanos das profissões liberais e na posse de empresas industriais e comerciais. Em todo o Estado, de uma população negra de 862.255, somente 623 afro-brasileiros possuíam negócios não ligados à agricultura, empregando um ou mais trabalhadores. Nas profissões liberais, eram responsáveis por apenas 3,2 por cento de todos os profissionais liberais, em um Estado em que os negros representavam 12,2 por cento da população em idade produtiva.

O setor público era a área de emprego em que os negros começaram a se fazer mais presentes de modo efetivo. Todavia, as posições que ocupavam estavam bem distantes das almejadas por aqueles que pretendiam ascender à classe média, já que eram varredores de rua, trabalhadores da construção, porteiros, mensageiros e serventes, funções de caráter servil. Os cargos de confiança eram ocupados por brancos.

Nessa época, o Brasil era visto como uma democracia racial. Aliás, o gérmen de tal pensamento vem do século XIX, em que observadores estrangeiros impressionavam-se com a benevolência da escravidão brasileira, distinta, portanto, da escravidão norte-americana, por exemplo. Theodore Roosevelt, ex-presidente dos EUA, após uma visita ao Brasil em 1914, afirmou : “Se tivéssemos de indicar um ponto em que há absoluta diferença entre os brasileiros e nós, devo dizer que seria na atitude em relação ao homem negro[...] No Brasil, qualquer negro ou mulato que se mostra adequado recebe sem questionamento o lugar para o qual sua capacidade o

qualifica”<sup>3</sup>. Pronunciamentos como esses serviam apenas para ratificar o mito da democracia racial, engodo de cunho social-histórico-ideológico em vigor. Ademais, a escravidão por esse enfoque, parecia não ter sido algo tão injusto e danoso como se havia pregado durante anos.

Busquemos em Florestan Fernandes o conceito de democracia racial para observarmos, a partir do já exposto, que esse conjunto de idéias não passava de um mito em nossa sociedade:

[...] o conceito de democracia racial estabelece que o Brasil é uma terra inteiramente livre de impedimentos legais e institucionais para a igualdade racial e em grande parte também isento de preconceito e discriminação raciais informais. A nação oferece a todos os seus cidadãos - negros, mulatos ou brancos- uma igualdade de oportunidade virtualmente completa em todas as áreas da vida pública: educação, política, empregos, moradia. Por isso os negros desfrutam de oportunidades para se aprimorar e da liberdade para competir com seus concidadãos na luta por bens públicos e privados em grau desconhecido em qualquer outra sociedade multi-racial do mundo.(FERNANDES,1978, p. 249)

Último país cristão a libertar seus escravos, o Brasil foi o primeiro a afirmar-se como uma democracia racial, um verdadeiro paraíso terrestre em que todos os cidadãos teriam as mesmas oportunidades, pois inexistiriam discriminações e conflitos raciais. Corresponderia essa visão à realidade? O que nos parece é que a ideologia da época criava uma realidade às avessas, uma transfiguração do real. Os negros continuavam a ocupar as piores posições na sociedade brasileira. Mas o interessante é perceber que esse mito, gerado desde a escravidão, visava a colocar sobre os ombros do próprio negro a condição social em que se encontrava já que, segundo essa visão, as oportunidades eram iguais para todos. Se não evoluíam, a culpa não era do Estado, mas da própria incompetência negra. Desconsiderava-se totalmente a defasagem sócio-histórica que os atingiu após a Abolição, a qual os obrigou a compor a parcela da população de baixa renda, impedida de ascender socialmente por meios explícitos ou dissimulados. Reafirmava-se, desse modo, a “ideologia da vadiagem”.

Os negros que porventura questionassem a existência efetiva da tal democracia, corriam o risco de serem humilhados com análises das deficiências de seu grupo social comprovadas de modo “científico”. Assim, os poucos que conseguiram ascender à classe média, aceitavam a tese e até a defendiam em favor do *status quo* :

---

<sup>3</sup> Cf.Andrews, p.204

No Brasil não existe preconceito de raça, como dizem vários patrícios; cremos que a nação não tem a culpa dos brasileiros pretos. [...] Há muitos pretos que afirmam a existência de um pequeno preconceito em nossa terra! Não é verdade, meus patrícios de cor. Existem uns incultos e invejosos que sempre procuram obstruir a ascensão de alguns dos nossos de cor em prol dos seus candidatos. Isso sempre acontece e tem de acontecer com todas as classes ou pessoa que procuram o bem estar para seus dias. Esses incidentes não devem ser vistos como preconceito, mas sim como inveja. [...] Não se pode falar, a rigor no Brasil, de preconceito de raças. A situação aqui dos escravizados de hontem não é de natureza tal que requeira uma campanha reivindicadora de direitos. (ANDREWS, 1998, p.211)

Apesar das adversidades enfrentadas pelos negros, havia organizações por parte da comunidade negra que remontavam ao período colonial. Ainda quando eram escravos, reuniam-se com os seus. Uma dessas formas organizacionais foram a capoeira e o candomblé, executados de modo velado, e a participação em comunidades organizadas pela igreja católica mas que eram freqüentadas por negros, as chamadas irmandades religiosas. As mais importantes da cidade de S. Paulo foram a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário e a Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, ambas toleradas pela sociedade. Porém, existiam conflitos entre a igreja católica e as irmandades, já que estas conservavam as danças públicas e as músicas de origem africana, consideradas pelos católicos como uma afronta à dignidade da Igreja.

Dessa forma, depois da abolição, os afro-brasileiros desvencilharam-se da Igreja e criaram organizações nas quais poderiam manter sua tradição. Estas organizações variavam em objetivo dependendo da classe e das aspirações de seus membros. Os negros mais pobres, os da classe operária, reuniam-se para tocar, dançar e conversar. Desses encontros originaram-se os grupos de carnaval, embriões das escolas de samba atuais. A atividade do grupo permanecia o ano todo, levantando fundos, organizando bailes, viagens e outras atividades.

Os negros em ascensão procuravam não se misturar às atividades dos grupos de carnaval por considerá-las popularescas e um obstáculo adicional às suas ambições. Em contrapartida, eram excluídos dos clubes sociais dos brancos. Assim, criaram suas próprias associações, como a Kosmos, a Elite Club, o Smart Club. De acordo com Andrews (1998), embora os negros em ascensão aspirassem a uma mobilidade e um *status* de classe média, só raramente ocupavam os cargos e recebiam os salários nos quais esse status estava baseado.

Além da música, da dança e das atividades religiosas, os negros também valorizavam o esporte. Assim como nos clubes de dança, eram excluídos dos times de futebol dos brancos. Analogamente à situação anterior, criaram clubes para si, os quais possuíam renome pela qualidade de seus times. Quando a segregação entre negros e brancos no futebol começou a diminuir, na década de 1930, entretanto, muitos jogadores negros transferiram-se para os times dos brancos. Todavia, não eram aceitos como sócios dos clubes em que jogavam, mas eram-lhes oferecidas vagas de empregados remunerados.

Proibidos de fazer parte do corpo de oficiais, os negros também eram discriminados na política. Quando a resistência à República ganhou força em 1920, os negros queriam participar de um modo mais atuante, mas a eles foi novamente aplicado o mesmo padrão de exclusão anteriormente citado e não puderam participar do movimento denominado Tenentismo.

Ainda como meio de expressão dos negros surgiram, a partir da segunda década do século XX, alguns jornais que constituíram a chamada Imprensa Negra. Dentre eles temos *O Clarin da Alvorada*, *A Voz da Raça*, jornal da organização Frente Negra Brasileira que mais tarde transformou-se em partido político, em 1936. Esta organização tinha como objetivo inserir o negro na sociedade de classe para que fosse aceito e ascendesse. Contudo, em 1937 a ditadura de Getúlio Vargas promoveu o seu fechamento.

Passemos agora a um outro período de nossa história mais recente, igualmente importante para nossas análises posteriores: os anos de 1940 a 1988.

#### **1.4. A caminho de uma mudança (1945-1988)**

Com a queda da ditadura Vargas em 1945, os negros procuraram reconstruir os movimentos já iniciados na década de 30. Trouxeram de volta a imprensa negra, extinta em 1937 e procuravam organizar-se politicamente. Evidentemente, os brancos reagiram a esta nova postura e manifestaram seu ponto de vista por meio da imprensa paulista em 1947, e no Rio de Janeiro, durante as eleições de 1950, no *Correio Paulistano*<sup>4</sup>:

Teatro negro, jornal negro, clube de negros... Agora já se fala mesmo em candidatos negros ao pleito de outubro. Pode-se imaginar um movimento pior ou mais danoso ao espírito indiscutível da nossa formação democrática? Vale a pena combatê-lo desde logo, sem prejuízo dos direitos que os homens de cor

---

<sup>4</sup> Cf. Andrews, p.285.

reclamam e nunca lhes foram recusados. Do contrário, em vez de preconceitos de brancos paradoxalmente teremos preconceitos de negros. A tais extremos conduzem não racismo (que não existe entre nós) mas o espírito de imitação [supostamente dos movimentos negros dos Estados Unidos] mal digerido e cuja consequência mais nefasta talvez seja o estabelecimento de um sistema por todos os tipos abominável: os indivíduos passariam a ser isto ou aquilo, a ocupar cargos determinados, não pelo seu valor pessoal que os recomendasse, mas por serem pretos ou não o serem. A pigmentação cutânea entraria a valer como prova de títulos

A razão de tamanha inquietação branca deveu-se ao fato de que a organização dos negros evidenciava a não-existência de uma democracia racial no país, fato tão propagado pela elite branca. Segundo Andrews, a lembrança da escravidão gerava nos brancos um certo desconforto e uma certa tensão de que os negros pudessem querer vingança. Além disso, temiam que tentassem tomar o poder por meio da violência, fato que povoava o imaginário branco na forma de uma hipótese pouco plausível.

Na tentativa de amenizar os problemas raciais, em 1951 o congressista Afonso Arinos de Melo Franco criou a lei que proibia a discriminação racial nos serviços, educação e empregos públicos. Contudo, a lei não era cumprida, mostrando-se ineficaz. Havia muitas queixas, não punições, todavia. Uma versão mais contundente desta lei foi aprovada em 1988, quando Carlos Alberto de Oliveira e Benedita da Silva conseguiram acrescentar penalidades mais rígidas e incorporá-las à nova Constituição:

Título II - Dos direitos e garantias fundamentais -, Capítulo I - Dos direitos e deveres individuais e coletivos -, Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Artigo XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. A regulamentação desse parágrafo veio em seguida pela Lei nº 7716, de 5 de janeiro de 1989, modificada pela Lei 008882 de 3 de junho de 1994 e novamente modificada em 13 de maio de 1997, pela Lei nº 9459, que acrescentou também ao Artigo 140 do Código Penal relativo ao crime de injúria por utilização de "elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem", estabelecendo pena de "reclusão de um a três anos e multa".

O próprio Afonso Arinos, nessa época, ainda fazia parte do Congresso mas, diferentemente de seu posicionamento de outrora, afirmava que este tipo de lei poderia trazer um conflito desnecessário entre negros e brancos. A Frente Negra, por volta de 1930 dizia, segundo

Andrews (1998, p.291) “não desejar provocar um conflito de raça, mas apenas reivindicar para seus membros uma participação mais honrosa na vida social. Dessa forma, restringiram suas atividades na área da educação, no auxílio mútuo e nos projetos de auto-ajuda”. O mito da democracia racial sempre foi mantido para evitar-se um debate de fato acerca dos problemas brasileiros.

A década de 50 foi um período de maior conscientização política dos negros em relação às décadas passadas, mas não se pode dizer que tenha sido uma época de mudanças sociais para eles. Como foi visto anteriormente, a harmonia nas relações sociais ainda era propagada como uma solução para o racismo no mundo.

Em meados de 1950, os afro-brasileiros estavam inseridos nas indústrias e, por isso, faziam parte dos sindicatos da categoria. Tais sindicatos, nessa época, interessavam, sobretudo, como bases de apoio aos partidos políticos populistas e de esquerda da Segunda República: o Partido Trabalhista Brasileiro, de Getúlio Vargas, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Social Progressista, fundado por Adhemar de Barros que tentavam conseguir apoio e cooptar votos. Os negros não se destacavam como líderes mas, como faziam parte dos sindicatos, participavam de alguma forma da política brasileira, fato que não ocorrera na Primeira República ou no Estado Novo. Brancos e negros apoiavam os partidos populistas em troca dos benefícios materiais e psicológicos que lhes proporcionavam.

Apoiando partidos populistas, os negros deixaram de lado a idéia de ter sua própria representação política dedicando-se, na Segunda República, a atividades sociais, culturais e educacionais. A mais bem sucedida dessas organizações foi a Associação Cultural do Negro, em 1954 (foi extinta em 1970) que patrocinou conferências, concertos, cursos noturnos. Também se destacavam os grupos teatrais O Teatro Experimental do Negro e o Teatro Popular Brasileiro. Esta situação de pouca expressividade política e social do negro permaneceu a mesma durante a década de 1960.

Em meados de 1970, os negros de classe média tinham muito clara em seu cotidiano a dificuldade persistente na competição desigual com os brancos. Entre 1968 e 1974 houve o chamado milagre econômico já que o PIB (produto interno bruto) brasileiro aumentava 10% ao ano. No entanto, os negros não participavam de tal milagre, pois permaneciam ganhando menos que os brancos e desempenhando as mesmas funções.

Culturalmente, a produção negra foi intensa na década de 1970. Novos grupos de teatro negro foram fundados em Campinas e em São Paulo (1974); o Centro de Cultura e Arte Negra, em 1978, publicou os Cadernos Negros, uma série de coleções anuais de poesia de autores negros; em 1977 houve a Quinzena do Negro, que incluiu conferências, seminários públicos, exposições de arte, filmes e uma mostra de jornais.

Em 1978, os afro-brasileiros novamente mobilizaram-se politicamente. Segundo Andrews (1998:301), vários fatores contribuíram para que isso ocorresse: as barreiras sociais sofridas pelos negros, que impediam sua ascensão; o pensamento de que somente com atividades culturais não iriam conseguir impor-se socialmente; a influência da ação concreta dos movimentos negros no exterior, como o “Black Power” nos Estados Unidos.

Assim, foi formado o Movimento Negro Unificado (MNU) que tinha como objetivos combater o racismo interno à própria instituição e à sociedade em geral e adotar políticas que expandissem as oportunidades da população negra. Além disso, pregavam a erradicação do capitalismo no Brasil, pois consideravam que o racismo era consequência direta desse modo de produção, defendendo o Socialismo.

Partidos brancos “compartilhavam” das idéias do MNU para obter apoio nas eleições. Convidaram ativistas negros para fazerem parte de seus partidos e, nas eleições de 1982, muitos negros foram candidatos a cargos federais, estaduais e municipais. Todavia, dos 54 candidatos negros, apenas dois foram eleitos, resultado preocupante para as aspirações negras. De acordo com Andrews (1998, p.305) “[...] a década de 1980 se caracterizou como um período de reflexão para o movimento negro e de esforços para analisar por que ele fracassou na arena eleitoral. Inevitavelmente, estas reflexões conduziram a discussões sobre como um movimento anti-racista poderia se mais efetivamente estruturado e conduzido.”

O movimento negro da década de 1980 não tinha o apoio total de sua comunidade. Muitos afro-descendentes da classe média eram favoráveis ao movimento, mas tantos outros não queriam envolver-se com medo de perder o que haviam conquistado ao longo de suas vidas. Já sob a ótica dos negros pobres, a discriminação racial era um mal menor que não os atingia de modo tão contundente como o desemprego, a fome, os problemas habitacionais.

A ideologia presente na noção de democracia racial é tão forte no Brasil que o negro da classe mais baixa, apesar de sentir os problemas do preconceito, praticamente o ignora sem dar atenção ao chamado dos ativistas para uma luta contra o racismo, tanto que em 1982 e 1986, os

candidatos negros também acabaram sendo derrotados. Geralmente, candidatos que valorizam questões raciais em suas campanhas não são eleitos.

Não há como existir democracia racial num país em que as desigualdades sociais e econômicas estão aliadas a preconceitos raciais. Enquanto os negros não participarem da vida política, social e econômica do país na mesma proporção que os brancos, jamais haverá igualdade.

As décadas de 1970 e 1980, como pudemos observar, foi uma época em que os negros começaram a se organizar de um modo mais efetivo em busca de uma identidade perante si mesmo e perante a sociedade. Passemos à última fase de nossa contextualização histórica no acompanhamento dessa busca.

### **1.5. A situação atual do negro no Brasil**

No final do século XX e início do XXI, embora a situação do negro no Brasil tenha se transformado, ainda guarda semelhanças com a situação vivida durante o longo período de escravidão. Os negros, por exemplo, continuam fazendo parte da população de baixa renda. Desde a Abolição, como vimos, a taxa de desemprego continua maior entre o grupo negro, o qual se aglomera em locais pobres tendo a favela como moradia. Evidentemente, também há brancos pobres nessa situação, mas a classe privilegiada em nossa sociedade é a branca; de modo análogo, há afro-brasileiros que ocupam posição de destaque e que, por isso, recebem altos salários, mas esses constituem-se como exceção.

O estigma da inferioridade ainda permeia as relações sociais. Durante a escravidão, tal marca era estabelecida a partir da “cultura inferior” do povo de cor ou até mesmo por meio de conceitos pseudocientíficos, como já vimos anteriormente. Hoje, como tais afirmações soariam absurdas pelas idéias que veiculam e por apresentarem um caráter muito explícito, a discriminação se dá pela cor da pele aliada a diferenças de classes, segregação feita de um modo velado, na maioria das vezes. Ainda no que tange à discriminação ligada à classe social, Darcy Ribeiro (1995:236) afirma que seria mais fácil admitir-se o convívio de um negro que ascende socialmente com a elite branca do que com um pobre rude e grosseiro, branco ou mulato, devido ao enorme abismo social e cultural. Isto ocorre, segundo o mesmo autor, porque nessa esfera social o afrodescendente já teria incorporado os hábitos da classe dominante.

A ideologia do Brasil como o paraíso da democracia racial, propagada desde 1930 por Gilberto Freire, ainda permanece, exercendo uma forma de controle eficaz sobre a população negra menos consciente de sua negritude, criando uma atmosfera paternalista. Tal paternalismo está relacionado à idéia de que no Brasil a discriminação não é tão grave como em outros países, nos quais a violência impera para a resolução dos conflitos raciais. Manipulados por essa idéia, os negros amoldam-se ao mito e eximem-se de qualquer tipo de reação.

Para a classe dominante a situação é bastante confortável. Se o negro permanece no espaço social a ele concedido, ou seja, ocupando posições servis, o país está sob controle e a ideologia vigente continua agindo de forma eficaz. No entanto, se o afro-brasileiro se destaca em posições sociais que não lhes são permitidas ocupar, é preciso barrá-lo, dificultando ao máximo sua ascensão.

O país procura justificar a famigerada democracia racial valendo-se também da mestiçagem praticada pelos brasileiros. O mulato, contudo, não é aceito como igual pelos membros das duas etnias. Dessa forma, é rejeitado pela classe branca, que o vê como um intruso, ao mesmo tempo que procura ignorar os problemas comuns aos negros, dois quais querem se distanciar cada vez mais. O preconceito racial relacionado aos mulatos também existe, só que de uma forma mais sutil, desgastando, portanto, a ideologia do paraíso racial. De acordo com Maggie e Rezende (2001), o país tem um duplo posicionamento em relação a mestiçagem: de um lado, a nação procura na mistura a sua identidade; de outro, temendo tal mistura, segrega e opõe. No Brasil, segundo Darcy Ribeiro (1995), as pessoas são discriminadas pela cor de sua pele e não por suas origens raciais. O embranquecimento citado anteriormente tem, portanto, um componente social e/ou cultural.

Há ainda no país, os casos dos negros que negam sua própria etnia com o intuito de serem socialmente aceitos. Para isso, incorporam os valores brancos, negam a existência do preconceito e têm como meta o casamento inter-racial, retomando a ideologia do branqueamento. Tais atitudes aliadas à visão da elite em relação ao negro e a sua própria história, contribuem para a não valorização de uma identidade negra.

Linguisticamente, quando o preconceito racial alcança as formas verbais *stricto sensu*, as agressões não são nada sutis e ocorrem na forma de piadas e estereótipos. Preto, moreno, negro, moreninho etc, são palavras utilizadas no complexo jogo das negociações raciais brasileiras e os seus significados dependem de quem fala, de que posição social fala e como fala.

Apesar dos percalços ainda sofridos na sociedade atual, há afrodescendentes de destaque, principalmente nos âmbitos musical e esportivo, locais sociais a eles permitidos já que são atividades voltadas para o entretenimento e não para responsabilidade. O caráter assimilacionista do preconceito à brasileira faz com que os negros que alcançam posição de destaque sejam dissuadidos de lutar contra o preconceito e puguem que só o esforço próprio garante visibilidade neste país em que as relações sociais são tão pacatas. Dessa forma, deixam de lado sua origem para seguir padrões brancos, garantia de aceitação social. Na televisão, espaço social tão disputado devido à visibilidade que gera fama, dinheiro e poder, o negro tem conseguido, lentamente, uma maior representatividade, deixando de exercer somente papéis de escravos ou empregadas domésticas na ficção, muito embora o acesso de modelos negros ou jovens atores em propagandas, por exemplo, seja extremamente limitado.

Para finalizarmos as reflexões acerca da democracia racial em nosso país, podemos concluir, pelo que anteriormente expusemos, que a sua existência só seria possível de fato se houvesse uma revolução que culminasse com uma democracia de cunho social, na qual o negro fosse inserido de modo realmente igualitário, sem a existência do secular binômio opressor versus oprimido.

A partir da década de 80, a despeito de toda a realidade preconceituosa que faz com que o negro desista de viver sua negritude de forma plena, surgiram iniciativas de grupos militantes no sentido de resgatar a identidade cultural negra, incentivando-o a querer ser negro, assumindo uma atitude de orgulho em relação a sua cor. Neste engajamento, as conotações negativas associadas à palavra *negro* são banidas. No lugar dos sentidos pejorativos surgem semas como afirmação, coragem e satisfação, os quais caracterizam a nova postura diante da vontade de se autodenominar negro. A partir do momento em que o negro vence a tentação do “ser ou não ser” e assume sua origem, começa a construir sua identidade própria. Como exemplo de resgate da negritude, temos os grupos baianos tradicionais, como o Ilê –Ayê e o Olodum, que resgatam a questão da cor e do valor de ser negro, disseminando uma imagem positiva da etnia.

Em fins do século XX, surgem as chamadas ações afirmativas voltadas aos negros como um meio de se diminuir a distância social gerada pelas atitudes do passado. Tais ações visam a inclusão do negro nas diversas esferas da sociedade, incentivando o desenvolvimento pessoal e aumentando as chances da mulher e do homem negros no mercado de trabalho, gerando uma concorrência mais justa. Além disso, faz com que a questão do negro seja abordada de frente,

sem a máscara da democracia racial que finalmente desmorona. Nasce a consciência de que as diferenças não devem ser tratadas de modo igualitário e que atitudes compensatórias devem ser tomadas para aliviar o peso de um passado escravagista.

As cotas para alunos negros em universidades são um exemplo de ação afirmativa bastante polêmica, mas que já vem sendo implantada em algumas instituições superiores no país. Os afrodescendentes constituem menos de 2% dos estudantes das universidades públicas brasileiras, mas representam 45% da população total. Existem também projetos para que haja cotas para negros na mídia além de outras ações afirmativas como a devolução das terras que foram quilombos a descendentes de escravos.

Este foi o panorama da trajetória do negro no Brasil, desde a sua chegada até os dias atuais. Para o nosso trabalho, este retrospecto é imprescindível para a compreensão de um discurso sobre o negro elaborado pelos jornais selecionados como *corpus* de análise, já que toda prática discursiva sedimenta-se social, histórica e ideologicamente. Passemos à apresentação de nosso referencial teórico, o qual subsidiará nossas análises posteriores.

## CAPÍTULO II

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 2.1. Signo ideológico, objetividade e subjetividade na linguagem jornalística.

Para delinear a imagem do negro veiculada pela mídia impressa por meio da análise de textos do domínio jornalístico, é necessário que definamos, inicialmente, a concepção de linguagem com a qual operaremos.

Assim, a orientação que acreditamos relacionar-se intimamente ao nosso trabalho é a de linguagem como processo de interação. Nesse processo participam os interlocutores, os quais não têm como propósito único comunicar ou expressar seus pensamentos, mas agirem uns sobre os outros com o intuito de modificar ou sedimentar posicionamentos numa atividade sempre vinculada a um contexto sócio-histórico-ideológico. Dessa forma, não consideraremos o leitor como um mero receptor de mensagens, já que seu papel é o de construir um sentido para o texto em sua totalidade enunciativa e não apenas em seu aspecto lingüístico.

Nesse processo de interação em que se utilizam os signos lingüísticos, a ideologia está sempre presente, visto que tais signos inserem-se no contexto supracitado. De acordo com Chauí:

a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações e de normas ou regras que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo e prático de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera de produção.(CHAUI, 2003, p.109)

O signo está intimamente relacionado ao aspecto ideológico e, de acordo com Bakhtin (2002, p.32), “não existe apenas como parte de uma realidade, ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel ou apreendê-la de um ponto de vista

específico etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom etc)”.

Procurando traçar um percurso que vai do léxico ao discurso em nossas análises posteriores, a definição de linguagem como interação é fundamental para que possamos lidar com nosso *corpus* de maneira satisfatória, pois teremos em nossas mãos o discurso jornalístico e, nele inserido, o tópico discursivo “discriminação”. Assim, esperar da linguagem jornalística completa objetividade frente aos fatos abordados caracterizaria uma visão ingênua do pesquisador, muito embora tal característica seja apregoada pela mídia em geral como essencial. Os pesquisadores que se debruçam sobre o estudo da linguagem sabem que a subjetividade, de forma mais ou menos aparente, estará sempre presente e que o produtor do texto almeja muito mais que divulgar dados. Por tudo isto é que elegemos a concepção de linguagem com interação.

De acordo com o dicionário *Aurélio*, a objetividade é definida como a expressão de um pensamento sem julgamento de valor, a existência real daquilo que se concebeu no espírito, a existência dos objetos fora do eu. Como o ser humano é um produto de sistemas de valores adquiridos, cremos que não seja possível nos livrarmos das relações que temos com as coisas e descrevê-las independentemente do que pensamos delas. De acordo com Luiz Amaral (1996), trata-se de uma noção presente a cada fase do processo jornalístico, desde a pauta de assuntos a serem cobertos até o tamanho, a apresentação gráfica e a natureza do espaço que o texto vai ocupar no jornal. Essa noção foi incorporada à imprensa a partir dos 30 primeiros anos do século XIX, paulatinamente, na Inglaterra, França e Estados Unidos, quando a imprensa passa de politizante para comercial, mas ainda sem ser designada como tal. No Brasil, apenas a partir de 1940 é que surgiram as primeiras preocupações com o tema. Antes disso, até a metade do século XIX, o jornalismo pode ser caracterizado, de acordo com Victor Vianna<sup>5</sup> como panfletário e atrevido, com grandes violências de linguagem, refletindo o ardor apaixonado das facções em divergência e chegando a excessos, a ataques pessoais e insinuações maldosas.

Assim, o que podemos esperar da linguagem jornalística, por mais que a objetividade seja vista como uma característica recomendada aos veículos de comunicação, é a presença da subjetividade, seu contraponto. O produtor do enunciado, a partir da imagem que tem de si mesmo, elabora uma em relação àquilo ou àquele de quem fala. E para materializar seus pontos de vista e convencer seus leitores, lança mão da linguagem, selecionando o léxico para auxiliá-lo

---

<sup>5</sup> Cf. Amaral, p.70.

nas práticas discursivas. Envolvendo tudo isto está o contexto sócio-histórico, apresentado em nosso primeiro capítulo.

Óbice na busca de uma linguagem jornalística isenta de parcialidade são os preconceitos, os quais influenciam o enunciador fazendo-o tratar do assunto de forma hostil dirigida contra um grupo, uma pessoa, uma etnia e suas supostas características. Dessa forma, parte-se para o levantamento do caso sabendo-se, a priori, como apreciá-lo e qual será a conclusão. O preconceito incorpora-se no indivíduo, ser social, ditando seus comportamentos e comandando sua visão de mundo.

Retomando as reflexões acerca do signo lingüístico, o qual concretiza um discurso mais ou menos subjetivo, nós o concebemos, unidos a Bakhtin (2002, p.36 e 41), como o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana, domínio em que se situam a conversação e suas formas discursivas, fenômeno ideológico por excelência, o modo mais puro e sensível de relação social. Como vamos tratar do preconceito de cor em textos de épocas diferentes, levaremos em conta que: “[...] a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais [...]. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais”.

Levando em conta que a cada forma de discurso social corresponde um tema, tencionamos analisar, partindo do léxico ao discurso, de que forma o enunciador de cada época, pertencente a um grupo social determinado, engendra seu ponto de vista em relação ao negro veiculando-o a um contexto sócio-ideológico, por meio de um veículo que atinge uma enormidade de leitores. Trabalharemos com textos pertencentes ao que Bakhtin chama de infra-estruturas diferentes, ou seja, com um conjunto de textos jornalísticos pertencentes à realidade social do final do século XIX, e com outro datado no final do século XX. Nos textos mais antigos, a ideologia que perpassa o discurso, hipoteticamente, deverá ser percebida de um modo mais explícito, já que o pensamento dominante tende a conferir ao signo lingüístico ideológico um caráter monossêmico, em relação à discriminação, graças aos contextos histórico e social vigentes. Já nos textos mais recentes, pensando ainda no campo das hipóteses, a ideologia estará presente de um modo mais sutil, subjacente, por uma série de fatores que discutiremos depois.

Apesar da evolução no pensamento social em relação ao negro, já delineada no primeiro capítulo, teria o posicionamento ideológico dos enunciadores dos textos jornalísticos mais recentes de nosso corpus uma tendência a reproduzir o posicionamento de outrora ou a imagem

produzida do negro recentemente pelos artigos publicados distancia-se totalmente da visão do passado? Bakhtin afirma que a verdade de ontem procura ainda ser a verdade de hoje, mas tal assertiva só poderá ser comprovada ou rechaçada no decorrer de nossa pesquisa. Devemos ter em mente, dessa forma, que a palavra tem a capacidade de refletir discretamente as mais sutis modificações sociais ou perpetuar posicionamentos seculares.

Definidos nossos conceitos sobre linguagem, signo ideológico, objetividade e subjetividade, passemos agora à fundamentação teórica relativa aos campos de conhecimento da Lexicologia e do discurso, a qual será necessária para respaldar nossa metodologia e análises posteriores.

## **2.2. Fundamentos teóricos: léxico, sentido e discurso**

### **2.2.1. Léxico, vocabulário e lexia**

O caminho a ser percorrido na interpretação do sentido de um texto inicia-se a partir do léxico, primeira via de acesso à compreensão real de um discurso. A seleção lexical é fundamental para atingir os efeitos de sentido pretendidos já que, a partir dela, encontramos as pistas que nos direcionam à interpretação do discurso. Em nossa pesquisa, pretendemos analisar de que forma o enunciador opera o léxico para que a produção do sentido desejado materialize-se, ou, de forma mais específica, como o léxico auxilia na concretização de uma imagem do negro veiculada pelos jornais, em diferentes épocas, e de que forma essa imagem é compartilhada socialmente, produzindo ou reproduzindo verdades<sup>6</sup> acerca do negro brasileiro no plano discursivo.

O léxico mantém íntima relação com a história cultural, social e ideológica da comunidade em que empregado. Por meio dele, podemos identificar as idiossincrasias presentes em dado grupo social, já que esse nível da realização lingüística deixa transparecer valores, crenças, preconceitos e posicionamentos. O produtor do discurso, contudo, ao manipular o léxico não pode ser visto como a fonte do sentido, já que este não se constitui unilateralmente, mas num trabalho social, nas relações intersubjetivas. De acordo com Guilbert (1975, p.126) “a palavra,

---

<sup>6</sup>Uma das verdades defendidas no século XIX, por exemplo, de acordo com Boris Fausto (1995, p.52) eram as teorias pretensamente científicas as quais reforçavam o conceito da época sobre o negro: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc ‘demonstravam’ que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição. Tal pensamento será expresso pelo jornal da época.

unidade de discurso, deixa de ser uma unidade na totalidade do léxico da língua para tornar-se um elemento de elocução de um indivíduo, um elemento do vocabulário que ele registrou na sua memória”.

O léxico não deve ser visto como um conjunto de palavras que serve para rotular representações mentais acerca das coisas, já que constrói a realidade social em que estão inseridos os sujeitos, envolvidos por aspectos históricos e ideológicos. Justamente por não ser um rol de palavras que tem a função única de nomear seres e coisas, a carga semântica contida nas unidades lexicais possui um caráter histórico e social que perpassa por gerações, carregando consigo representações. Assim, o léxico utilizado nos textos que compõem nosso *corpus* de análise de 1995 dialoga, de alguma forma, com o de 1875-1887, já que tratam do mesmo tópico, o negro brasileiro, assunto inserido em momentos históricos distintos mas que traz consigo o peso do fator social, visto que as palavras, quando utilizadas em um texto, não partem de um significado situado em um ponto zero. Com Marcuschi (2004,p.271), afirmamos que “as representações sociais de um grupo têm uma estabilidade bastante grande. Existe um condicionamento sócio-cultural, ideológico e comportamental das comunidades em relação à atividade lingüística.” Qual é exatamente esse ponto conjuntivo em nível lexical e discursivo nos dois momentos de nosso *corpus* ? O pensamento em relação ao negro modificou-se no Brasil ou a estabilidade é mais forte que a mudança? É o que pretendemos descobrir no decorrer da investigação.

De acordo com Coseriu :

a língua deixa de ser um produto e passa a ser um processo, considerando-se que ela estará sempre em estado de mudança e, ao mesmo tempo, de permanência. A língua é dinâmica e, por essa razão, será um fato social e histórico, um objeto da história do homem.(COSERIU,1982, p.33)

Como a língua é uma atividade criadora determinada historicamente, podemos depreender da citação acima que o aspecto condizente à permanência do ato lingüístico situa-se no plano sincrônico enquanto que a mudança concretiza-se no diacrônico. Ainda de acordo com Coseriu (1982), a linguagem é um falar com outro. No discurso do preconceito, acrescentaríamos que a linguagem é um falar sobre o outro, no qual são apresentadas designações que revelam conceitos repudiados socialmente, mas tão vivos nas práticas sociais brasileiras.

Como trabalharemos com manifestações discursivas, é necessário incluir, em nossas considerações teóricas, a noção de vocabulário. O léxico, como já foi delineado anteriormente, relaciona-se ao sistema lingüístico, é o conjunto de palavras que, num dado momento, está à disposição do locutor, são as palavras que ele pode oportunamente empregar e compreender, de acordo com Genouvrier e Peytard (s.d.). O vocabulário, ainda segundo os mesmos autores, é o conjunto das unidades efetivamente empregadas pelo locutor num ato de fala preciso. É a atualização de certo número de unidades lexicais pertencentes ao léxico individual do locutor. O vocabulário de um texto, por exemplo, liga-se a situações enunciativas do ato comunicativo. Por sua vez, a unidade lexical define-se como a ocorrência dos vocábulos já textualizados pelo uso e configurados no plano dos enunciados produzidos, de acordo com Laface (1998). Em nosso *corpus*, o rastreamento vocabular faz-se necessário para que possamos perceber de que forma o enunciador, membro de um grupo social específico, mobiliza-o com o fito de produzir sentido acerca de outro grupo, marginalizado historicamente.

Vocabulário e léxico acham-se em relação de inclusão: o vocabulário é sempre uma parte, de dimensões variáveis, conforme as solicitações de momento, do léxico individual, que por sua vez faz parte do léxico global.

Também é oportuno precisarmos o conceito de palavra com o qual operaremos, já que nosso objeto de reflexão apresenta contornos conceituais fluidos e não universais. De acordo com Biderman (1978), a noção de palavra deve ser vista sempre com um olhar relativo, definida no interior de cada língua, ponto de vista apresentado pela autora que dialoga com a hipótese Sapir-Whorf, na qual se postula que a conceptualização da realidade se revela claramente nas estruturas gramaticais e semânticas das línguas. Em outras palavras, todo sistema lingüístico manifesta, tanto no seu léxico como na sua gramática uma classificação e uma ordenação dos dados da realidade que são típicas dessa língua e da cultura com que ela se conjuga. Cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressas em suas categorias gramaticais e léxicas.

Assim, a vaga noção de palavra será substituída em nossa pesquisa pelo conceito de *lexia* estabelecido por Bernard Pottier. Segundo o autor, as *lexias* são os elementos fundamentais, em língua, da construção sintática. Distinguem-se três tipos de *lexias*: as simples, as compostas e as complexas. Segundo Genouvrier e Peytard (s.d), tal classificação baseia-se em critérios, a saber:

0A *separabilidade*: os elementos de uma seqüência de palavras apresentam uma coesão mútua, de modo que os repetidos empregos de certas associações acabam por entrar no inventário léxico dos sujeitos falantes ao lado das palavras simples. Por exemplo, diz-se o *homem de cor do bairro* e não *o homem do bairro de cor*.

1O *valor funcional*: as lexias simples têm um valor funcional indicada pelas partes do discurso a que pertencem. A lexia *negro*, por exemplo, pode aparecer na língua como sendo substantivo ou adjetivo, escolha que implica os efeitos de sentido prováveis no discurso.

Outros conceitos relevantes para a fundamentação teórica de nossas análises posteriores são o de campo lexical e o de campo semântico, bases para a construção de nosso estudo léxico-discursivo sobre o negro nos jornais selecionados.

### 2.2.2. Campo lexical e campo semântico

A teoria acerca dos campos lexical e semântico é de grande valia como subsídio para as análises posteriores. Por meio dela, pretendemos verificar a maneira como o produtor do texto seleciona e organiza o léxico utilizado para a consecução de seus objetivos. Tais pressupostos serão o ponto de partida e não um fim em si mesmos já que se assim fosse, gerariam um modelo teórico de análise insuficiente para alcançarmos nosso objetivo central.

As questões lexicais fazem parte do discurso. Sabemos que léxico e discurso trabalham conjuntamente e não como duas instâncias estanques. No entanto, nesse processo de criação de uma metodologia de análise, necessitamos de um ponto de partida e como o léxico alicerça as intenções discursivas, iniciaremos pelas noções que o envolvem diretamente para que possamos observar como produz sentido no discurso.

Em nosso *corpus* que compreende o período de 1875 a 1887, o jornal *A Província de S. Paulo* divulga sua visão sobre o negro a partir de gêneros textuais como classificados, anúncios de fuga e captura, notas sobre suicídios e assassinatos, bem como por meio de opiniões inusitadas e fatos curiosos. Essa visão origina-se na própria sociedade e é devolvida a ela num ato natural de cumplicidade. É importante para nós a utilização dos campos para percebermos a construção de sentidos surge a partir das oposições no contexto sócio-cultural. Temos uma classe dominante segura de sua auto-imagem e que constrói uma visão acerca de outros seres que são

tidos como mercadoria dentro da sociedade. O levantamento lexical e a criação dos campos servirão para demonstrar linguisticamente e discursivamente como acontece essa relação entre peças e senhores divulgada pelo periódico na época da escravidão.

Segundo Mário Vilela (1979), as palavras de uma língua constituem uma globalidade, uma estrutura, construindo campos parciais, subordinados ao todo. A idéia de campo lexical liga-se ao sentimento que permite a comparação de uma palavra com outras, na escolha de uma palavra correta e na descoberta da dependência das palavras entre si. Ainda segundo o mesmo autor, esse campo é um paradigma lexical, formado pela articulação e pela distribuição de um contínuo, contraposto por diversas unidades existentes na língua, opondo-se entre si, por meio de traços de conteúdo. Por exemplo, em um anúncio de venda de escravo publicado em 15 de fevereiro de 1875, podemos fazer um levantamento dos campos lexicais referentes à oposição escravo x senhor. Para isso, organizaremos os campos segundo a disposição de forma e sentido, para depois verificarmos como se atualizam as lexias no plano discursivo. O que tais lexias representarão ou significarão no discurso dependerá da construção de um campo lexical atrelado ao semântico.

O campo lexical compreende um conjunto de unidades léxicas que dividem entre si uma zona passível de significação, com base nas oposições imediatas. Assim, os termos e os conceitos, para a análise do léxico, são o arquilexema, o lexema, o sema e a dimensão. O primeiro, segundo Vilela (1979), corresponde ao conteúdo total de um campo lexical. A noção de lexema liga-se à noção de conteúdo, expresso no sistema da língua, de forma a ocupar uma parte do campo lexical. Os semas constituem-se como sendo as menores unidades significativas constituintes de um lexema, com traços distintos de conteúdo. O termo dimensão mobiliza um estado de oposição entre as unidades da língua, o ponto de vista, o critério implicado por uma oposição, um suporte que implica distinção funcional.

Para podermos chegar às relações de sentido, torna-se necessário verificarmos de que forma esses termos se relacionam enquanto constituintes do material lingüístico, o qual se configura como base para a análise dos efeitos de sentido resultantes do contexto que envolve essa teia lingüística.

O campo semântico define-se, de acordo com Genouvrier e Peytard (s.d), como sendo o conjunto dos empregos de um sintagma ou lexia, contribuindo para que uma unidade lingüística venha a adquirir um sentido específico no uso. Delimitar empregos dessas unidades, no discurso,

significa, em princípio, fazer um levantamento dos contextos em que essas unidades estão inseridas. Em nossa pesquisa, é fundamental o levantamento do campo semântico da lexia “negro”, atualizada em textos de diferentes épocas. Interessa-nos, justamente, verificar quais efeitos de sentido tal lexia adquire, nesses contextos específicos, para observarmos como seu emprego ocorre, gerando diferentes efeitos de sentido. Os campos lexicais e semânticos permitem organizar estruturas lingüísticas que colaborarão para a formação do sentido.

Segundo Lyons (1979), a possibilidade de descrever o léxico de uma língua, em função de uma classificação hierárquica, deve partir do geral para o específico, observando-se o binômio hiperonímia/hiponímia. De acordo com Dubois et alii (1978), a hiponímia designa uma relação de inclusão, aplicada não à referência, mas ao significado das unidades lexicais. Está ligada à lógica de classes. A hiperonímia, por sua vez, origina os hiperônimos os quais definem-se como sendo termos cuja significação inclui o sentido de um ou de vários outros termos hipônimos. Em nosso *corpus*, por exemplo, a lexia “elite” funciona como hiperônimo das lexias referentes a senhor de escravo, juiz etc.

Importante também é apresentarmos o conceito de sinonímia, o qual relaciona-se aos campos lexical e semântico. Segundo Dubois et alii (1978), a sinonímia tem duas acepções diferentes. A primeira refere-se a dois termos com a possibilidade de se substituírem um pelo outro quando se situam em certo enunciado isolado. A segunda remete-se a termos intercambiáveis em todos os contextos, o que aponta para a não existência de sinônimos perfeitos. Assim, duas ou mais unidades lexicais relacionam-se ao mesmo referente, mas são empregados em contextos distintos, como no caso das lexias *negro*, *moreno* e *preto*. A escolha de uma forma estará relacionada ao contexto sociocultural, às preferências afetivas do locutor, à funcionalidade discursiva. As lexias *negro* e *peças*, por exemplo, foram vistas como sinônimos no século XIX.

Para Lyons (1979), na escolha de um sinônimo, além do contexto, são importantes os fatores afetivos da linguagem. Assim, o discurso individual faz-se por meio de situações específicas de organização lingüística do falante de uma língua. Dessa forma, a sua visão de universo deve assegurar o grau de semelhança sinonímica entre as palavras em uso e a sua devida adequação, no conjunto vocabular de um determinado universo do discurso. Por isso, o mecanismo parafrástico oferece-se como sendo um recurso para “o dizer diferente”, em “situações diferentes” e em “contextos variados”, resultando a adequação das unidades lexicais

no seu campo de atuação semântica. Dessa forma, a sinonímia pode ser vista como ato de fala, tornando-se fenômeno de designação múltipla. É nesse sentido que ela se interpreta e se explica, inclusa no discurso. A sinonímia, nesse sentido, torna-se dependente do contexto e, mais do que qualquer relação de sentido, depende de um grau de contextualização sistemática no enunciado lingüístico.

Relacionada à sinonímia temos o conceito da parassinonímia. Segundo Dubois et alii (1978), parassinônimo é o termo quase sinônimo de outro, considerando que esse sinônimo apresenta um grande número de traços pertinentes em comum aos dois termos envolvidos. Todavia, considerando-se a ampliação de sentidos que uma palavra possa oferecer, muitas situações parassinonímicas só podem ser interpretadas tendo-se em vista o contexto situacional, já que esse tipo de relação se constitui muito mais como sendo uma questão de discurso que de língua. *Negro* e *escravo* já foram vistos como parassinônimos em nossa sociedade em épocas passadas.

### **2.2.3. Razões da mudança de significado e fontes das tonalidades emotivas do significado**

Por fazermos um trabalho contrastivo dos periódicos de épocas distintas, enfocando a produção de sentido por meio do léxico inserido no discurso, julgamos pertinente tratar da mudança de significado, já que ela ocorre em nosso *corpus* de análise, visto que o léxico é um inventário aberto e o constituinte da língua mais sensível a modificações de significado. Abordaremos também os fatores emotivos do significado, até porque o discurso preconceituoso reveste-se de elementos semânticos utilizados com a intenção de provocar reações e sentimentos naquele que é objeto de discriminação.

#### **2.2.3.1. Fatores que atuam na mudança semântica**

De acordo com Sapir<sup>7</sup> :

a língua move-se ao longo do tempo numa corrente que ela própria constrói, tem um curso, nada é perfeitamente estático. Todas as palavras, todos os

---

<sup>7</sup> Cf.Ullmann, p.401

elementos gramaticais, todas as locuções, todos os sons e acentos são configurações que mudam lentamente, moldadas pelo curso invisível e impessoal que é a vida da língua. Mas, de todos os elementos lingüísticos, o significado é provavelmente o que menos resiste à mudança.

Essa característica de mutabilidade inerente à língua que atua sobre o léxico em nível diacrônico, remete-nos aos fatores que, segundo Ullmann (1964), favorecem as mudanças semânticas. São eles:

1) A imprecisão do significado: a natureza genérica das palavras, a multiplicidade de seus aspectos, a falta de familiaridade e a ausência de fronteiras bem definidas fazem com que haja alterações no uso das palavras, diferente dos aspectos sintáticos e morfológicos que quase não estão sujeitos à mudança.

2) A perda de motivação é um outro fator que contribui para as modificações de significado. Enquanto uma palavra permanece ligada à sua raiz e a outros membros da mesma família, dentro de certos limites conservará o seu significado. Se essa ligação se rompe, o sentido se afasta de suas origens e há a modificação de significado.

3) A polissemia também é outro fator gerador da flexibilidade do significado: uma palavra pode adquirir um sentido novo ou um grande número de sentidos novos sem perder o seu significado original. Algumas dessas modificações são de curta duração, mas outras passarão da fala para a língua, tornando-se estáveis.

4) O fator mais relevante que rege a mudança semântica é a estrutura do vocabulário, por ser formado de um grande número de unidades fluidas e móveis que podem ser acrescentadas ao uso de forma livre, enquanto que as existentes caem em desuso com facilidade. O léxico de uma língua é uma estrutura instável em que as palavras podem adquirir ou perder significados de forma natural.

#### **2.2.3.2. Fontes das tonalidades emotivas do significado**

A língua é um meio de despertar emoções e de fazer com que as mesmas surjam em nossos interlocutores. O elemento emotivo, segundo Ullmann (1964), está presente em todo ato de fala pois se o que dizemos nos fosse indiferente, simplesmente, não o diríamos. O uso

emotivo das palavras tem como objetivo, portanto, o de exprimir ou excitar sentimentos e atitudes.

Uma das fontes de tonalidade emotiva são os fatores fonéticos. A estrutura fonética de uma palavra pode dar origem a efeitos emotivos por meio da onomatopéia. Outro fator, o qual nos interessa mais de perto, é o contexto. De acordo com Ullmann (1964), todas as palavras, por mais precisas e inequívocas que possam parecer, extrairão do contexto uma certa determinação que, pela própria natureza das coisas, só pode surgir em elocuições específicas. O aspecto emotivo das palavras é largamente dependente do contexto já que, em princípio, qualquer termo pode adquirir tonalidades emotivas num contexto apropriado; por mais vulgar e prosaica que seja a palavra, existe a possibilidade de, em certos contextos, ser rodeada de uma aura emotiva. Uma palavra pode ser utilizada em inúmeras situações de uma maneira “neutra” e positiva e, em outro contexto, adquirir poderosa tonalidade. Inversamente, palavras com uma forte carga emotiva podem ocasionalmente ser empregadas de modo puramente objetivo.

A derivação emotiva é outro fator que interfere na tonalidade emotiva de uma palavra. Há certos sufixos, diminutivos, aumentativos, pejorativos e outros que acrescentam uma nota emotiva ou juízo de valor ao significado da raiz. Ainda de acordo com o mesmo autor, algumas palavras têm um aspecto de avaliação sobreposto ao significado principal, outro fator que atua na emotividade de uma palavra. Há palavras cuja função principal é a de exprimir a avaliação ou um comentário emotivo, caso dos adjetivos. Nesse caso, o elemento emotivo é mais que uma tonalidade, é uma parte integrante de seu significado central.

Como as informações teóricas referentes apenas ao léxico e ao aspecto semântico nos seriam insuficientes, visto que precisaremos aliá-las às noções que envolvem o contexto social, histórico e ideológico, partiremos agora para o referencial relacionado ao discurso, o qual, aliado ao primeiro, comporá em totalidade nosso respaldo teórico.

#### **2.2.4. Algumas considerações sobre a Análise de discurso**

Justificamos a inserção da análise de discurso em nosso trabalho por pretendermos verificar as condições de produção do dizer dos jornais selecionados em relação ao negro brasileiro. Não queremos apenas saber o que cada um deles diz a respeito do tema, mas como dizem, de que modo produzem significados. Para isso, relacionaremos a linguagem a sua

exterioridade, no sentido amplo e no estrito, e não a sua imanência. A Análise de discurso nos servirá como sendo um de nossos dispositivos de análise e, levando em conta os questionamentos feitos em relação à pesquisa, selecionaremos alguns conceitos que possam nos ajudar a respondê-los. Dessa forma, uma análise pautada apenas em dados lingüísticos não nos permitiria concretizar o objetivo proposto, ou seja, seria inviável discutir o preconceito de cor negligenciando os aspectos social, histórico e ideológico que envolvem a produção desse discurso.

Como selecionamos dois momentos diferentes para tratarmos da temática do preconceito, procuraremos pensar o sentido produzido no tempo e espaço próprios das práticas sociais em que estão inseridos os periódicos, objetivando verificar como a ideologia se manifesta nesses momentos específicos.

No século XIX a noção de objetividade jornalística ainda não era discutida. Assim, a subjetividade do produtor dos textos coletados tende a aparecer de modo mais explícito, ou seja, a imagem criada em relação ao negro parecerá transparente. Contudo, muitas vezes o que se julga óbvio precisa ser explicitado, já que não pretendemos quedar na superficialidade do enunciado, mas investigar como o texto cria os sentidos que cria, procurando mostrar que um classificado da *Província de São Paulo*, por exemplo, não é apenas um simples texto que objetiva vender um escravo. Há práticas sociais em jogo envolvidas por uma historicidade que circunda tal classificado.

Dessa forma, um dos conceitos da Análise do Discurso necessário à criação de nosso dispositivo de análise é o de interdiscurso, o qual se relaciona com a noção de memória discursiva. Segundo Eni Orlandi (2000,p.31), ele é definido como sendo “aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente. É o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído.” Como os discursos não nascem do nada, ou seja, como todo discurso está pautado em “falas” anteriores, o conceito de interdiscurso nos valerá para observarmos, no cruzamento dos dados das análises, como o discurso do preconceito extraído da *Folha de S. Paulo* dialoga com o já-dito, ou seja, com a visão de mundo de 1875-1887 de *A Província*? Há uma reafirmação de conceitos ou os mesmos são completamente rechaçados na atualidade? Colaboram para a criação de uma identidade negra ou servem como propagadores de exclusão?

Como um enunciado só se constitui por relacionar-se com outros, unido à noção de memória e interdiscurso temos o conceito de historicidade que não deve ser compreendido apenas como passagem de tempo, mas sob o prisma da relação, já que não é possível pensar o sentido excluindo tal noção. Os fatos não ocorrem apenas um após outro numa cadeia temporal, mas unem-se, criando uma relação de dependência para que possam ser explicados coerentemente. Especificamente, no caso de nosso *corpus* de análise, as lexias que fazem parte do caderno que trata do preconceito de cor, produzido em 1995, relacionam-se de alguma forma com o já-dito presente nos textos dos periódicos do século XIX, pois estão ligadas a um mesmo tema, o negro, e situadas em momentos sócio-históricos envolvidos por tempo e espaço específicos. Assim, sabendo que a enunciação é irrepetível em nível espacial/temporal, não o é da mesma forma única em nível de formação discursiva já que, para ser construída, leva em conta o já-dito. As idéias propagadas hoje e que constituem a imagem do negro dialogam com as do passado e muitas vezes as explicam, eis a importância de se resgata-lo e relacioná-lo ao presente.

De acordo com Eni Orlandi :

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo o dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. (ORLANDI,2000,p.32)

O interdiscurso está ligado à constituição do sentido referindo-se aos dizeres já-ditos, memória afetada pelo esquecimento. A esse conceito está aliado o de intradiscurso, relacionado à formulação do sentido, isto é, àquilo que se diz no momento dado, em determinadas condições. O sentido nasce, justamente, da intersecção dos dois pontos, o da formulação (intradiscurso) e o da constituição (interdiscurso).

O esquecimento presente no discurso, segundo Orlandi (2000), dá-se de duas formas. A primeira é de base ideológica e, graças a ela, o produtor do texto pensa ser o dono de seu próprio dizer mas, na realidade, retoma apenas sentidos que já existiam. Os sentidos não significam pela

nossa vontade, mas porque estão inscritos na língua e na história. O indivíduo, na expressão de seus discursos, não consegue se livrar das coerções sociais, pois a formação de sua consciência é social. Seu pensamento não é livre, visto que ele é produto da interação interpessoal. Dessa forma, o discurso também sofre pressões ideológicas, já que é produzido por seres sociais. A segunda forma de esquecimento diz respeito à enunciação e está ligada à idéia de que sempre que dizemos algo, pensamos que o enunciado só poderia ter sido feito da maneira como foi, o que é puramente ilusório. Trata-se do esquecimento enunciativo.

O esquecimento não é um defeito do discurso, ao contrário, é ele que o estrutura, faz parte da constituição do sujeito e dos sentidos. Segundo Orlandi:

Os sujeitos “esquecem” que já foi dito- e este não é um esquecimento voluntário- para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentidos, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas ao mesmo tempo sempre outras. (ORLANDI,2000, p.36)

Outro conceito que vem ao encontro de nossas indagações é o que Eni Orlandi chama de “relação de forças”. Os efeitos de sentido produzidos dependem dos produtores do texto e de seus interlocutores, sejam eles reais ou pretendidos. Eles são os sujeitos da interação comunicativa que podem ser tomados como formações imaginárias, ou seja, como imagens que a sociedade faz desses sujeitos dentro de sua formação histórica e ideológica como posições de sujeito. Tais posições estão relacionadas aos papéis sociais que os indivíduos assumem quando estão produzindo o texto. Não podemos nos esquecer de que esses papéis estão relacionados à hierarquia social e o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Importante também considerar, dentro das formações imaginárias, para o estabelecimento do sentido, as imagens que o produtor e o leitor do texto fazem do assunto, um do outro, da situação, de si próprios. Para a análise que realizaremos isso é fundamental, já que analisaremos dois períodos diferentes marcados por uma evolução social. Dessa forma, é preciso definir os papéis desempenhados socialmente por negros e não-negros em diferentes épocas.

Se no século XIX o discurso sobre o negro no jornal *A Província de São Paulo* alicerçava-se sobre uma linguagem desprovida de objetividade e de eufemismos, características próprias da imprensa do período, atualmente, o que preocupa a redação de um jornal como a *Folha de S. Paulo*, nosso corpus de análise, é a utilização de um vocabulário denominado “politicamente correto”. Em 1º de maio de 1992, a *Folha* apresentou uma nova versão de seu *Manual de redação*, enfatizando a atenção dada a esse tipo de linguagem. Propunha aos jornalistas da casa, como norma, que evitassem termos como *preto*, *crioulo*, *escurinho*, *alemão*, *moreno*, *de cor* e utilizassem a forma *negro*. Não deveriam, entretanto, utilizar expressões como *afro-brasileiro* ou *cidadão de tipo negróide*.

A primeira lista de palavras “proibidas” apresenta semas de cunho discriminatório percebidos facilmente pela maioria dos falantes de língua portuguesa e por isso não deveriam ser empregadas; já a segunda poderia denotar, pelo excesso de zelo com a linguagem, uma atitude discriminatória, pelo emprego de vocábulos que dariam uma sensação de artificialidade. O direcionamento para o uso de *negro*, quando necessário, mostra uma postura de personalidade do jornal, já que o termo está longe de ser neutro do ponto de vista dos discursos racistas e anti-racistas.

A preocupação com a linguagem politicamente correta, além do caráter lingüístico, apresenta um caráter político, já que se constitui como uma forma de combate à discriminação de grupos sociais marginalizados como os negros. Procurando-se utilizar um vocabulário não marcado, as relações sociais poderiam vir a se tornar menos conflituosas. Mas só uma mudança lingüística bastaria?

Os eufemismos surgem na linguagem na tentativa de amenizar certas expressões consideradas tabu. De acordo com Ullmann (1964), tabu significa “coisa proibida” e divide-se em três grupos, mais ou menos distintos, de acordo com a motivação psicológica subjacente: tabu de medo, tabu de delicadeza, tabu de decência. Abordaremos apenas o segundo tipo, intimamente relacionado a nossa pesquisa.

O *tabu de delicadeza* é utilizado para evitar a referência direta a assuntos considerados socialmente desagradáveis, minimizando os constrangimentos que poderiam vir a ocorrer se a forma marcada fosse empregada. Um grupo de palavras afetadas por essa forma de tabu é o dos nomes dos defeitos físicos e mentais; outro, o das ações criminosas, em que as palavras são evitadas por razões de delicadeza, real ou irônica. Acrescentamos a esse tipo de relação

lingüística as palavras relacionadas a designações referentes ao preconceito de cor, presentes nas relações existentes na “democracia racial” brasileira.

Algumas lexias são realmente discriminatórias, marcadas negativamente. Contudo, devemos ficar atentos para interpretar corretamente a intenção do enunciador e os contextos, tanto o lingüístico quanto o situacional em que são empregadas, para que não façamos leituras equivocadas, julgando-as previamente preconceituosas. Entretanto, lexias como *negro*, *preto*, assim como grande parte das palavras do léxico português, possuem semas que, aliados a sua historicidade, carregam consigo significados potenciais que não podem ser ignorados. É claro que a palavra se atualiza no contexto, mas não é a primeira vez que será utilizada e, por isso, não é desprovida de significados construídos social, histórica e ideologicamente. E para complicar ainda mais, negro”, por exemplo, em um enunciado, pode não ter o mesmo efeito de sentido para todos os locutores, já que é necessário levar-se em conta a posição do sujeito na enunciação. Devemos nos lembrar sempre de que o termo *sujeito* não se refere ao indivíduo de carne e osso, mas a uma categoria, à posição social em que está inserido.

A produção de sentido materializa-se nas práticas sociais. Assim, o contexto social nunca está separado do semiótico e o significado só pode acontecer por meio da interação. Portanto, um outro conceito que devemos levar em conta para a abordagem de nossa temática, é o de ideologia, visto que o jornal, veículo de informação e de sedução, é capaz de produzir, reproduzir e transformar o campo da representação ideológica. Para isso, é preciso que definamos a concepção de ideologia a ser seguida.

De acordo com Fiorin (1990:28), temos a seguinte definição de ideologia com base marxista:

A ideologia é um conjunto de idéias, representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens. Com ela é elaborada a partir das formas fenomênicas da realidade, que ocultam a essência da ordem social, a ideologia é *falsa consciência*. (FIORIN, 1990, p.28)

O autor apresenta o conceito de ideologia sedimentado no nível fenomênico da realidade o que equivaleria dizer que ela se manifesta no nível da aparência, o qual se opõe a uma realidade pautada na essência, no profundo, no real. Trata-se, portanto, de uma realidade

invertida. É no nível fenomênico da realidade que se constroem as idéias dominantes numa dada formação social, idéias essas que servem para justificar e explicar a realidade

De acordo com Chauí :

Em sociedades divididas em classes, nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas idéias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas idéias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia.(CHAUÍ, 2003, p.23)

É preciso utilizar a noção de “falsa consciência” de forma cuidadosa para que o conceito de ideologia não seja substituído pelo de vilania em todo discurso. Como a ideologia também pode ser vista como “visão de mundo” de uma dada classe social, devemos considerar que há visões de mundo que não ficam delimitadas apenas no nível da aparência da realidade, penetrando em sua essência.

Um outro posicionamento a ser considerado é o de Althusser (1985) em seu *Ideologia o aparelhos ideológicos do Estado*. Nele, o autor separa os Aparelhos Repressores dos Aparelhos Ideológicos do Estado, os quais caracterizam-se como meio de perpetuação ou reprodução das condições materiais de exploração. Os primeiros constituem-se pelo governo, pelo Exército, pela polícia, pelas prisões, tribunais, etc; os segundos, por instituições como a família, a igreja, a escola, a cultura, a informação, o direito. Os indivíduos são interpelados como sujeitos pela ideologia. Assim, a partir do momento em que eles se inserem nas práticas reguladas por esses aparelhos, constituem-se como tal. Será somente por meio do sujeito e no sujeito que a ideologia poderá existir.

O autor ainda ressalta que o conceito de ideologia não está apenas relacionado às idéias ou à consciência, numa concepção mentalista, mas à prática social entre sujeitos. De acordo com Althusser, “cada prática social é constituída na interação entre significado e representação e pode, ela mesma, ser representada. Não há prática social fora da ideologia”<sup>8</sup>. A ideologia não

---

<sup>8</sup> Cf.Hall, ,p.179

ocorre de modo isolado, já que se materializa nas formações discursivas, as quais dialogam umas com as outras. Ainda segundo Althusser, não existe uma relação direta entre as condições de existência social que vivemos e a forma como as experimentamos, fato que ele denomina como relações sociais “imaginárias”, já que não refletem a realidade. Assim, as relações sociais aparecem nas idéias como se fossem existentes por si mesmas e não como conseqüências das ações dos homens.

De acordo com Bakhtin (2002), “as idéias do passado sobrecarregam as mentes dos vivos como um pesadelo” Para alcançarmos nosso objetivo será fundamental examinar o contexto pertencente a cada formação discursiva selecionada para atribuímos sentido à formação ideológica nela materializada. A imagem do negro propagada pela *Província de S. Paulo* de 1875 até o ano anterior à abolição ainda “assombraria” ideologicamente os enunciadores e os leitores dos periódicos recentes, mesmo depois do desaprecimento das relações sociais a que diziam respeito?

Segundo Hall:

uma cadeia ideológica particular se torna um local de luta não apenas quando as pessoas tentam deslocá-la, rompê-la, contestá-la, suplantando-a por um conjunto inteiramente novo de termos, mas também quando interrompem o campo ideológico e tentam transformar seus significados pela modificação ou rearticulação de suas associações passando, por exemplo, do negativo ao positivo. Frequentemente, a luta ideológica consiste na tentativa de obter um novo conjunto de significados para um termo ou categoria já existente, de desarticulá-lo de seu lugar na estrutura ativa.(HALL, 2003,p.193)

Levando-se em conta o pensamento de Hall, temos inserida em nossa pesquisa a seguinte preocupação: investigar como um termo como *negro*, por exemplo, tão marcado ideologicamente na primeira fase de nosso *corpus* por constituir discursos de práticas de exploração social, econômica, racial e discriminatória, ampliou-se semanticamente gerando novos semas.

A ideologia manifesta nos discursos tem caráter social. A consciência individual é formada por todos os discursos que o sujeito interioriza no decorrer de suas experiências, os quais são assimilados e reproduzidos em sua fala. O enunciador presente no texto jornalístico reproduz inconscientemente o dizer de um grupo social, já que o jornal é um dos lugares em que se manifestam as coerções sociais. Quem enuncia não pode ser visto como o agente do discurso

pois é produto das relações sociais e, de certa forma, “reprodutor” das idéias que assimilou socialmente.

De acordo com Fiorin (1990, p.56 e 73) “o discurso é uma prática social que cristaliza e molda uma visão de mundo. Não existem representações ideológicas senão materializadas na linguagem”. O jornal, como formador de opinião, tem uma grande influência sobre os seus leitores, já que é um meio para a cristalização de uma dada visão de mundo e, especificamente no caso deste trabalho, um meio para a cristalização ou modificação de uma visão acerca do negro. É um veículo capaz de ratificar valores positivos ou negativos em relação à etnia, sedimentando na mente dos leitores velhos conceitos ou ajudando a derrubá-los. Os estereótipos, aliás, práticas sociais cristalizadas, imbricam-se de tal forma na mente dos indivíduos que acabam sendo vistos de uma forma natural por grande parte da sociedade.

Ao conceito de ideologia devemos associar a noção de cultura, a qual configura-se como uma dimensão do processo social e que, de acordo com Santos, pode ser assim compreendida:

Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também a sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade. Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor (SANTOS, 2003, p.45)

O preconceito à brasileira é formado cultural e historicamente em nossa sociedade, com sua lógica interna própria, a qual devemos conhecer para que faça sentido a sua prática, concepção e as transformação pela qual passou desde o final do século XIX até 1995. Para isso, é necessário relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos, permeados pela linguagem, pela ideologia, e pelas relações de poder. Pensar a respeito da cultura de uma sociedade nos auxilia a refletir sobre ela, sempre em transformação. Nada do que é cultural pode ser estanque porque a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é primordial.

Finalizado o referencial teórico passemos, então, ao capítulo em que descreveremos nossa metodologia de análise.

### **CAPÍTULO III**

#### **METODOLOGIA DE PESQUISA**

Uma vez concluídos nossos pressupostos teóricos, os quais servirão como norteadores de nossas análises, objetivamos, neste terceiro capítulo, definir nossa metodologia de trabalho para refletirmos como está engendrada a construção do discurso preconceituoso em relação ao negro veiculada pelos jornais em diferentes momentos de nossa história. Apresentaremos, primeiramente, um breve histórico dos periódicos para compreendermos o modo como essas instituições sociais, feitas para o povo, vêem-se a si mesmas e a seus interlocutores.

#### **3.1. Constituição do corpus**

##### **3.1.1. O jornal Folha de S. Paulo**

De acordo com o *Manual da redação da Folha de S. Paulo* de 2001, o jornal foi fundado em 19 de fevereiro de 1921 por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha, com o nome de *Folha da Noite*. O objetivo dos fundadores do periódico era atrair os leitores das classes médias urbanas e da classe operária. Em julho de 1925, os negócios ampliaram-se com o lançamento do matutino a *Folha da Manhã*. Em 1931, os títulos mudaram de dono, adquiridos por Octaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida. A razão social da organização fora alterada para Empresa *Folha da Manhã Ltda*. A linha editorial dos diários passou a ser marcada pela defesa dos interesses dos produtores rurais paulistas.

Essa fase durou até 1945, quando o controle acionário da empresa passou para o jornalista José Nabantino Ramos, que mudou a razão social mantida até os dias atuais. Em 1949, ele fundou a *Folha da Tarde* e, em 1960, uniu os três títulos em um, *Folha de S. Paulo*. O jornal adotou linha editorial identificada com os interesses das classes médias urbanas do Estado. Em 1962, devido a

problemas econômicos, a empresa passou para o controle dos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Seu primeiro desafio foi reorganizá-la do ponto de vista financeiro e administrativo. De 1968 a 1974, os empresários investiram prioritariamente na infraestrutura do jornal. A partir de 1974, a Redação passou a ser modificada. O jornal percebeu a abertura política do regime militar e investiu nela durante os dez anos seguintes.

Um projeto editorial, o primeiro de uma série, foi elaborado em 1978 e passou a nortear os rumos jornalísticos da *Folha* que assumiu, em 1984, a liderança, entre os veículos de comunicação do país, da campanha das Diretas –Já. Dois anos depois, o jornal tornou-se o diário de maior circulação no país, condição que manteve daí em diante. Em 1991, as ações da Empresa *Folha da Manhã S.A.*, que pertenciam a Carlos Caldeira Filho passaram a Octavio Frias de Oliveira.

Em 2001, a *Folha* lançou uma nova edição do seu *Manual da redação*. Nele, além de prescrever regras de uso da língua aos que dele fazem uso, o jornal apresenta o conceito de jornalismo e o projeto editorial que regem a atividade dos profissionais da empresa envolvidos no trabalho jornalístico.

O jornal se propõe a realizar um jornalismo apartidário, ou seja, livre de qualquer grupo, tendência ideológica ou partido político, embora procure adotar um posicionamento claro nas questões controversas, sem deixar de publicar posições divergentes das suas. Outra característica do jornal, segundo o *Manual* (2001, p.44), é o seu aspecto crítico e moderno: “o jornal não existe para adoçar a realidade, mas para mostrá-la de um ponto de vista crítico”. A orientação dada a seus jornalistas é essa: “mesmo sem opinar, é sempre possível noticiar de forma crítica. Compare fatos, estabeleça analogias, identifique atitudes contraditórias e veicule diferentes versões sobre o mesmo acontecimento”. Quanto ao aspecto moderno, temos: “o jornal entende como moderna a introdução na discussão pública de temas que não tinham ingressado nela, de novos enfoques, novas preocupações e novas tendências”

O pluralismo é mais um princípio editorial da *Folha*. De acordo com o *Manual*, numa sociedade complexa todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. É um jornal que procura adequar-se às transformações vividas pela sociedade já que esta, nos últimos dez anos, passou por mudanças significativas. Já não existe a polarização entre bem e mal, a ideologia de ontem não é a de hoje, é difícil manter designações como partido de direita ou de esquerda, há o fenômeno da globalização, as idéias estão sendo social e historicamente

reorganizadas e a *Folha* procura refletir todas essas modificações, de modo crítico, tendo em vista questões como: o que informar, para quem e para quê? “O leitor da Folha deve ter assegurado seu direito de acesso a todas as interpretações, todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal.”(2001,p.47)

Retomando: a *Folha* é um jornal que se vê como um veículo crítico, moderno, pluralista e apartidário. É o jornal de maior circulação do país exercendo, portanto, um importante papel na formação de opinião e hábitos da sociedade.

As diretrizes estabelecidas pelo jornal para sua prática diária delineiam-no como um veículo independente, apartidário, pluralista, ágil, preciso. Contudo, para que todas essas características se dêem, seria necessária uma isenção completa frente aos fatos, a chamada “objetividade jornalística”, um mito conhecido por aqueles que utilizam o signo lingüístico como meio de interação. De acordo com Rossi (1985,p.7), “o jornalismo é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos, uma batalha sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra”. O autor nos diz que a utilização da palavra vem mesclada com o mito da objetividade, importado dos padrões norte-americanos. Objetividade, segundo ele, é colocar-se numa posição neutra e publicar tudo o que ocorre, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões. Tal proeza parece-nos muito difícil de ser alcançada, já que, a cada formação discursiva corresponde uma formação ideológica permeada pelas palavras que nada têm de neutras, como fora abordado no capítulo teórico.

O *Manual da redação* posiciona-se da seguinte maneira em relação ao conceito de objetividade:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. O jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse. Consultar outros jornalistas e pesquisar fatos análogos ocorridos no passado são procedimentos que ampliam a objetividade possível. (2001, p.45)

No intuito de fazer com que seus jornalistas apenas reproduzam acontecimentos e opiniões da maneira mais distanciada possível, mas cientes de que isso não é possível, a objetividade parece ser uma tentativa na elaboração da linguagem jornalística. Até que ponto tal

objetividade/subjetividade no campo lingüístico auxilia ou dificulta a construção da imagem do negro atualmente? Ela ajuda na construção de uma identidade e de uma auto-imagem mais positiva? Quais as estratégias discursivas e como são utilizadas para construir tanto um efeito de objetividade quanto de subjetividade no discurso sobre o negro?

O *Manual da redação* também apresenta um ponto de vista em relação a seu leitor. Para o jornal, é ele quem o sustenta. Há dois tipos de leitores: o leitor primário, que é aquele que compra o jornal e leitor secundário que tem acesso ao jornal mas não o compra. A *Folha de S. Paulo* procura manter uma relação transparente com seus leitores através do ombudsman, no reconhecimento de seus erros e omissões e na disposição para corrigi-los. Faz parte da filosofia editorial do periódico poupar o trabalho de seu leitor, visto que quanto mais dedicação tiver o jornalista para elaborar a reportagem, menos esforço fará o interlocutor para entender o que o enunciador pretende comunicar. O jornal deve relatar todas as hipóteses sobre um fato em vez de esperar que o leitor as imagine, explicando cada aspecto da notícia e organizando os temas de modo que não haja dificuldade de encontrá-los ou lê-los.

O leitor da *Folha* é um alocutário, em geral, com um grau de escolaridade mais alto que a média dos brasileiros e interessado em uma análise mais cuidadosa dos fatos que dizem respeito a diversas áreas abordadas pelo jornal: economia, política, educação, cultura, saúde, informática, agropecuária, turismo, vida saudável, televisão. Esse leitor mais exigente pode ser visto manifestando-se diariamente através do ombudsman ou do **Painel do leitor**, seção em que pode manifestar-se elogiando ou criticando as matérias publicadas e os posicionamentos dos jornalistas acerca de dado tema.

Essas são as características básicas da linha editorial da *Folha de S. Paulo* e o modo como o jornal estabelece relação com seus leitores. O caderno especial do qual extraímos o *corpus* de nossa pesquisa constitui o segundo momento de nossa análise.

### 3.1.2. O jornal A Província de S. Paulo

Vejamos agora as características do jornal *A Província de S. Paulo*, o qual serviu de fonte para o primeiro momento de nossa análise.

Numa época em que a objetividade não era um critério que assombrava os jornalistas, em que a linguagem politicamente correta não clamava por existir e em que grande parte do auditório

para o qual a mensagem se destinava consistia-se de interlocutores com visões muito similares a dos enunciadores, surgiu o jornal paulista diário e matutino fundado em 4 de janeiro de 1875, *A Província de S. Paulo*, por um grupo liderado por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales. Em 1885, ingressou em sua redação Júlio César Ferreira de Mesquita, que em pouco tempo passou a diretor. Desde então, o controle do jornal permaneceu nas mãos da família Mesquita.

Organizado por uma comissão nomeada pelo Congresso Republicano de Itu, realizado em 1874, o jornal teve como principais articuladores Américo Brasiliense, atuando na cidade de S. Paulo, e Campos Sales, atuando em Campinas. Os acionistas eram, na maioria, fazendeiros ou profissionais liberais, os quais representavam a nova região produtora de café e que se constituía no maior e mais eficiente foco de oposição ao Império. Para a formação de *A Província* cada qual entrou com elevadas somas, o que já revelava a proporção e a pretensão da grande empresa que estava se constituindo. A redação do periódico foi confiada a Francisco Rangel Pestana e Américo Brasília de Campos.

Embora fosse, em sua grande maioria, favorável à República, esse grupo mostrava-se cauteloso diante da possibilidade real da queda da monarquia. Por isso, em lugar de se apresentar como porta-voz do Partido Republicano Paulista (PRP), a direção preferiu adotar uma linha política independente, intervindo de maneira autônoma “na discussão dos assuntos políticos e sociais”. De acordo com Schwarcz (1987), o jornal, com relação à escravatura, assumia uma posição de contemporização, ou seja, não se declarava contrário à abolição, postura que não poderia assumir de forma alguma devido à adesão às novas idéias que assumira. Entretanto, nada de mais avançado propunha ou acrescentava, defendendo, inclusive, a indenização dos grandes proprietários. Uma pequena manifestação do descaso do jornal com os escravos pode ser vista no programa do periódico. O “elemento servil” aparece em último lugar:

1. Descentralização completa
2. Ensino livre e aprendizagem obrigatória
3. Senado temporário e eletivo
4. Eleições diretas sob bases democráticas
5. Presidentes das províncias eleitos por elas próprias
6. Manifestações independentes
7. Liberdade de culto

8. Ensino secular separado do religioso
9. Instituição do casamento civil
10. Secularização dos cemitérios
11. Instituição do regulamento civil, de nascimento e casamento e óbitos
12. A reforma relativa do elemento servil ou a sua substituição pelo trabalho livre se fará na medida geral, mas pelas províncias conforme seus interesses peculiares, tendo por base a indenização e o resgate.

Na verdade, *A Província de S. Paulo* defendeu, desde o início, os interesses da elite agrária, combatendo a centralização política e administrativa imposta pelo Poder Moderador ao longo do Império. O jornal reivindicava igualmente eleições diretas para o Senado e para a presidência das províncias, a separação entre Igreja e Estado, a instituição do casamento e dos registros civis e a substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre.

Já a partir de seu segundo número, o jornal introduziu em suas páginas uma “seção livre”, mantida, aliás, até hoje, na qual eram publicados comentários, discussões religiosas ou políticas, além de casos pessoais ou polêmicos. Duas ou três vezes por semana, eram publicados editoriais de cunho anticlerical, antiescravagista e antimonárquico. Eram parcimoniosas as notícias referentes ao natal, à Semana Santa, Finados e outras datas religiosas. A chegada da família imperial em visita a São Paulo foi noticiada de modo discreto, embora respeitoso.

Entretanto, as crises financeiras atravessadas pelo jornal em seus primeiros anos de vida conduziram, em 1882, à dissolução da sociedade comanditária que o controlava. *A Província* passou, então, à propriedade exclusiva de Francisco Rangel Pestana, tornando-se ao mesmo tempo órgão oficial do PRP. Em outubro de 1884, Rangel Pestana vendeu metade do jornal à firma Alberto Sales, o qual já era conhecido como jornalista e escritor e um dos maiores adeptos dos ideais positivistas e do evolucionismo social no Brasil, apelidado de “O filósofo da República”.

No período em que Alberto Sales esteve à frente do jornal, *A Província* viveu seu maior momento de apego às crenças difundidas na época. Era ele quem redigia os editoriais e as seções científicas e, em nome da ciência, sempre divulgava notícias de cunho racista em relação aos negros e aos imigrantes. De acordo com Schuwarcz (1987), Sales acreditava a fundo nas teorias da época que definiam os aspectos prejudiciais da mestiçagem e o caráter atrasado do elemento de

cor; através desse tipo de idéia, valorizava o predomínio da raça branca, o que combinava perfeitamente com a situação política do momento. Ainda de acordo com autora:

Alberto Sales forma-se, portanto, à semelhança da maior parte dos filhos da aristocracia cafeeira e membros de grupos economicamente dominantes, dentro de um universo em que a sociedade era analisada a partir de uma só ótica e através dos filtros de leis de progresso e evolução rígidas (SCHUWARCZ,1987,p.82)

Para Sales, seguidor de Spencer, o qual identificava o mundo social ao biológico, Darwin e Comte, a evolução das espécies era um princípio universal e que se aplicava a todos os ramos da sociedade. Dessa forma, o jornal seguia exatamente o perfil elitista traçado pelas “novas idéias da época” de cunho “científico”, propagando que a união de uma raça diferente à branca seria um fator determinante para a criação de seres degenerados, de caráter duvidoso.

O “Filósofo da República”, contudo, afasta-se do jornal em 1885, devido a uma grande crise financeira. Assim, o comando volta às mãos de Júlio de Mesquita. Nova sociedade comanditória foi constituída e, nesse momento, Júlio César Ferreira de Mesquita, genro de José Alves de Cerqueira César, ingressou no jornal como redator-gerente. A partir de 1888, Júlio Mesquita passaria a co-diretor do jornal, ao lado de Rangel Pestana.

Ao longo da década de 1880, *A Província de São Paulo* desenvolveu duas grandes campanhas, defendendo a abolição da escravidão e a proclamação da República. A campanha abolicionista foi acompanhada em prol do incremento da imigração de colonos europeus. O jornal aplaudiu entusiasticamente o aparecimento do livro *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, na Inglaterra, e apoiou a libertação pacífica dos escravos nas províncias do Amazonas e do Ceará. No final do mês de abril de 1888, o jornal suspendeu a publicação de matérias de cunho abolicionista. Dois dias após a publicação da Lei Áurea, o editorial, várias matérias e poemas saudavam o fim da escravidão e convidavam o povo a participar de uma marcha comemorativa. Júlio de Mesquita Filho, em *A crise nacional*, considera que a incorporação do negro à sociedade brasileira redundou em atraso para a evolução do país devido à alteração provocada no caráter nacional. Argumenta ele que,

com a abolição, entrou a circular no sistema arterial de nosso organismo político a massa impura e formidável de dois milhões de negros subitamente investidos das prerrogativas constitucionais... A esse influxo repentino de toxinas provocado pela subversão total do metabolismo econômico do país, haveria necessariamente de suceder grande transformação na consciência nacional que, alerta e cheia de ardor cívico, passou a apresentar, quase sem transição, os mais alarmantes sintomas de decadência moral... Depois que a lei de abolição do elemento servil foi assinada e que os seus beneficiários haviam transposto definitivamente os portões da senzala, desceu o nível moral da nacionalidade e na proporção da mescla operada. O contato do africano oprimido e aviltado, sem uma sombra sequer de sentimento cívico, além de quebrar a unidade física indispensável às vibrações da multidão, preparou o terreno para o advento dos costumes políticos a que até hoje estamos sujeitos. (PRADO E CAPELATO, 1980, p.47)

A campanha republicana, intensificada na fase final da campanha abolicionista, viu igualmente seus objetivos alcançados com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Nesse momento, *A Província de São Paulo* passou a chamar-se *O Estado de S. Paulo*. No final da primeira década do século 20, o jornal chegou a uma tiragem de 30 mil exemplares diários e continuava a enfrentar problemas com a censura e a dissidência dos republicanos. Defendia a institucionalização do voto secreto, a democratização do ensino e a criação de leis trabalhistas mais dignas.

Essas são, portanto, as condições sócio-históricas e ideológicas de produção dos periódicos, as quais nos auxiliarão a compreender como os enunciadores construíram os discursos sobre o negro nas diferentes épocas, dando-nos pistas para a análise dos aspectos conjuntivos e disjuntivos na temática do preconceito de cor no país. Importante ressaltar que o aspecto histórico não deve ser visto como simples sucessão de fatos no tempo, mas como o homem, nestes períodos determinados, cria os meios e as formas de sua existência social.

A visão que os enunciadores têm de si mesmos e dos periódicos em que estão inseridos é de fundamental importância na produção de qualquer discurso, principalmente no preconceituoso. De acordo com Ruth Amossy:

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades, nem mesmo fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências lingüísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. (AMOSSY, 2005, p.9)

Como fora dito anteriormente, nosso *corpus* de análise é formado por dois jornais produzidos em momentos históricos diferentes do país. Da *Província de S. Paulo* foram selecionados 35 textos datados do período de 1875, primeiro ano de circulação do jornal a 1887, ano anterior à Abolição da escravatura. Procedemos à seleção dos textos de modo aleatório, já que não tínhamos datas precisas para a busca dos mesmos. Do total levantado, fizemos uma triagem e escolhemos 20 para a análise, visto que havia vários textos temática e estruturalmente muito semelhantes.

Da *Folha de S. Paulo* selecionamos apenas um caderno especial, produzido pelo jornal em 25 de junho de 1995, o qual trata especificamente das questões raciais entre brancos e negros existentes em todo o país, projeto atrelado à comemoração do tricentenário da morte de Zumbi. Segundo o periódico, à época, esta foi “a maior e mais completa pesquisa sobre o preconceito de cor entre os brasileiros” para a qual foram mobilizadas cerca de 700 pessoas em todas as unidades da Federação. Foram ouvidas 5081 pessoas maiores de 16 anos em 121 cidades. O caderno, em suas 16 páginas, aborda os seguintes temas: intolerância, a cor do brasileiro, oportunidades para os negros, negros x negros, regionalismo e auto-imagem.

As lexias que serviram como mote para discussão sobre o tema foram extraídas, portanto, desse caderno, o qual conseguimos junto ao Banco de dados da Folha. Selecionamos para o trabalho as 20 lexias que nos pareceram significativas para a discussão do preconceito racial no país:

|                               |                            |
|-------------------------------|----------------------------|
| 1) racismo cordial            | 11) intolerantes raciais   |
| 2) preconceito de cor         | 12) preconceituosos        |
| 3) não-negros                 | 13) racismo                |
| 4) negros                     | 14) escurinha/escurinho    |
| 5) pardo                      | 15) crioulo                |
| 6) moreno (claro e escuro)    | 16)marrom-bombom           |
| 7) inferiorizados             | 17) mulata                 |
| 8) preto                      | 18) clarear o departamento |
| 9)negro mais intelectualizado | 19) anomalia estatística   |
| 10) autopreconceito           | 20)único                   |

### 3.2. Procedimentos de análise

Embora nosso *corpus* de análise, em sua totalidade, seja constituído por textos pertencentes ao domínio jornalístico, eles apresentam características estruturais distintas as quais devem ser descritas para que fique claro o modo como faremos os cruzamentos dos dados levantados na análise.

Como já fora dito anteriormente, nosso *corpus* é formado por dois momentos marcados no tempo. A primeira fase diz respeito aos textos extraídos do jornal *A Província de S. Paulo* compreendidos no período de 1875 a 1887; a segunda fase é formada pelo caderno produzido pela *Folha de S. Paulo* de 1995, denominado *Racismo cordial*.

Os dados levantados a partir do periódico pertencente ao contexto social da escravidão são extraídos do jornal como um todo, ou seja, não delimitamos uma única seção ou apenas um gênero textual. Todos os textos encontrados que nos permitiam reconstituir a visão da sociedade da época sobre o negro nos interessavam, bem como o léxico utilizado para materializar essa visão. Assim, selecionamos classificados, editais de venda, notícias de fuga de escravos, curiosidades e artigos de opinião. Linguisticamente, destacamos o aspecto lexical dos textos, analisando-os na íntegra, ou seja, os campos lexicais são relacionados ao aspecto discursivo, sintático e semântico em alguns textos, relação necessária para a caracterização do preconceito no período.

Diferentemente das características descritas acima, a segunda fase do *corpus* está centrada em um único caderno, o qual tem como temática o preconceito de cor. Por abordar aspectos diferentes do mesmo tema, possibilitou-nos um levantamento lexical mais voltado à criação de um vocabulário das relações entre brancos e negros, visto que a publicação é o resultado de uma pesquisa feita pelo jornal de um modo criterioso. Assim, neste momento, não analisamos gêneros textuais distintos, mas interpretamos, por meio da relação léxico-discursiva, vocábulos que retratam as relações entre negros e não-negros em nosso país.

Assim, a análise dos dados será feita primeiramente de modo sincrônico, em que analisaremos os textos delimitados em sua época e, posteriormente, de modo diacrônico, momento em que cruzaremos os dados para estabelecermos as diferenças. O *corpus* do período da escravidão foi dividido em grupos de textos que apresentavam características comuns, não apenas em sua estrutura mas na ideologia que veiculavam. A análise desses textos nos dará a visão corrente em relação ao negro escravo, disseminada pela mídia branca. Como tencionamos saber de que forma as idéias preconceituosas do presente relacionam-se às do passado e em que ponto elas se desvinculam, relacionaremos os vocábulos levantados às idéias presentes em cada grupo, as quais estão inseridas num momento histórico específico.

### **3.3. Passos para a análise**

- Seleção e triagem dos textos selecionados em *A Província de S. Paulo*;
- Agrupamento dos textos selecionados levando em conta o gênero textual e a imagem preconceituosa que produziam em relação ao negro;
- Análise de cada um dos textos dos grupos partindo da observação do léxico e das relações intratextuais estabelecidas por ele aliada aos aspectos sócio-históricos e ideológicos envolvidos na produção dos textos;
- Apresentação dos resultados parciais gerados pelas análises;
- Levantamento do léxico relacionado ao preconceito extraído do caderno *Racismo cordial*;
- Análise léxico-discursiva das lexias anteriormente selecionadas com a finalidade de detectar como o preconceito é expresso na atualidade;
- Cruzamento dos dados das análises dos dois períodos no intuito de estabelecer os resultados obtidos por meio da elaboração de conjuntos hiponímicos, hiperonímicos e relações de sinonímia e antonímia, paráfrase e polissemia;
- Apresentação das conclusões geradas a partir do cruzamento dos dados.

Definida nossa metodologia de trabalho, partiremos para a análise do *corpus* em nosso capítulo subsequente.

## **CAPÍTULO IV**

### **ANÁLISE DO CORPUS**

#### **4.1. O LÉXICO EM A PROVINCIA DE S. PAULO**

**4.1.1 Os textos pertencentes ao grupo 1 são os que criam a imagem do negro como coisa, mercadoria, não-humano. Trata-se de edital de venda de escravos e classificados.**

**1875- Porto Feliz (texto do grupo 1-Gênero: edital) – (ANEXO 1)**

Este texto diz respeito a um edital de venda de escravos. Nele, podemos observar uma oposição semântica fundamental oriunda dos papéis sociais existentes na época: de um lado há o negro, exercendo o papel de escravo, o que equivalia a dizer, na época, o papel de mercadoria; de outro, estão aqueles que os pretendem adquirir e que constituem a elite da época, exercendo o papel social de compradores de escravos.

Os escravos elencados neste edital serão leiloados e fazem parte da herança de um finado fazendeiro. Como são reduzidos à condição de mercadoria por sua posição na sociedade, são apresentados apenas com o primeiro nome, característica suficiente para quem será comercializado. Sua identificação como produto vem expressa pela cor de sua pele, por sua idade, por seu estado civil e por seus valores, presentes no edital. Em contrapartida, os outros envolvidos nesse processo de compra e venda possuem nome, sobrenome e até mesmo título conferido pelos que se vêem iguais a eles (no caso do sr.dr.juiz de orphãos).A visão que a elite da época tem de si mesma é oposta a que tem em relação ao escravo, visão compartilhada socialmente: para considerar o outro como coisa, é preciso pensar-se humano e superior, concepção compartilhada pelos que detinham o poder social , político e econômico na época. (1875).

Realizando o cotejo das lexias e sintagmas mais relevantes que sustentam a oposição geradora de sentidos presente no texto, temos:

| <b>ESCRAVOS</b>       | <b>ELITE</b>                                                                            |
|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| Preto/preta/parda     | Sr.Dr. Juiz Aquilino L.A. Coutinho/ José H.<br>Fernandes (finado)/ José da M.J. Mariano |
| Casado/solteiro/viúvo | Escrivão                                                                                |
| Maior preço           | Pretendentes                                                                            |

|                        |                        |
|------------------------|------------------------|
| Grau de parentesco     | Câmara Municipal       |
| Valores/venda          | Primeira audiência     |
| Idades                 | Abertura das propostas |
| Pertencentes à herança | Faço/convoco/de ordem  |

Tendo em vista os campos lexicais apresentados observemos, primeiramente a construção do de *escravo*. As lexias selecionadas denotam a subjugação do ser considerado não-humano pela sociedade da época. A cor da pele (preto/preta/parda), a faixa etária e o grau de parentesco apresentados não devem ser vistos apenas como meras características, mas como um modo de identificação da peça a ser examinada antes de ser adquirida pelo comprador. Assim, tais dados não se relacionam à identidade do escravo, já que para possuí-la dever-se-ia ser considerado humano, mas apenas à sua identificação como mercadoria. A seleção da lexia simples *pertencentes*, que de acordo com o dicionário *Aurélio* é um adjetivo quer dizer “que pertence a alguém ou a alguma coisa”, leva-nos ao verbo *pertencer*, “ser propriedade de”. No caso, os escravos fazem parte da herança de seu finado dono e a escolha do verbo em questão traduz o pensamento da época.

Até mesmo o falecido, apesar de tal condição, manteve sua identidade como dono de escravos que havia sido. Isso ocorre porque ele faz parte de nosso segundo campo lexical, o da *elite*. Como exercem funções de prestígio desenvolvendo papéis sociais como juiz, escrivão, dono de terras, sua condição humana na época está garantida e, conseqüentemente, seu valor reconhecido. Responsáveis pelo bom andamento social, a eles é delegado o poder de realizar ações, de concretizá-las. Como comprovação lingüística, temos em nosso campo lexical os verbos performativos *faço*, *convoco*, proferidos pelo escrivão interino capacitado socialmente para tanto. O juiz, na expressão *de ordem*, permite que o leilão ocorra e que os escravos sejam comprados. Nessa relação de oposições, um tem o poder de executar as ações e o outro a obrigação de sofrê-las.

Neste texto, a Câmara municipal é o lugar da elite, local onde ocorrerão as negociações das quais participarão os que se interessarem; contudo, só conseguirá adquirir o produto *aquela* que oferecer o melhor preço. A lexia em destaque reforça a noção de grupo, pois retoma a idéia presente na unidade lexical *pretendentes*, ao mesmo tempo que a restringe, pois, embora façam parte do mesmo grupo, apenas o de maior poder aquisitivo poderá levar a mercadoria.

A exterioridade discursiva que envolve este edital, em sentido estrito, constitui-se da relação harmônica entre o jornal, que se coloca à disposição para divulgar esse gênero textual tão comum na época, configurando-se como um prestador de serviços, e a instituição responsável por esse tipo de prática. Além deles, fazem parte também dessa exterioridade, em sentido estrito, os leitores interessados em participar de tal evento na cidade de Porto Feliz, na Província de S. Paulo. O contexto, em sentido amplo, envolve toda situação histórica, social e ideológica da época, comum a todos os textos desse *corpus*. Lingüisticamente, as lexias selecionadas refletem com fidelidade o pensamento da época em que a “ideologia da coisificação” do negro é muito bem aceita, visto que necessária para a manutenção do *status quo*.

### **1878- Excelente escravo (texto grupo 1- gênero: classificado) (ANEXO 2)**

Corroborando os fatos históricos apresentados no primeiro capítulo de nosso trabalho, apresentamos agora o léxico utilizado na construção de um gênero textual presente no periódico *A Província de S. Paulo* que conhecemos como **classificado**. Nele, os escravos são mercadorias colocadas à venda por seus senhores que, valendo-se de uma linguagem de cunho conativo, procuram negociar seus bens. O negro, considerado um ser racialmente inferior, sem nenhum tipo de direito, tinha seu valor medido pelos músculos, pela idade, pelos dentes, pelo sexo, pela saúde, como pudemos ver no edital acima e como agora veremos na análise dos classificados.

No texto intitulado *Excelente escravo*, temos como tema a venda de um escravo de 22 anos, o qual não é identificado por um nome, já que o que interessa são suas características e aptidões físicas que o habilitam ao trabalho e não a sua identidade. A lexia selecionada pelo enunciador, *crioulo* é um substantivo masculino que significa, de acordo com o dicionário Moraes de 1813, *o escravo que nasce em casa do senhor, o animal, cria que nasce em nosso poder*. Pejorativa no discurso do preconceito atual, no século XIX tal lexia é utilizada de forma corrente para se referir aos escravos, funcionando como um sinônimo para unidades lexicais como negro e preto, o que daria origem, nesse contexto, a uma relação parafrástica. Entretanto, verificamos que a designação *crioulo*, em 1878, carrega em seu semema o sema específico de animal, cria, coisa, enquanto essas associações em negro e preto são mais dependentes do contexto situacional. A relevância semântica em negro e preto é mesmo relacionada ao sema referente à cor da pele, acrescida à condição social.

O classificado, praticamente uma espécie de texto publicitário da época, é recheado de qualificadores que circundam a *lexia* escravo: ele é apresentado como excelente, asseado, bonita figura, humilde, obediente, sem vício, o melhor trabalhador de roça. Além disso, aos interessados são indicadas suas habilidades como cozinheiro, copeiro e bolieiro. Tais escolhas lingüísticas entrelaçadas ao contexto da época e à intencionalidade do produtor geram um texto persuasivo por suas características conativas. Interessante observar o modo com o lexicógrafo conceitua a designação *crioulo*. Ele se inclui explicitamente como superior, pertencente à elite, julgando o negro como inferior: *cria que nasce em nosso poder*.

É necessário observar que os elogios, feitos ao jovem escravo, têm o propósito único de servir de chamariz para que pudesse ser vendido. E, sendo considerado um bem material do século XIX, um escravo com tais características era visto como um sonho de consumo na época. O crioulo, assim, não é apresentado apenas como um trabalhador apto a exercer suas funções na roça, mas como O MELHOR, sintagma selecionado para intensificar sua habilidade no exercício dessa função.

Como nos mostraram os dados históricos, a beleza dos escravos não era atributo levado em consideração, já que eram vistos como grotescos, animais e feios pela sociedade da época, a qual os via de modo muito diferente do que viam a si mesmos. Dessa forma, ao eleger a expressão *bonita figura* no classificado, o produtor da mensagem vale-se do adjetivo que compõe a *lexia* para referir-se às características úteis ao seu propósito: os bons dentes, os músculos fortes e a saúde perfeita do escravo em questão, sempre o exaltando como não-humano.

O escravo deste texto é valorizado na sua condição reificada, por isso o enunciador utiliza a *lexia* *excelente* no título para defini-lo. Desse modo, ele é visto como o *bom crioulo*, aquele que, ao contrário de tantos outros, submetia-se ao espaço social que lhe era permitido, sem exercer as atitudes de rebeldia tão condenadas pelos senhores de engenho e pela elite da época. Para comprovar isso, são empregados os vocábulos *humilde* e *obediente*. O primeiro tem como acepção: 1. que tem ou aparenta ter humildade. 2. Pessoa de condição modesta. *Humildade*, por sua vez, quer dizer: 1. virtude que nos dá o sentimento de nossa fraqueza. 2. Modéstia. 3. Submissão. O segundo vocábulo é o adjetivo referente à *obediência* e quer dizer: 1. Ato ou efeito de obedecer. 2. Disposição para obedecer. 3. Submissão à vontade de alguém.

Das acepções existentes, as mais adequadas ao contexto e ao co-texto são as que nos trazem as noções de submissão apresentadas nas terceiras entradas. Dessa forma, a imagem do escravo *excelente* criada pelo enunciador, por meio do léxico, constrói-se a partir da disposição do negro em ser submisso à vontade de seus senhores e à vontade da época. Humildade e obediência, além do bom exercício das atividades braçais comuns aos escravos, configuravam-se como características necessárias para que uma mercadoria fosse considerada excepcional no século XIX.

**1878- FAZENDA (Texto grupo 1- Gênero: classificado)- (ANEXO 3)**

**1880- CARRO E ESCRAVO (Texto grupo 1- Gênero classificado) (ANEXO 4)**

**1880- ESCRAVOS (Texto grupo 1- Gênero- Classificado) (ANEXO 5)**

Temos aqui mais um classificado que nos auxilia na percepção da imagem do negro como não-humano veiculada pela *Provincia*. O classificado diz respeito à venda de uma fazenda constituída por 80 alqueires de terras livres de geada e tendo como características adicionais pés-de-café, casa de vivenda, paiol, tulha e casas para escravos. Também fazem parte do “pacote” oito escravos que podem ser adquiridos junto com os outros bens ou não, ou seja, nesta negociação são bens opcionais.

O que é interessante notar nesse classificado é que os escravos são colocados no mesmo patamar de uma plantação de café, o que os torna equivalentes a seres inanimados, confirmando mais uma vez a caracterização do negro-coisa. Contudo, em “Vende-se com oito escravos ou sem eles” temos as palavras gramaticais *com* e *sem* que nos permitem perceber um efeito de sentido ainda não discutido: a primeira palavra nos sugere inclusão e, neste caso, os escravos valeriam tanto quanto os outros bens; a segunda nos sugere exclusão o que nos faz pensar que os escravos valeriam menos ainda que os outros bens, já que existe a possibilidade de não serem comprados. Neste texto não há a exaltação ao bom crioulo ou adjetivação contundente porque o proprietário está mais interessado em vender as terras do que os escravos. Assim, os valorizados são os cafezais, os quais produzem em grande quantidade.

Outro classificado que equipara o escravo a seres inanimados é o de 1880 *Carro e escravo*. No anúncio é vendido um carro puxado por cavalos denominado Victoria e manifestado o interesse pela compra de um escravo de meia idade, sadio e sem vícios para todo o trabalho. As

características físicas, como já fora anteriormente abordado, devem constituir a mercadoria para que o comprador se sinta satisfeito. Linguisticamente é interessante observar o título do classificado. A conjunção aditiva *e* é utilizada para unir dois vocábulos que, no contexto situacional da época, apresentavam o mesmo valor, já que se tratava de coisas e, portanto, poderiam ser anunciadas num mesmo classificado. No corpo da notícia a mesma conjunção é utilizada com valor semelhante, unindo orações em que se manifesta o interesse de vender e de comprar, atitudes que fazem parte de um jogo de mão dupla em que estão envolvidos seres passíveis de serem negociados.

Nos dias de hoje, tal atitude é vista pela maioria das pessoas como condenável. Entretanto, em 1878-1880, vender e comprar os que eram vistos como seres sem alma constituía-se como prática comum.

O próximo texto, também um classificado, apresenta-nos o seguinte: “Tem na rua Alegre n.48 um lindo lote de 25 para vender, tendo um carpinteiro de toda obra e um perito cosinheiro.” Observando o léxico utilizado, destacamos os vocábulos “lindo” e “lote”, os quais apresentam as seguintes acepções: *lindo adj.* Agradável à vista ou ao espírito, belo, formoso. 2. Gracioso, delicado, airoso. 3. Perfeito, primoroso. *lote sm.* 1. quinhão que cabe a alguém numa partilha. 2. Objeto(s) leiloados de uma vez. 3. Determinada porção de objetos, em geral da mesma natureza. 4. Área delimitada de terreno para construções ou pequena agricultura. Partindo das acepções, podemos precisar o sentido em que foram utilizadas no contexto anteriormente citado.

A beleza relacionada ao escravo não é associada à natureza humana, pois se assim o fosse seriam vistos pelos brancos como semelhantes, mas às características físicas de uma força de trabalho que se apresenta capacitada para exercício de suas tarefas. Os vocábulos escravo e lindo só eram utilizados em parceria com o intuito de construir a natureza conativa do classificado, voltado para o leitor-consumidor, na tentativa de convecê-lo a adquirir a mercadoria. O produtor da mensagem poderia ter selecionado outros vocábulos de sentido semelhante como bonito ou vistoso. Entretanto, observemos os semas que constituem os três vocábulos: *bonito adj.* 1. Que agrada aos sentidos sem ser propriamente belo. 2. Formoso, belo. 3. Bom, vantajoso. 4. Que mostra nobreza, generoso. 5. excelente, magnífico. *vistoso adj.* 1. que dá na vista ou agrada a vista. 2. Ostentoso, aparatoso. Podemos observar que um traço de significado presente em *lindo* não se encontra em bonito ou vistoso: perfeito. Assim, tal perfeição, física no caso do escravo, seria mais bem expressada por meio da utilização do

vocábulo selecionado, escolha que valoriza o lote de escravos em questão. O vocábulo *lote*, como pode ser observado em sua acepção dicionarizada, só se refere a objetos, posição ocupada pelo escravo na sociedade da época.

A elipse presente no texto também nos sugere o descaso: ...um lindo lote de 25... É como se dissessem: “Olha, tenho 25 lá para vender”. Vinte e cinco animais, alqueires ou vinte e cinco negros, tanto fazia.

O vocábulo *perito* e a expressão *de toda a obra*, referente a carpinteiro, também aparecem como recursos lexicais que auxiliam na construção de um discurso de caráter persuasivo. Esta escolha visa a destacar as qualidades de dois dos escravos constituintes do lote, como um atrativo aos interessados. Tais qualidades relacionam-se à habilidade incomum na cozinha e à versatilidade nos trabalhos de carpintaria.

Encerradas as análises desse grupo de textos, temos como conclusões parciais:

- Os gêneros textuais analisados (classificados e edital) têm como objetivo a negociação de escravos; para isso, reforça o pensamento vigente na sociedade da época, pautado em teorias pseudo-científicas de que o negro não era um humano, pelo menos não da mesma essência que o branco.
- O léxico é de fundamental importância para que o enunciador alcance efeitos de sentido muito precisos, já que auxilia na caracterização da mercadoria anunciada; assim, lança mão de intensa adjetivação e de palavras gramaticais que servem para colocar no mesmo plano escravo e coisas inanimadas.
- A palavra *escravo*, no discurso, pode ser vista como um hiperônimo para *negro*, *preto*, *pardo*, *crioulo*; entre *negro* e *preto* há uma relação sinonímica, já que, com frequência, são substituídos um pelo outro nos classificados sem prejuízo de sentido. São empregados em oposição a branco e tem em comum o sema virtual da inferioridade, do sub-humano, fato que se explica pelo contexto sócio-histórico-ideológico do século XIX. Quando o enunciador substitui negro por preto ou vice-versa, não quer, com isso, criar um efeito de sentido diferente, mas selecionar um dos hipônimos possíveis já que, neste contexto social, equivalem-se. *Crioulo*, contudo, traz em seu semantema os semas de animal, coisa, propriedade.
- Unidades lexicais de cunho positivo relacionadas ao escravo como *lindo*, *excelente*, *perito*, *boa figura*, *o melhor*, tem o propósito de valorizá-lo como sendo peça a ser

adquirida, ressaltando suas capacidades físicas para o trabalho. Em 1878, um escravo de “boa figura” ou um negro de “boa aparência” referia-se a um biotipo adequado ao trabalho exigido. O léxico reveste-se, portanto, de uma função conativa.

- O efeito de sentido “negro-coisa”, veiculado pelo jornal, é aceito pelo interlocutor já que traduz uma ideologia compartilhada por grande parte da sociedade da época. No contexto de situação imediata temos, portanto, enunciador e leitores que ocupam posições sociais privilegiadas enquanto que aquele de quem se fala, o outro, ocupa, nas formações imaginárias, a posição de “peça” negociada por eles. A palavra “lote”, utilizada nos classificados para se referir a um conjunto de escravos leiloados de uma só vez, materializa lingüisticamente essa noção.
- Por último, pelo léxico também verificamos que o classificado denomina “bom creoulo” o escravo *humilde, obediente*, ou seja, aquele que, além de exercer seu papel social como escravo, fazia-o de modo submisso, sem se rebelar contra o sistema escravagista vigente, atitudes esperadas por aqueles que não os considerava humanos.

**4.1.2. Os textos pertencentes ao grupo 2 são os que criam a imagem do negro como violento, assassino, suspeito, perigoso. Tal imagem é veiculada pelo noticiário da Província de S. Paulo amplamente.**

**1877- Assassinatos e ferimentos (Texto grupo 2- Noticiário) (ANEXO 6)**

**1877-Assassinato (Texto g.2 – Noticiário) (ANEXO 7)**

**1878- Assassinato (Texto g.2- Noticiário) (ANEXO 8)**

Neste breve enunciado, em que um preto fugido ataca oficiais matando um e deixando outro ferido, podemos observar que a preocupação do enunciador é deixar claro que o culpado pela morte do guarda do túnel tratava-se de um preto fugido. Não lhe interessa esclarecer as

causas que o levaram a tal ato, o que nos leva a inferir a parcialidade com que os fatos eram tratados pelo periódico.

O enunciador seleciona, dentre as possibilidades da língua, o verbo *constatar*, que de acordo com o dicionário *Aurélio* quer dizer *comprovar*. A utilização da forma verbal na primeira pessoa do plural, *constatamos*, não deixa claro quem é o real enunciador, é como se a voz de uma sociedade inteira constatasse. Tal “comprovação”, contudo, poderia não ser verdadeira, já que as informações dadas seriam provenientes do guarda ferido, provavelmente um branco. Incriminar um negro não faria diferença. Se verdadeiro o depoimento do guarda, desconsiderando a motivação do crime, o jornal contribuía para a propagação e manutenção da imagem do negro como sendo um ser sub-humano, como no primeiro grupo analisado e de caráter violento.

O enunciador, de sua posição social privilegiada, falando para seus semelhantes, mantém o efeito de sentido que corrobora o pensamento da época em relação ao negro como um boçal, infrator, ratificando a ordem social natural.

No segundo texto, ocorre situação semelhante, mas os assassinado foi o feitor de uma fazenda, sobrinho do dono da propriedade, o qual fora atacado no momento em que mandava castigar alguns escravos, prática que auxiliava a elite a subjugar-los ainda mais moral e fisicamente. Novamente, os negros são vistos como animais violentos porque reagem às regras impostas pelo sistema escravagista vigente. Os motivos para as reações dos escravos não são apresentados, como se fosse óbvio o fato de serem animais não racionais passíveis de atacar a qualquer momento. Podemos destacar o uso das lexias *agarrar*, que quer dizer prender ou agarrar com força e *coser*, costurar, no caso, a punhaladas, para referir-se a atitude dos escravos caracterizando violência. A inversão da realidade manifesta-se de modo claro. Inebriados como estavam pelas teorias da época, viam como um bem castigar fisicamente os negros para que suas reações, naturalmente violentas, fossem reprimidas e servissem como exemplo para os outros de sua espécie.

Em mais um noticiário sobre assassinato, temos a morte de um filho de fazendeiro, posição social digna de respeito por constituir a elite da época, portanto um cúmplice do representante impresso da sociedade, *A Província de S. Paulo*. O responsável pela machadada não é revelado logo no início da narração, mas as pistas conduzem o leitor a uma conclusão óbvia: só poderia ter sido mais um crime cometido por um ou mais escravos.

Na elaboração da notícia, o enunciador seleciona as seguintes formas referenciais para se remeter a João Alves de Oliveira Doria, o filho do fazendeiro: infeliz moço, vítima, o falecido. Para o praticante da ação, utiliza: assassino, escravos. Os negros começam a ser responsabilizados pelo crime no momento em que o enunciador utiliza a forma *de certo* (“O assassino se achava *de certo* oculto dentro da casa”). Se certamente o criminoso era de casa como afirma o jornal, não se trataria de um parente do rapaz. No parágrafo seguinte, o enunciador trata de ressaltar que o assassinado não tinha inimigos e utiliza o verbo *suspeitar*, que significa *ter suspeita, desconfiar*, seguido da lexia composta *com fundamento*. Isto nos faz inferir, discursivamente, que tal “fundamento” não expresso linguisticamente, diz respeito ao aspecto sócio-histórico-ideológico que envolve a produção do texto, já que o negro sempre era visto como o suspeito número um, ser perigoso por natureza. A suspeita sobre o negro era fundamentada na discriminação e no desprezo exercido pela sociedade que o condenava *a priori*.

Para comover ainda mais o público leitor, além de noticiar que um de seus iguais tinha sido morto “provavelmente com toda a certeza” por um escravo, o enunciador trata de fazer o leitor, também um dos seus, saber que o morto tinha “dois filhinhos”, caracterizando-o como um pai protetor que é forçado, por um negro violento, mais uma vez, a deixar de viver. O último parágrafo do texto mostra a indignação do enunciador perante o ocorrido, já que o inquérito até o final da edição, não tinha sido instaurado: “Tanto rigor para fatos insignificantes e tanta negligência para os fatos dessa ordem”. Um fato dessa ordem, o assassinato de um igual, não poderia ficar jamais impune, nem que para isso tivesse que ser responsabilizado qualquer negro escravo.

#### **1879-Violência– (G.2. Noticiário)- (ANEXO 9)**

#### **1879-Scenas da escravidão(G.2- Noticiário)- (ANEXO 10)**

Nestas duas reportagens, o produtor prega que a ordem social deve ser mantida. Na primeira notícia, um negro foi preso por ter sido confundido com um escravo fugido e, segundo o jornal, isso não deveria ter acontecido, já que o negro era tido como uma pessoa idônea na sociedade. A atitude de quem denunciou foi considerada leviana, assim como a de quem tomou a decisão de prender o homem em questão. Como o homem negro, confundido, ocupava uma posição social diferente da desvalorizada condição de escravo, o enunciador toma partido e o

defende, já que este apresenta um traço de dignidade e humanidade diferentes de um escravo, de um qualquer. De acordo com a visão evolucionista da época, passando por alguns estágios, o negro torna-se-ia um humano, o que parece ser o caso desse guarda de uma escola politécnica. Podemos constatar, dessa forma, a visão da sociedade da época materializada pelo delator: a comunidade não se sentia confortável em ver o negro em outra posição que não a de escravo.

Na segunda notícia, o produtor da mensagem diz ser contra a atitude de populares que querem invadir a cadeia para lincharem um escravo que matara um feitor. Segundo ele, a ordem deveria ser mantida pela autoridade policial. Mais uma vez podemos observar o ponto de vista social em relação ao negro, o qual já estava detido. A morte de um feitor, segundo o contexto da época, não poderia ser tolerado e os moradores partem para praticar a justiça com as próprias mãos.

O negro, portanto, é visto como um ser tão perigoso que não basta apenas que esteja preso, deve estar morto. A revolta popular é rejeitada pela *Província de S. Paulo*, o qual poderia ver abalados seus interesses caso se pronunciasse a favor de um linchamento, mesmo o de um negro, visto que já estava preso.

### **1883- Rapto por um escravo (G.2-Noticiário) (ANEXO 11)**

Esta notícia informa sobre o rapto de uma moça, Cândida, supostamente levada pelo escravo fugido Militão para um quilombo, já que os familiares a procuraram por toda parte sem encontrá-la. No que diz respeito ao léxico utilizado pelo produtor do texto, temos as seguintes lexias simples e complexas associadas à Cândida, a vítima em questão: moça, filha de uma velha, pobre moça, oprimida; em relação ao escravo, temos: roubou, conduziu, santo Emygdio, curandeiro e milagroso, feras; há também no texto menção aos outros escravos que supostamente viveriam com Militão no quilombo. A eles, estão associadas as seguintes lexias: fugidos, criminosos, acoitados, sem receio, andam muito bem armados.

O escravo é sempre a primeira opção quando o assunto é a autoria de atos violentos no século XIX. Novamente, a vítima é alguém jovem, indefesa, provavelmente branca, ocupando a posição de sujeito “filha” no contexto das relações sociais, o que faz com que o leitor se indigne ainda mais, pois a genitora de Cândida é descrita como uma senhora de idade avançada. Como o rapto é um ato considerado hediondo, ao vocábulo *moça* do início do texto é acrescido o epíteto

*pobre* o que a caracteriza como sendo um ser indefeso, uma coitada por estar supostamente, de acordo com o jornal, no meio de negros, não-humanos e violentos. Justamente por isso também é selecionada a lexia *oprimida*, ou seja, aquela que sofre opressão, humilhada, vexada.

Para construir a imagem do negro violento em oposição a da pobre moça frágil, o enunciador seleciona o vocábulo *roubar*, ação praticada pelo escravo e que apresenta as seguintes acepções: **1.** Subtrair para si ou para outrem mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la impossibilitado de resistir. **2.** Despojar de dinheiro ou valores; **3.** Subtrair; **4.** Raptar. Há no dicionário *Aurélio* outras definições, mas essas são suficientes para mostrarmos que o ato praticado pelo escravo, de acordo com o jornal, pode ser caracterizado como violento. O vocábulo *roubar*, neste contexto, é visto como sinônimo de *raptar* já que ambos são comutáveis sem prejuízos semânticos, construindo uma simetria de significado neste texto em particular. Outro vocábulo utilizado para se referir a atitude do negro é o *conduzir* que tem como acepções guiar, dirigir, levar, definições menos violentas se comparadas aos semas constituintes dos verbos roubar/raptar.

*Santo Emygdio*, *curandeiro* e *milagroso* são os outros vocábulos selecionados pelo enunciador para referir-se ao escravo. Em *relação* ao vocábulo *curandeiro*, temos: o que cura por meio de rezas e feitiçarias; em relação a *milagroso*: 1. A quem se atribuem milagres ou que os faz; 2. maravilhoso, prodigioso, miraculoso. Como as religiões afro-brasileiras nunca foram vistas com bons olhos por grande parte da população, o enunciador deixa subentendido que o escravo pode ter raptado a moça para praticar atos de feitiçaria ou rituais malignos imaginados por todos aqueles que ignoram os costumes de outrem e criam uma visão própria e equivocada de suas práticas religiosas. Além disso, podemos inferir, agora, a razão da escolha do enunciador quando seleciona *conduzir* depois de lexias semanticamente mais intensas como *roubar*. Como o escravo era adepto de práticas sobrenaturais teria, de alguma forma, seduzido a jovem a acompanhar-lhe, enfeitiçando-a.

Aos companheiros de Militão são associados vocábulos como criminosos, acoitados, sem receio, muito bem armados, todos contribuindo para a delineação de uma imagem do negro como um ser violento e perigoso para a sociedade. A lexia complexa *sem receio* denota a atitude de seres que nada temem já que de arma em punho, garantem sua própria segurança e tem a possibilidade de ameaçar e roubar toda a vizinhança. Para o jornal, todos são vistos como

criminosos ainda que não sejam apontadas as provas ou as razões pelas quais os envolvidos pudessem ser julgados dessa forma.

Contudo, o vocábulo mais contundente selecionado pelo enunciador neste texto é a unidade lexical *feras*, que de acordo com o *Aurélio* apresenta as seguintes acepções: 1. animal bravo e carnívoro; 2. pessoa muito cruel. Como o assunto em questão trata da violência de um ato supostamente praticado por escravos fugidos, as características animais fazem parte da intenção do enunciador para caracterizar o escravo. Não devemos nos fixar apenas na segunda acepção do vocábulo, pressupondo uma caracterização metafórica por parte de quem escreve visto que, em 1883, o negro era visto como animal e não como humano. Assim, ignorando o contexto situacional que envolvia a escravidão e invertendo a realidade, *A Província* constituía-se como um veículo de ratificação da imagem do negro como ser violento para toda a sociedade.

Como conclusões parciais do segundo grupo de textos analisados, temos:

- O negro é visto como elemento de alta periculosidade na sociedade da época; a imagem de assassino, suspeito, é veiculada pelo jornal por meio de seus noticiários, gênero textual de *A Província* que tratava de toda sorte de acontecimentos ocorridos na sociedade do século XIX.
- Atos de violência sem comprovação de autoria eram imputados aos negros, sempre suspeitos número um. Isto ocorre devido à visão que o enunciador faz de si mesmo e de seu leitor, como seres superiores e civilizados, imagem que os obriga a crer que o seu oposto, o negro não-humano, animalizado, é de quem se deva desconfiar. A criação da auto-imagem do enunciador não se dá a partir dele mesmo, mas a partir do outro, num jogo de oposições intersubjetivas. Sua identidade, como sendo superior, nasce por meio da relação que ele estabelece com a condição do escravo e com o pensamento social e ideológico da época.
- As razões pelas quais um negro cometia um ato de violência dificilmente eram levadas em consideração. Uma possível reação às atrocidades cometidas pelos feitores, como aparece no *corpus*, não seria uma justificativa plausível para um ato violento, mas a manifestação do aspecto boçal dos negros, os quais deveriam ser contidos pelos atrozes castigos físicos.
- As lexias levantadas que nos remetem ao campo da violência são: escravos, negro, preto fugido, agarrar, coser, negro violento, feras, roubou, conduziu, fugidos, criminosos,

acoitados, bem armados, sem receio; e as lexias que se referem a julgamentos *a priori* cometido pelo jornal, temos: suspeita-se com fundamento, provavelmente com toda a certeza e de certo.

#### **4.1.3. Os textos pertencentes ao grupo 3 criam a imagem do negro como aberração, algo curioso, diferente, exótico, digno de ser noticiado.**

##### **1877-Negro branco (G.3-Noticiário “científico”) (ANEXO 12)**

O texto em questão diz respeito à chegada de um escravo albino vindo de Bagé para ser negociado em Pelotas. É descrito pelo jornal como uma criatura “digna da admiração dos curiosos”, um verdadeiro fenômeno.

Vejamos as características do vocabulário selecionado pelo enunciador: a oposição presente no texto está centrada nas lexias complexas negro retinto  $\neq$  branco perfeito. O vocabulário relativo ao escravo é o seguinte: *verdadeira novidade, coisa assombrosa ou fenomenal, digno de admiração, albino, negro vulgar*.

De acordo com o jornal, o escravo albino era algo tão diferente e tão desconhecido para a época que se constituía como sendo uma verdadeira aberração, digno de ser exposto. A visão “científica” da época classificava-o como albino, mas o jornal reforçava a idéia de que a condição de não-humano, visão acatada pela maioria da sociedade da época, poderia superar-se e adquirir o *status* de assombroso ou fenomenal. Entretanto, a diferença é vista como um modo de ascensão social para o escravo, que passaria de uma categoria inferior de existência para uma superior, ou seja, da condição de negro retinto, adjetivo que quer dizer “de cor escura e carregada” para branco perfeito, isto é, aquele a quem foi possível transpor a condição de animal para tornar-se ser humano perfeito, o qual, de acordo com o dicionário *Aurélio* reuniria “todas as qualidades concebíveis, ou teria atingido o mais alto grau numa escala de valores”. É como se a condição de albino fosse uma espécie de mutação que garantiria a evolução racial do escravo, fato que também modificaria sua condição social.

O enunciador emprega o vocábulo *facilidade*, verbete que tem como acepção “algo que se consegue sem esforço”, para mostrar que tal transformação deve ser vista como um presente destinado apenas aos negros escolhidos. E como declara no texto “pior seria o inverso”, ou seja,

uma verdadeira maldição tornar-se um branco, negro. A visão que o enunciador tem do outro, do albino, é a de um ser que foi contemplado com a graça de poder tornar-se um dos seus “nessa importante metamorfose”. O negro, novamente, é reafirmado como um ser desafortunado por sua condição.

A lexia *negro*, de acordo com o *Dicionário Moraes*, de 1813, apresenta as seguintes acepções: sm.cor negra; s.homem preto: “comprei um negro”; de acordo com o dicionário de 1881, temos como acepções: adj. que tem a cor própria do ébano. Homem preto ou mulher preta, homem ou mulher pertencente á raça preta; negro, negra. Raça preta ou negra, raça de homens caracterizados pela pelle mais ou menos escura, cabelos curtos e muito crespos, nariz achatado e maxillas proeminentes; raça ethiópica.

Dessa forma, podemos concluir, pelo acima exposto, que aos de cor negra, no século XIX, dádiva seria evoluir, tornando-se branco, para alcançar o patamar humano.

### **1878- O Rei da Uganca (G.3- Nota) (ANEXO 13)**

A nota apresentada pelo jornal trata de Mtesa, rei de um país africano, que teria sido “educado” por ingleses. As lexias relacionadas a ele são as seguintes: rei da Uganca, estado de perfeita selvageria, quase cristão.

A visão do enunciador em relação a Mtesa é a de um *selvagem* (“...encontrou no estado de perfeita selvageria”). De acordo com o dicionário *Aurélio*, temos as seguintes acepções para o vocábulo: 1. das selvas ou próprio delas; selvático, silvestre; 2. Silvícola; 3.Silvestre; 4. Ermo; 5. Ainda não domado ou domesticado; 6. Não civilizado; 7. Grosseiro, rude.

As acepções que se atualizam no contexto são as de 5 a 7, pois o enunciador tem como intenção apresentar o africano como um ser exótico, apartado dos costumes civilizados os quais podem ser definidos como os costumes dos brancos. Toda cultura que se distancia do modelo branco é vista como selvagem e inferior pelo enunciador; no caso dos costumes africanos, essa repulsa se torna mais contundente já que a imagem propagada é negativa. Isso pode ser comprovado se nos detivermos na quinta acepção extraída do dicionário.

De forma descontextualizada, o significado do vocábulo seria relacionado comumente a animais irracionais. Embora Mtesa seja o representante do reino africano, o jornal corrobora a visão da época em relação ao negro, pois, inserido neste contexto, o negro é comparado a um

animal que necessita da interferência branca para ser trazido à civilização, não como parte dela, mas para poder circular por ela sem o perigo de atacar os civilizados de nascença.

Para caracterizar o “estado de perfeita selvageria”, o enunciador remete-se ao aspecto religioso do africano, uma criatura afastada dos preceitos cristãos, e pertencente a cultos próprios de seu continente. Entretanto, o africano, segundo a voz do jornal, tem assistido aos cultos de um reverendo e foi deixado “quase cristão” nesse processo de passagem de não domesticado para domesticado.

Outra característica que o define como selvagem, segundo o enunciador, é o fato de não saber ler e escrever em inglês, língua de conquistadores, já que conhecer apenas a sua própria é o mesmo que não possuir nenhum conhecimento lingüístico que realmente valha a pena. Além disso, reproduzindo provavelmente a fala de onde a notícia foi extraída, o enunciador de *A Província* afirma que o africano deseja adquirir conhecimentos em outras áreas, como geografia, botânica e mineralogia o que o tornaria, de fato, um humano. Civilizar-se, nesse contexto, significa, portanto, abdicar dos próprios costumes, da própria identidade para seguir o modelo branco, eleito como perfeito pelos próprios brancos.

Como conclusões parciais, temos:

- Os dois textos que formam nosso terceiro grupo dizem respeito a gêneros textuais distintos. O primeiro é uma notícia “científica” e o segundo uma nota. Ambos reproduzem a imagem corrente na sociedade da época do negro como um elemento digno de ser visto como objeto de estudo da ciência por ser racialmente inferior, intelectualmente prejudicado, fator de atraso do povo brasileiro.
- O pretenso cientificismo vem expresso pelas seguintes lexias: negro retinto, branco perfeito, verdadeira novidade, coisa assombrosa ou fenomenal, digno de admiração, albino, negro vulgar (lexias do texto *Negro branco*); rei de Uganca, estado de perfeita selvageria, quase cristão (*O rei de Uganca*).
- Para justificar a escravidão cientificamente, o enunciador, por meio de todos os outros discursos da época que estão presentes em sua voz, corroborava idéias, como por exemplo, a de que o negro tinha um cérebro anatomicamente diferente do branco, razão de sua inferioridade, ou de que fazia parte das espécies humanas que não havia evoluído, ratificando-o como um ser não-histórico.

#### 4.1.4. Os textos pertencentes ao grupo 4 visam a criar uma imagem do negro como fujão, burlador das regras estabelecidas. (G.4- classificados) (ANEXOS 14,15,16 e17)

Os classificados presentes no universo de discurso jornalístico da época, que têm como tema a fuga de escravos, seguem um esquema descritivo mais ou menos fixo, em que são apresentadas as características físicas da propriedade desaparecida que precisa ser recapturada, como idade, cor da pele, condição dos dentes, formato da cabeça, características da fala. Esses dados podem ser esquematizados a partir das lexias levantadas, as quais nos ajudam a formar a mais um aspecto da visão de mundo do enunciador em relação ao negro. A essa caracterização de cunho mais objetivo (tipo físico, roupas utilizadas, marcas particulares) unem-se as observações subjetivas do enunciador, tais como *aparência de muito preguiçoso*, *algum tanto abobado* e *muito humilde para iludir*. Tais juízos de valor, respectivamente, servem para sedimentar a idéia de que o escravo foge porque prefere o ócio ao trabalho, numa atitude preguiçosa e para marcá-lo como mentiroso e ludibriador.

Como os textos seguem superestrutura semelhante, fizemos um levantamento geral dos classificados de fuga de escravos e chegamos às seguintes lexias:

##### Características físicas dos escravos fugidos

|                           |                                                                                                                                                                  |
|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Cor da pele</b>        | Creoulo,fula, preta, mulato,pardo escuro,tocado a índio                                                                                                          |
| <b>Dentes</b>             | Bons dentes,dentes separados, falta de um dente na frente                                                                                                        |
| <b>Barba/Bigode</b>       | Sem barba,muito pouca barba no queixo,barba a cavanhaque,muito pouco bigode                                                                                      |
| <b>Rosto</b>              | Oval, redondo, comprido                                                                                                                                          |
| <b>Cabeça/pés/ pernas</b> | Cabeça pontuda para trás, testa pequena, pés meio virados para trás, tem alta a perna direita/usa perna de pau                                                   |
| <b>Corpo</b>              | Grosso e baixo, magro, fino de corpo, cheio de corpo, corpo de estatura regular, altura regular,alto                                                             |
| <b>Voz</b>                | Alta e cantada,baixa,fala entre dentes,fala fina,fala baixa e pausada,bem falante,calado                                                                         |
| <b>Cabelos</b>            | Soltos,à escovinha,quase lisos,grenhos, bem cabeludo tanto no peito como nas costas                                                                              |
| <b>Sinais</b>             | Sinais de faca em um dos braços,sinais de vermes nas costas,sinais de ferro nos pés e no pescoço,sinal de cicatriz no peito, peladura na cabeça, cego de um olho |

O aspecto descritivo presente nos textos de *A Província de S. Paulo*, em relação ao negro, apresenta dois objetivos centrais: ou se caracteriza com o objetivo de comprar ou vender escravos, ou a caracterização é feita para se recuperar o escravo em fuga.

Um texto que também trata da temática do escravo fugido mas que se distancia um pouco do esquema descrição física acrescida do endereço do senhor para entrega de seu servo, é o produzido em 1881 e intitulado *Robinson da escravidão*. O título do texto remete-nos a Robinson Crusoe, náufrago perdido que passou por inúmeras dificuldades para sobreviver em uma ilha. Analogamente, o escravo Elesbão, fugido há anos, dado como morto, estava vivendo no meio de uma mata em situação deplorável; fora reencontrado e reintegrado à casa do genro de seu senhor, já que este havia morrido. O enunciador diz que, em princípio, o escravo quis resistir à captura, empunhando uma foice, mas como reconheceu que se tratava do feitor de seu senhor, entregou-se de cabeça baixa.

A lexia complexa *de cabeça baixa*, conota humildade, passividade, subserviência, falta de luta. Justamente por deixar-se capturar, o jornal trata a figura de Elesbão de modo benevolente, como um escravo que fugiu devido às agruras do sistema escravocrata. Nas outras notícias sobre fuga de escravo essa visão “humana” não acontece e o enunciador está de acordo com os senhores que o fujão deve ser capturado a qualquer preço. Entretanto, quando o negro se entrega passivamente, o jornal parece ter compaixão dele. Lexias complexas que comprovam nossa afirmação são as seguintes: *nunca quis furtar/nem para comer/nem para vestir-se*. Assim, o jornal admite acreditar na boa índole do escravo, fato que vai de encontro a outros posicionamentos já apresentados nos grupos textuais anteriormente analisados. Como se entregou, o enunciador afirma que Elesbão está sendo bem tratado na casa para a qual foi levado; além disso, ressalta o lado sensível do escravo, que chora ao ver a sinhá-moça que deixara quando menina, um emocionante reencontro entre o bom escravo e sua jovem senhora. Dessa forma, quando o escravo age do modo como se espera para a manutenção da harmonia social, ele é visto como um ser sofredor, vítima do sistema; contudo se resolve reagir, o jornal inverte a realidade e age como um aparelho ideológico manipulador da realidade, criando uma imagem que desconsidera o plano da essência e firma-se no da aparência.

Interessante observar a visão do enunciador em relação à escravidão na época. Ele a vê como uma necessidade, mas reconhece, ao mesmo tempo, a desumanidade do sistema

designando-o como hedionda chaga, algo corriqueiro para a época mas que seria visto com espanto pelas gerações futuras, segundo ele.

Assim, temos como conclusões parciais para o grupo analisado:

- Os classificados analisados diferem dos grupos anteriores em sua temática, já que tem como objetivo anunciar a fuga de escravos e não mais vendê-los. Contudo, o enunciado é estruturalmente semelhante, pois aplica-se na descrição do escravo por meio da adjetivação, a qual auxiliará o interessado a encontrar a mercadoria perdida.
- O desejo na sociedade da época era que o negro sempre fosse submisso e se mantivesse de cabeça baixa. Contudo, isso nem sempre ocorria, pois ele revolta-se contra a dura rotina que lhe era imposta. Dessa forma, o enunciador, por meio do léxico, reafirma a imagem corrente do negro como aquele que, devido a sua condição natural, não consegue obedecer as regras estabelecidas, de acordo com o ponto de vista da *Província de S. Paulo* o qual, de forma ideológica, colaborava na inversão da realidade, transformando um ato de reação dos negros contra o *status quo* em atitude de desobediência, falta de caráter. Como enuncia de uma posição privilegiada da sociedade, o periódico fazia com que o negro fosse visto como alguém em quem não se poderia confiar, pois nem sempre era pacífico como se esperava que fosse; criava-se assim a imagem de um ser que preferia fugir a trabalhar, portador de pouca esperteza e inteligência, além de muito dissimulado.
- As lexias destacadas nesse grupo de textos estão ligadas primordialmente às características físicas do escravo acrescidas de observações subjetivas do enunciador para a identificação do fugitivo, tais como: *aparência de muito preguiçoso, algum tanto abobado, muito humilde para iludir*. Esses comentários particulares são oriundos de uma voz social cúmplice do periódico.

**4.1.5. A série de três textos pertencentes ao grupo 5 mostra a visão daqueles que se posicionavam contrariamente à Abolição procurando reafirmar a condição escrava do negro. (G.5-artigo de opinião)**

**1881-Questões sociais- Os abolicionistas II (G.5-artigo de opinião) (ANEXO 18)**

O gênero textual em que se enquadra o texto em análise é classificado hoje como artigo de opinião. Nele, o enunciador adota uma postura pretensamente reflexiva e racional para abordar o tema do abolicionismo, posicionando-se contrariamente ao movimento. Contudo, essa postura não aparece de forma explícita desde a introdução do texto. Vejamos como ele engendra seu raciocínio com fito de convencer seus leitores.

Na construção de sua argumentação, ele utiliza três idéias principais: a escravidão como instituição, a evolução das espécies e o pensamento positivista de Comte. Lança mão desses argumentos para plantar no leitor a idéia de que nenhuma mudança em relação ao fim da escravidão deveria ser tomada de forma intempestiva, tudo deveria acontecer a seu tempo, seguindo uma evolução natural.

Nos parágrafos iniciais, no intuito de sensibilizar o leitor, o enunciador se apresenta como um defensor da liberdade, indignado com as atrocidades cometidas pelos romanos em relação a seus escravos. Entretanto, no decorrer do texto, delineia-se a figura de um enunciador dissimulado, ardiloso no trabalho com a linguagem e que espelha o pensamento da elite da época em relação à manutenção das estruturas à figura do negro escravo.

Como todo texto argumentativo articula seu eixo semântico em uma oposição, temos neste a presença do binômio ordem x ruptura. A primeira lexia relaciona-se à manutenção do sistema escravista enquanto a segunda ao abolicionismo. No entanto, antes de discutirmos a oposição que sedimenta as idéias apresentadas, retrocedamos e observemos como foi construída a introdução do texto. O enunciador utiliza o recurso denominado alusão histórica para descrever o modo cruel como os escravos romanos eram tratados num tempo e espaço bem distantes do Brasil de 1881, como se não houvesse sequer um aspecto conjuntivo entre as duas realidades. Adotando uma postura humanitária inicial na tentativa de convencer, lança mão das seguintes lexias simples, complexas e textuais:

|                           |
|---------------------------|
| Escravos                  |
| Cruéis penas              |
| Direitos infamantes       |
| Marcar com ferro em brasa |
| Animais irracionais       |
| Direito de propriedade    |

|                                               |
|-----------------------------------------------|
| Leis desumanas                                |
| Atrocidades                                   |
| Ferir a dignidade humana                      |
| Regime do terror, da ignorância e da opressão |

Entretanto, na progressão das idéias tal visão benevolente cede espaço à real visão do enunciador frente ao tema. Convicto de que a evolução social só pode acontecer por meio de princípios rígidos concretizados nas leis, insere a grande oposição que rege o texto: “Para substituir-se *porém* é preciso que tenha havido previamente um plano de construção que concorra para o progresso sem alterar a ordem”. O conectivo em destaque desencadeia toda a mudança de perspectiva que, até então, apresentava-se num tom humanitário.

Vejamos como ficam as relações lexicais estabelecidas pelo enunciador levando em conta a oposição enunciada:

| <b>ORDEM</b>                       | <b>X</b> | <b>RUPTURA</b>                      |
|------------------------------------|----------|-------------------------------------|
| evolução social/evolução histórica |          | abolicionistas                      |
| leis                               |          | revoluções empíricas                |
| razão                              |          | exagero das paixões humanas         |
| emancipação moral                  |          | exagerados sentimentos humanitários |
| progresso                          |          | coração                             |

Seria possível uma nação progredir sem alterar a ordem estabelecida? Isso nos parece uma contradição cometida pelo enunciador. Talvez a saída esteja em questionar o que ele entende por progresso. Institucionalizadamente, temos as seguintes acepções para o vocábulo: 1. ato ou efeito de progredir; progressão. 2. marcha para a frente. 3. o conjunto de mudanças havidas no curso do tempo. Entretanto, o progredir de nosso enunciador pressupõe um ir para frente sem sair do lugar, contrariando as acepções acima. Esta concepção de progresso que privilegia o “quanto mais lento, melhor” vem unida ao que ele chama de evolução social, por meio da qual os predestiados à escravidão passariam por três estágios sucessivos: escravo, servo e cidadão.

Num paralelo à evolução das espécies darwiniana, o escravo deveria desenvolver-se socialmente para atingir a categoria de pessoa, cidadão civilizado. Isso não poderia ocorrer subitamente, visto que causaria, segundo o enunciador, perturbações gigantescas à ordem social. Outras lexias utilizadas na progressão textual relacionam-se, respectivamente, aos três estágios

anteriormente citados. São elas: bárbaro, semi-civilizado, civilizado, o que corresponderia aos níveis embrionário, progressivo e definitivo.

No nível da aparência, o autor demonstra uma preocupação com a ordem social, nada deve ocorrer sem planejamento. O negro deverá sair de sua condição escrava seguindo os passos naturais da evolução apresentada. Ideologicamente, o enunciador mostra-se favorável às possíveis mudanças sociais, contanto que sejam feitas de forma gradual.

Já no nível da essência, podemos notar que o seu desejo real é o de manter as estruturas como elas se encontram, como sempre foram desde a Roma antiga. O campo semântico referente à ruptura mostra-nos isso: as idéias relacionadas à mudança estão impregnadas de semas relacionados à emoção desmedida e não à razão. Os abolicionistas seriam, então, os arautos de uma mudança que surgia desacompanhada de reflexão, inimigos da ordem e, por conseguinte, dos grandes proprietários de terra.

Já o campo semântico referente à ordem diz respeito aos que agem racionalmente. Nele, os semas voltam-se às leis, à evolução social e moral, ao progresso. A lexia *evolução* também adquire um significado bem particular: animais passariam o tempo necessário tentando chegar ao status de seres humanos. Mas e os brancos, cidadãos de nascença e pertencentes à sociedade, não evoluíam mais? Sujeitar-se-iam a ser tão humanos quanto os que nasceram bárbaros? Ou, por serem humanos a mais tempo, continuariam dominando em favor da ordem? Parece ser essa a sugestão do enunciador.

### **1881-Questões sociais- Os abolicionistas III- (ANEXO 19)**

Dando continuidade as suas reflexões acerca do abolicionismo, o enunciador aborda o tema da escravidão, em seu terceiro texto, caracterizando-a como um processo natural, inevitável e necessário, tanto para a economia do país como para os próprios negros. Em relação ao país, a escravidão seria natural por ter um caráter milenar, utilizada inúmeras vezes no decorrer da história da humanidade. Já que aqui não havia braços para o trabalho, não existia outro modo de sanar o problema a não ser buscá-los em outras comunidades consideradas bárbaras, como a africana, transformando os negros em propriedade. Para os escravos, segundo o enunciador, a escravidão deveria ser vista como um bem, já que procurava melhorar as condições de vida de um povo não-civilizado.

O negro novamente é reafirmado como um ser aculturado que precisa aprender a ser civilizado, condição que seria alcançada por meio da escravidão. As lexias relacionadas a ele e que se referem ao seu caráter bárbaro são:

|                        |
|------------------------|
| infelizes              |
| essa raça              |
| primitivos             |
| condição de selvageria |

Os negros são vistos como infelizes, primitivos e selvagens por não fazerem parte da sociedade civilizada, o que equivale dizer à comunidade branca, em que os atos são pautados por leis severas e justas quando excessos são cometidos. Ressalta que ao escravo eram oferecidas facilidades como alimentação, vestuário, tratamento médico, benesses às quais não teriam acesso se continuassem vivendo em seu mundo de origem. O uso da lexia *facilidade* mostra a visão deturpada do enunciador em relação à condição do escravo. É como se comida, bebida e vestimenta fossem uma espécie de pagamento e necessidades únicas de seres obrigados a trabalhar horas e horas por dia, privados da liberdade. Novamente podemos notar a presença do aspecto ideológico transformando a visão de mundo, invertendo a realidade.

O enunciador faz distinção entre as condições de escravo bárbaro e escravo civilizado. No primeiro caso, como alguns povos africanos, por questões étnicas, aprisionavam outros e os faziam trabalhar para si na própria África, o enunciador os denomina escravos bárbaros; arrancados de sua terra de origem para servir aos brancos, teriam a oportunidade de se tornar um escravo civilizado, pois a cultura branca é vista como sendo superior para justificar a própria escravidão. Aliás, as lexias relacionadas a esse sistema opressor são:

|                              |
|------------------------------|
| meio natural                 |
| direito de propriedade       |
| princípios humanitários      |
| insituição odiosa e desumana |
| sentimentos generosos        |

O enunciador aparece linguisticamente expresso no pronome *nossa*, identificando-se como um dos membros pertencentes aos civilizados: “(...) a nossa civilização e as nossas leis” em oposição ao eu escravizado, subjugado, não-humano. Ressalta que os castigos não eram feitos para destruí-los, mas para educar os escravos, sob os princípios humanitários, reconhecidos pela moral evangélica. Interessante observar como os homens criam uma realidade imaginária para se beneficiar de outros, procurando fazê-los crer que a situação existente em uma sociedade preexiste ao homem, numa determinação natural dos fatos, o que Althusser denomina de formações imaginárias.

Ainda no que diz respeito aos castigos, o enunciador faz questão de ressaltar que esses deveriam ser aplicados em um limite tolerável. Se assim não fosse, o próprio senhor seria penalizado pelas leis dos civilizados. Por causa disso, a escravidão era considerada mais “um estado perpétuo de locação de serviço que uma verdadeira propriedade como entre os antigos povos”. É instigante o eufemismo para escravidão utilizado pelo enunciador na tentativa de convencer o leitor da naturalidade do sistema: estado perpétuo de locação de serviços.

#### **1881-Questões sociais- Os abolicionistas IV- (ANEXO 20)**

No quarto texto da série de reflexões do locutor em relação à escravidão, o objetivo central é defender a conduta do povo brasileiro em relação a esse sistema. A *lexia complexa povo brasileiro* constitui-se como o arquilexema do texto, apresentando um caráter metonímico, pois foi selecionada para vir em defesa de uma parcela da sociedade: os senhores de escravos e sua família. O texto apresenta um tom de indignação, pois o enunciador não aceita que o Brasil seja visto como sendo um país bárbaro, mesmo ainda possuindo escravos, ao contrário da América do Norte, por exemplo.

A relação entre senhor e escravo é apresentada de forma harmônica pelo enunciador, em que ambos convivem numa sociedade igualitária nos aspectos civil, moral e político. Os senhores são sempre bons com seus escravos, visto que possuem para com eles propósitos nobres e elevados; são portadores de sentimentos humanitários e de corações generosos, bem como de sentimentos grandiosos. Ao contrário do que pode ser comprovado historicamente, o locutor afirma que jamais os escravos foram perseguidos por animais, na tentativa de serem

recapturados, ou considerados animais, criando uma imagem fictícia da realidade brasileira da época.

Considera a escravidão um “cancro social”, mas direciona a culpa das atrocidades cometidas contra os negros a outros povos civilizados. O emprego da lexia *outros* por parte do enunciador denota a necessidade de inclusão do povo brasileiro no rol dos não-bárbaros, o que não quer dizer que estivessem dispostos a partilhar das responsabilidades geradas pelo modo vil como tratavam os negros, as quais são rechaçadas pelo enunciador.

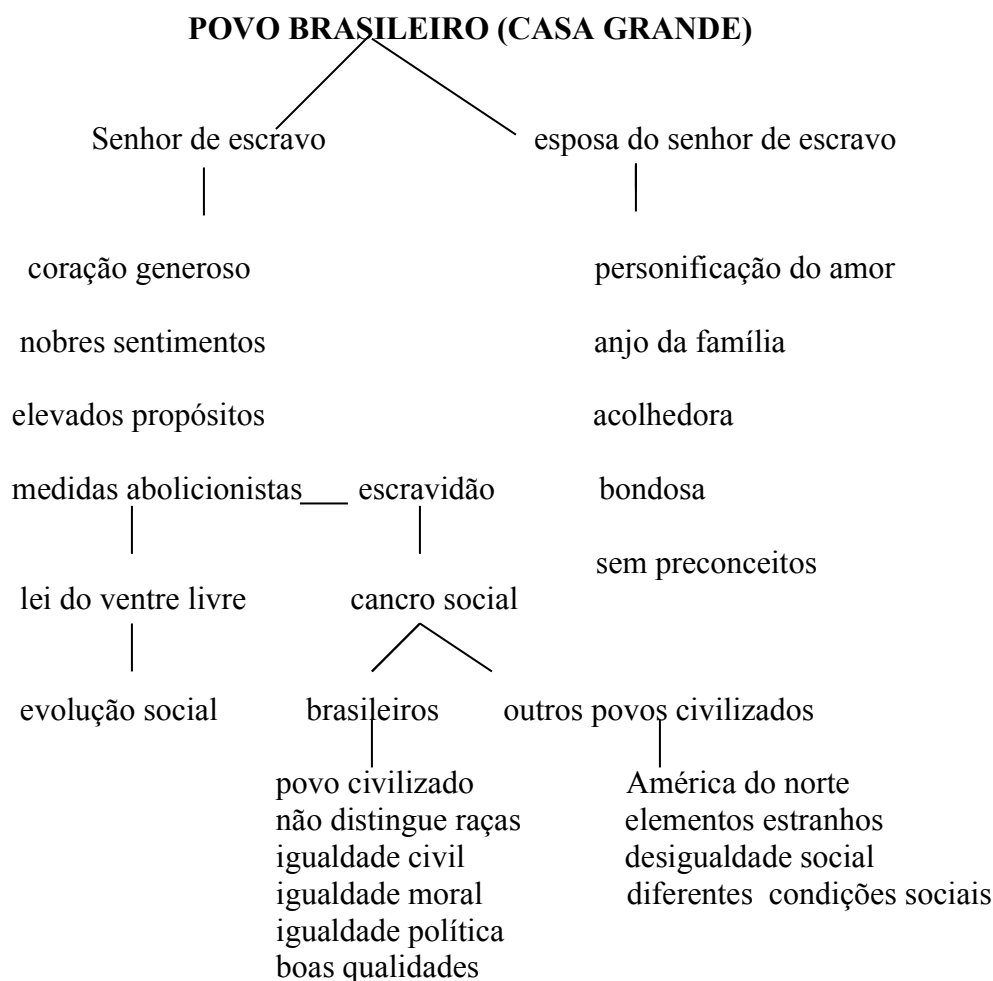
A idéia de que a escravidão é um mal necessário é mantida, dialogando com os textos anteriores do enunciador. A máscara ideológica utilizada para fazer do Brasil um país em que escravos e senhores são praticamente iguais em direitos não consegue se sustentar até o final do texto. Comparando a situação social do Brasil a da América do Norte, ele conclui que seria impossível libertar os escravos daqui do mesmo modo como foram libertos lá e insiste na idéia de que tudo deve ser feito de modo cauteloso e lento, seguindo o processo de evolução social, sem gerar o que ele chama de “convulsão social”.

Interessante observar o papel da mulher em relação aos escravos na visão do enunciador. Integrante do arquilexema *povo brasileiro*, a esposa do senhor de escravos desempenha um papel de mãe acolhedora e bondosa, que não distingue a criança branca da negra e, de modo altruísta, é capaz de amamentar o filho de um escravo. Tal doação acontece porque a mulher é um ser que também já conheceu a escravidão no passado; desta forma, não seria nada difícil compadecer-se da dor dos negros e acolhê-los. Sem dúvida, algumas esposas poderiam ter se compadecido com um ou outro escravo. Contudo, na tentativa ideológica falaciosa de convencer o leitor de que este era um fato corriqueiro, o locutor o generaliza, como se em toda Casa grande houvesse uma senhora pronta a auxiliar os escravos em suas dores físicas e angústias existenciais. O locutor confere um poder social que a mulher não tinha na época, como podemos observar em : “É a mulher destinada para a maternidade em cujo collo só se deverá abrigar a innocencia, não distingue o branco do preto, nem o senhor do escravo e, confundindo nas aras sacrossantas de seu amor materno, os restitue a sociedade regenerados— em homens e em cidadãos”. Como a mulher poderia transformar os escravos em homens e cidadãos, devolvendo-os à sociedade?

O enunciador, com o propósito de comprovar que o Brasil é um país constituído por uma sociedade civilizada, subverte os fatos tão explicitamente que as idéias, do modo como foram apresentadas, parecem ter sido retiradas de um livro de ficção. Essência e aparência são

comutadas de um modo tão evidente que o aspecto ideológico fica difícil de ser analisado, já que os argumentos utilizados, o momento histórico e o léxico levantado nos conduzem a uma realidade completamente diferente da apresentada pelo representante do jornal. Um texto construído sobre falácias, como este, só convenceria aqueles que realmente estivessem sedentos por serem persuadidos, talvez o próprio povo brasileiro citado no texto, na tentativa de negar a culpa pelos atos cometidos.

Em síntese, podemos contar com as seguintes referências lexicais que compõem a imagem do senhor de escravo e sua senhora na visão do enunciador neste artigo de opinião:



O jornal funciona como um aparelho ideológico que inverte a realidade, criando uma relação entre senhor e escravo, na sociedade brasileira, fantasiosa, na tentativa de modelar uma

imagem de harmonia social em plena escravidão. Levantando as lexias que estabelecem uma oposição antonímica com as que constituem o esquema acima, teremos um jogo que nos mostra a relação entre essência e aparência, a qual faz com que vejamos como se dava de fato essa relação na época. Explicitamente, temos a visão do enunciador construída linguisticamente. De forma subjacente, podemos inferir que o mesmo cria sua versão para a realidade brasileira baseando-se na negação do que ela realmente é. O contexto sócio-histórico apresentado no primeiro capítulo deste trabalho nos permite afirmar o quão invertida é a visão do enunciador, vejamos:

### **OPOSIÇÕES** **(aparência x essência)**

|                                    |
|------------------------------------|
| GENEROSIDADE X EGOÍSMO             |
| ELEVADO X VULGAR                   |
| NOBRE X MESQUINHO                  |
| ABOLICIONISTA X ESCRAVAGISTA       |
| ANJO X DEMÔNIO                     |
| BONDOSA X MALDOSA                  |
| SEM PRECONCEITOS X PRECONCEITUOSOS |

Vamos às conclusões parciais desse último grupo de textos analisados :

- A série de artigos de opinião produzida em 1881 e assinada por N. França Leite serve como amostra para refletirmos sobre o pensamento da elite da época, que tinha como base econômica a escravidão. De forma dissimulada, reconhece que o sistema é injusto, atroz, mas que deve ser mantido pois, naturalmente, a sociedade evoluiria e, com essa evolução, o escravo passaria à condição de servo e, finalmente, de cidadão, sem prejudicar a ordem estabelecida. As lexias que dizem respeito a tal evolução à darwiniana são: bárbaro, semi-civilizado e civilizado. Obviamente, os escravos estariam estacionados no primeiro estágio na visão dos senhores, uma das justificativas para a manutenção da escravidão.
- O binômio razão versus emoção constitui a base do texto 1, sendo a primeira lexia portadora de semas positivos, relativos à manutenção do sistema e a segunda impregnada por semas negativos, já que estão relacionados às idéias abolicionistas, as quais são vistas como exagero das paixões humanas, idéias regidas pelo emocionalismo desmedido. O

enunciador, respaldado pela sociedade da época, inverte os valores, atribuindo uma carga positiva ao que hoje é visto como hediondo. As lexias referentes à ordem são: *evolução social, evolução histórica, lei, razão, emancipação moral e progresso*.

- Reforçando preconceitos, em sua segunda reflexão sobre o abolicionismo, o enunciador prega que a escravidão é algo natural para as comunidades bárbaras como as africanas e deveria ser vista como um bem, pois colaboraria para o processo civilizatório do escravo já que estaria em contato com a cultura branca superior. Para referir-se ao negro como ser naturalmente destinado à esta prática exploratória por sua inferioridade, temos: *infelizes, essa raça, primitivos, condição de selvageria*.
- O povo brasileiro, representado pelo senhor de escravo e sua família, também faz parte das reflexões do enunciador e é classificado como desprovido de preconceito. Como a imagem do Brasil em relação aos outros países era de um país de bárbaros que ainda mantinha a escravatura em 1881, o enunciador trata de defender os senhores de escravos, os quais não se sentiam confortáveis em serem vistos como primitivos.
- Há uma dissimulação por parte do enunciador no intento de criar uma sociedade brasileira em que a harmonia entre proprietários e escravos reinava. Idealizações são criadas para caracterizar o senhor como alguém que zelava pelos negros e sempre fazia o melhor para o seu bem estar, ao contrário do que havia em outros países. A esposa do proprietário é praticamente elevada à condição de divindade, já que tratava as crianças negras tal qual suas crianças brancas. A escravidão continua a ser vista como um “cancro social”, um mal necessário já que sua extinção poderia gerar uma convulsão social, de acordo com o enunciador.

## 4.2. O LÉXICO EM RACISMO CORDIAL

Passemos agora ao segundo momento de nossa análise que diz respeito ao *corpus* selecionado a partir do caderno *Racismo Cordial: a maior e mais completa pesquisa sobre preconceito de cor entre os brasileiros*, produzido pela *Folha de S. Paulo*.

Para alcançarmos nosso objetivo específico que é o de investigar, por meio de uma perspectiva léxico-discursiva, como o tema *discriminação*, em relação ao negro, é veiculado em textos jornalísticos impressos em diferentes períodos da História do Brasil, selecionamos 20 lexias. O jornal procura apresentar os temas referentes ao preconceito do modo mais referencial possível, corroborando suas informações por meio de estatísticas e depoimentos extraídos da sociedade. Portanto, as lexias escolhidas retratam não apenas a verbalização dos dados referentes ao preconceito de cor, mas o modo de ser dos brasileiros no complexo processo de interação social expresso pela linguagem. Após a apresentação de cada lexia, segue o contexto em que aparecem.

### 4.2.1. Racismo cordial- (capa)

“Pesquisa mostra como os brasileiros manifestam seu **racismo cordial**.” (p.154 -título)

De acordo com o dicionário *Aurélio*, temos as seguintes acepções para *racismo*: 1. doutrina que sustenta a superioridade de certas raças. 2. preconceito ou discriminação em relação a indivíduo de outra raça. Para *cordial*, temos: 1. relativo ao coração. 2. franco, afável. Combinadas as lexias simples cria-se uma composta carregada de ideologia e divulgada pelo jornal classificando o tipo de discriminação existente no Brasil. Ao contrário do que se prega, o racismo no Brasil existe, mas de modo diferenciado. Há uma tolerância entre brancos e negros,

tolerância esta que torna o racismo brasileiro afável, embora ainda exista na expressão o sema da superioridade entre indivíduos.

Assim, a *lexia* configura-se num eufemismo, já que podemos notar uma tentativa de suavização do problema racial, empregando-se uma forma lingüística mais polida. O título dado ao caderno reflete o modo como o enunciador, depois de concretizar a pesquisa, designa as manifestações preconceituosas expressas pelos entrevistados, os quais representam o ponto de vista de grande parte dos brasileiros.

#### 4.2.2. Preconceito de cor/Preconceito racial

a)“Pergunte a um brasileiro de 16 anos ou mais se ele tem **preconceito de cor** em relação a negros. O datafolha fez isso no país inteiro. Em cada cem pessoas, dez disseram ter algum **preconceito**.”(Pesquisa mostra como os brasileiros manifestam seu racismo cordial, p.156).

b)“No início dos anos 60, o sociólogo Florestan Fernandes cunhou uma frase: ‘O brasileiro não evita, mas tem vergonha de ter **preconceito**’. O datafolha furou essa vergonha. Fez a maior pesquisa da história do Brasil sobre **preconceito de cor**”.(Datafolha revela o brasileiro, p.155)

c) O datafolha mobilizou cerca de 700 pessoas para realizar a mais ampla pesquisa sobre **preconceito racial** no Brasil (idem, p.155)

Para *preconceito*, temos: 1. idéia preconcebida. 2. suspeita, intolerância, aversão a outras raças, credos, religiões, etc.

Valendo-se da polissemia da palavra, a ela é acrescida a expressão *de cor*, que especifica a relação conflituosa, porém cordial dos brancos, ou os que se consideram como tal, em relação aos negros. Muito embora o fator social esteja ligado à discriminação, a cor da pele do indivíduo, no Brasil, é o fator mais relevante para que ele seja discriminado, acrescido aos traços fenotípicos característicos dos negros. Assim, a *lexia preconceito racial* funciona como um hiperônimo para *preconceito de cor* na sociedade brasileira. Ser negro significa ser alguém de quem se deve desconfiar sempre, pois sua cor, aprioristicamente, diz muito ao brasileiro, num diálogo sócio-histórico.

#### 4.2.3. Não-negros

a)“ ‘Negro bom é negro de alma branca’ e ‘negro quando não faz besteira na entrada faz na saída’ são frases comumente usadas por muitos que se dizem não racistas. Mais precisamente 87% dos brasileiros **não-negros** (brancos, mulatos, pardos etc) não vêem problema em pelo menos uma das frases ou atitudes listadas” (*Pesquisa mostra como os brasileiros manifestam o seu racismo cordial*- p.155)

b) “A pesquisa do Datafolha encontrou dois números principais: a) 89% da população acha que os brancos têm preconceito em relação aos negros e b) apenas 10% dos **não-negros** admitem ter preconceito contra negros. (*O ranking- Saiba como é a escala*, p.156)

O grupo não-negro da sociedade brasileira, ou seja, aquele que ocupa a posição de discriminador, segundo o jornal, é formado por brancos, mulatos e pardos. Interessante notar que a lexia *não-negro* nos conduz à negação por parte daqueles que também têm ascendência negra, como mulatos e pardos, mas não se sentem ou não se vêem como tal. E como as pesquisas mais recentes nos mostram que, geneticamente, o conceito de raça não se sustenta, seria perigoso até mesmo um indivíduo branco na aparência física colocar-se no grupo dos não-negros brasileiros, já que poderia possuir genes pertencentes à etnia negra.

Muito habilidoso o enunciador ao escolher a lexia *não-negro* para ser empregada em oposição a *negro* já que, se a lexia *branco* fosse selecionada, seria necessária uma terceira designação para referir-se aos tons de pele intermediários gerados pela miscigenação. Além disso, se a opção selecionada fosse branco X não-brancos, ratificaria uma classificação em que a cor branca fosse o padrão a ser seguido. Isto não quer dizer que a primeira oposição exalte o negro, apenas procura, lingüisticamente, adequar-se às regras do politicamente correto em busca de um distanciamento em relação ao tema.

Há um jogo de imagens suscitados por essa lexia, pois ela designa tanto o indivíduo de pele branca, o qual repudia o negro, como o que sendo negro, geneticamente, recusa-se sê-lo socialmente. Isso também pode ser visto na página 157 do caderno em anexo, em que há diversas definições de cor de pele dadas pelos indivíduos a partir da imagem que tem de si. Algumas são tão absurdas que chegam a ser hilárias como as cores de pele alva escura, amarela queimada, azul, azul-marinho, cor firme, pouco clara, puxa pra branca, sapecada, entre outras, auto-definições de um povo tão miscigenado que tem dificuldade em ver a si próprio ou, em muitos casos, em assumir-se como realmente é.

Dessa forma, a lexia não-negros vem ratificar que o conflito racial brasileiro define-se entre negros e não-negros e não apenas entre os primeiros e os de pele branca.

#### 4.2.4. Negro(s)/ negra

“Os pobres- e não os ricos- são os que mais manifestam preconceito contra **negros**. Mais da metade dos **negros** aceita o enunciado “**negro** bom é **negro** de alma branca. E os **negros** dizem

estar satisfeitos consigo mesmos: 77% dos entrevistados não querem mudar de aparência” (*Datafolha revela o brasileiro*- p.155)

No discurso produzido pelo jornal, a lexia *negro* expressa em sua acepção mais referencial possível numa tentativa de isenção na abordagem do tema. Dessa forma, nos contextos em que a lexia é atualizada, o periódico a emprega no sentido de “indivíduo da raça cuja principal característica distintiva é a pele escura”. É selecionada em oposição a branco ou a não-negro, numa tentativa de não ferir a linguagem politicamente correta e recomendada pelo manual de redação da empresa. Entretanto, quando o jornal reproduz o discurso de outrem em sua pesquisa, a lexia amplia seu significado de base: Vejamos alguns contextos:

- a) “Ana Augusta, que é **negra**, afirmou que Maria Thereza teria dito que “lugar de **negro** é na senzala”. Além disso, teria impedido a sua entrada na escola” (Juiz queria manter pena- p.156);
- b) “O modelo carioca Walter Rosa, 29, já quis ser branco. Hoje em dia, ele faz questão de se considerar **negro**. Filho de pai branco e mãe **negra**, ele diz que a melhor coisa que fez nos últimos anos foi assumir a **cor negra**” (p.158- Modelo já quis ser branco).
- c) “Metade dos negros diz concordar que **negro bom é negro de alma branca**” (título, p.164)

No discurso do enunciador, que neste caso é um membro da sociedade, concretizado no excerto *a*, podemos observar a utilização da lexia *negro* com intenção pejorativa, preconceituosa. Esse sentido é conseguido por meio da memória discursiva, visto que há um diálogo entre passado e presente. Neste contexto, *negro* não é visto como representante de uma etnia apenas, mas como um ser inferior que deve ocupar o lugar destinado a ele: a senzala. Esta visão acerca do negro, sedimentada no período anterior à Abolição, inscrita na língua e na História, é utilizada em 1995 como um meio de indicar ao negro o seu lugar: os porões da sociedade. É por isso que, ainda hoje, quando um negro ocupa uma posição social de prestígio, como médico, por exemplo, a sociedade lhe pergunta “a que horas o doutor fulano de tal chega ao consultório”. Ou seja, quando um negro ocupa uma posição de destaque, ele está fora de seu habitat natural, fora da senzala, fato que ainda surpreende grande parte da sociedade acostumada a vê-lo como subalterno.

Em *b*, temos a lexia complexa *cor negra*, já com um significado bem diferente do anterior. Utilizada não só com a função designativa de cor que pode traduzir desdém ou preconceito, a expressão é selecionada, neste contexto, para denotar orgulho, força, identidade.

Linguisticamente, um verbo que geralmente acompanha as manifestações de orgulho pela própria etnia é o *assumir*, com as seguintes acepções: 1. Tomar sobre si ou para si. 2. Passar a exercer. 3. Vir a ter ou adquirir. 4. Passar a exercer cargo ou função.

Devido há séculos de opressão e de submissão, sendo tratado como coisa, não-humano, par de braços para o trabalho forçado, o negro brasileiro passou por um processo de perda total de sua auto-estima, recuperada paulatinamente a partir dos movimentos negros de valorização de sua raça. Ser negro, no Brasil, por razões sócio-históricas e ideológicas, significou, por muito tempo, ser inferior, tanto na visão dos não-negros quanto na visão de grande parte da população constituída pelos próprios negros. As características fenotípicas eram rejeitadas na tentativa de ratificar o modelo branco como sinônimo do belo. Entretanto, mais ou menos a partir da década de 1980, começaram a surgir movimentos para resgatar a auto-estima do negro, estimulando-o a valorizar-se a si mesmo, em busca de sua identidade cultural.

Assim, o verbo *assumir* ganha uma carga ideológica de rompimento com o passado sedimentando uma nova atitude do negro em relação a si mesmo. De acordo com a acepção dicionarizada, o indivíduo passa a exercer sua condição de negro e tudo o que isso implica exaltação de suas características físicas e um posicionamento de luta frente a sociedade. A lexia *cor negra* evoca no contexto apresentado semas virtuais como orgulho, afirmação, coragem e satisfação. O negro toma para si, então, a vontade de ser quem realmente é, quebrando a cadeia ideológica que o oprimia por séculos ratificando, dia a dia, que seus cabelos, traços e cor eram características vis e, por isso, desvalorizadas socialmente.

Em nossa última ocorrência selecionada, temos a lexia complexa *negro de alma branca*. Discutiremos, neste caso, a simbologia das cores suscitada pela lexia e a utilização da metáfora nessa construção linguística para explicarmos a visão de mundo subjacente.

De acordo com Kabengele Munanga (1998), na simbologia de cores da civilização européia, a cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e à pureza. Nesta ordem de idéias, ainda de acordo com o autor, a Igreja Católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina. Por isso, nas colônias ocidentais da África, mostrou-se Deus como um branco velho de barba e o Diabo um moleque preto com chifres e rabo.

Segundo o dicionário *Aurélio*, temos as seguintes acepções para *negro*: fig. Sombrio, lúgubre. Como a lexia *preto* aparece como possível sinônimo para negro, temos: sujo, encardido,

difícil, perigoso. Para a lexia *branco*, temos, entre outras acepções: da cor da neve, do leite, da cal, alvo, pálido, descorado. Socialmente convencionadas, as associações de cunho negativo foram relacionadas ao indivíduo da etnia negra e as associações positivas, ao da branca. É provável que o nome dado às cores e as suas associações tenha aparecido anteriormente à luta entre brancos e negros; assim, numa atitude preconceituosa, associou-se o bem ao branco e o mal ao negro.

A lexia também apresenta um significado metafórico. A metáfora é um mecanismo lingüístico que altera o sentido de uma palavra ou expressão quando entre o sentido que o termo tem e o que ele adquire há uma intersecção. Todos sabemos que alma não tem cor; entretanto, a ela é associada a cor branca, a qual, como vimos, conota tudo o que há de bom. Um negro de alma branca seria alguém que, apesar de ter como estigma a pele da cor que provoca associações negativas, seria abençoado por ter características de conduta próprias dos brancos. Neste caso, a metáfora caracteriza-se como um recurso lingüístico veiculador de uma idéia preconceituosa por meio de conceitos falsos de analogia e similaridade.

Atualmente, com a força dos movimentos negros e a valorização da etnia negra, cremos que tal lexia poderia até ser utilizada com um significado diferente do supracitado. Não há subsídios lingüísticos em nosso *corpus* mas, um negro de alma branca, hoje, seria aquele indivíduo que não tem a coragem de assumir suas próprias raízes insistindo na valorização do modelo de comportamento da etnia branca, alçando-o ao patamar do belo, correto, aceitável socialmente. Esta inversão em que os semas constituintes em *de alma branca* passariam de positivos para negativos, seria uma forma de ruptura com a ideologia tão longamente propagada nas práticas sociais de nosso país, ganhando um novo significado construído socialmente.

#### 4.2.5. Pardo

a) “**Pardo** é um saco de gatos”, diz estatística (Outro lado- p.158).

“O termo **pardo** é um verdadeiro saco de gatos. Tudo o que não se enquadra nas outras categorias é jogado lá dentro. É a lata de lixo do Censo”, explica a demógrafa e estatística Valéria Motta Leite, coordenadora técnica do Censo.

b) “Trabalhando também junto ao núcleo de Estudos de População da Unicamp, que dirigiu durante 12 anos, Berquo realiza suas pesquisas a partir da concepção de que pretos e **pardos** sejam unidos em categoria única dos negros por uma questão de conscientização, embora ache necessário separar pesquisa de militância” (Demógrafa quer consulta sobre cor, p.159)

De acordo com o *Aurélio*, temos as seguintes acepções para o vocábulo *pardo*: 1. de cor entre o branco e o preto ou entre o amarelo e o castanho; 2. Mulato.

A lexia *pardo*, em nossa sociedade, serve para designar o indivíduo que não é nem preto e nem branco, filho de uma mistura que não se sabe precisar bem, um ser mal definido no que diz respeito a sua cor. Dessa forma, torna-se um termo pejorativo já que ninguém quer ter a cor de sua pele classificada como incerta. Devido à miscigenação entre as etnias, tal vocábulo causa rejeição tanto por parte daqueles que consideram sua pele “mais perto da cor branca” como para aqueles que se vêem como negros. Tal denominação gera um problema de identidade cultural, já que o pardo não sabe muito bem quem é e, por vezes, para fugir de tal imprecisão, cria outras denominações igualmente vagas, como é o caso de moreno, moreno claro, moreno escuro, mas que parecem ir ao encontro de suas necessidades como seres sociais.

Como pudemos observar na primeira ocorrência, *pardo* designa em seu campo semântico, saco de gatos, lata de lixo, expressões utilizadas pela própria funcionária do Censo, mais uma voz que se manifesta no discurso da *Folha*. Daí inferirmos sua carga negativa de significado já que, por mais que a lexia seja utilizada em sua acepção referencial, isto é, nas pesquisas feitas pelo IBGE para classificar a cor de um indivíduo, ainda pode ser vista como pejorativa e, portanto, rejeitada por muitos.

A imagem que grande parte da sociedade brasileira faz dos negros não é positiva, por isso vivemos um racismo cordial. Ser pardo, neste contexto, é dar margem à dupla discriminação, já que os brancos o considerarão como negro e os negros não o verão como um membro da etnia de fato, pois o pardo pode, por sua pele, tentar enveredar para os valores brancos.

#### 4.2.6. Moreno/moreno claro/moreno escuro

a) “Os tons da cor da pele variam, mas há um consenso: os brasileiros não gostam de ser chamados de pardos e preferem a denominação de **morenos**. A pesquisa Datafolha mostra que 43% dos entrevistados se autoatribuem a cor morena e suas variações- **moreno-claro e moreno-escuro**- contra 6% que se autodefinem como pardos e 1% como mulatos.(Brasil quer ser chamado de moreno e só 39% se autodefinem como brancos- p.158)

b) “**Moreno** é a cor do Brasil. Ninguém gosta de ser chamado de neguinho ou de branquinho” sintetiza Ézio San, vocalista do grupo de pagode **Os Morenos**. (Polêmica na música: não sou negro, sou marrom-bombom- p.159)

c) “Martins das Neves é viúvo e tem seis filhos. Um deles, Antônio, casou-se com uma **morena-escura** o que não representou problema em momento algum” (“Martins só gosta de ‘preto educado’”- p.166)

d) “Sua ex-mulher, de quem se separou há três anos, era mulata, e se resolvesse casar novamente, ele diz com convicção que a cor da pele não estaria entre os critérios de escolha. ‘Se ela for direitinha, tanto faz que seja **morena** ou não’, diz ele usando a palavra **morena** como sinônimo de qualquer matiz que não seja o branco”(O sorveteiro- Para Francisco, o racismo não conta, p.166)

De acordo com o dicionário *Aurélio*, temos a seguinte acepção para *moreno*: adj. de cor trigueira. Para *trigueiro*, temos: adj. da cor do trigo maduro; moreno. Selecionar moreno, negro, preto, pardo ou outra designação referente à cor da pele de um indivíduo em nossa sociedade além de uma questão de intenção comunicativa envolve um problema social. Afinal, como o negro brasileiro prefere ser chamado? Qual o conteúdo ideológico presente na intenção dos que se valem do vocábulo *moreno*, por exemplo?

Levando em conta situações comuns do dia a dia, tal lexia é utilizada por pessoas não-negras para se referirem aos negros com a intenção de não ofendê-los já que, para tais enunciadore, supostamente, selecionar a lexia *negro* e atualizá-la no contexto seria uma atitude lingüística muito “pesada”, quase uma ofensa. Dessa forma, *moreno* seria a solução, já que amenizaria, pela linguagem, a cor de pele tão rejeitada pela sociedade e traria até, virtualmente, um traço de significado relacionado à sensualidade. Seria uma tentativa lingüística de “amorenizar” aquele de quem se fala ou com quem se fala, modificando ilusoriamente uma característica fenotípica que incomoda o enunciadore, tornando as relações sociais mais harmoniosas; solução mais “eficaz” surge quando a lexia vem acompanhada do diminutivo –inho ou –inha, recurso que pode configurar uma atitude lingüística pretensamente carinhosa ou respeitosa na sociedade brasileira, mas que não passa de um modo de não aceitar o outro como ele é realmente. Esta seleção lexical dá-se num complexo jogo de relações sociais e históricas em que o faz de conta racial é utilizado para que o enunciadore não pareça preconceituoso ou para que ele mesmo não se sinta como tal. Contudo, o que se consegue, com isto, é a manutenção da hipocrisia social.

Em contrapartida, temos a visão do próprio negro em relação a si mesmo e aos outros. Devido há séculos de exclusão e discriminação, o negro brasileiro chegou a acreditar que o modelo branco seria realmente o melhor e que sua etnia era sinônimo de incompetência em

diversas áreas da sociedade. É claro que, em 1995, os negros já estavam mais conscientes de seu valor e que a sociedade brasileira não era a mesma da época da escravidão. Mas a historicidade é inerente ao discurso e mesmo a noção trazida pelo *negro-coisa* tendo sido eliminada da mentalidade dos membros da etnia negra, o fantasma de tal concepção ainda assombra de forma remodelada a sociedade. Alguns negros ainda não se aceitam, como mostra o contexto extraído da *Folha de S. Paulo* e preferem ser chamados de morenos.

Assim como os brancos utilizam a lexia *moreno* para criar uma convivência social mais harmônica, valendo-se de uma linguagem baseada no eufemismo, os negros que não se aceitam como negros, que não têm consciência da força de sua negritude e de sua capacidade criam uma imagem deturpada de si mesmos e, para que esta imagem se complete adotam para si a cor de pele morena. Ideologicamente, este raciocínio estaria ligado àquela estratégia de branqueamento presente em séculos anteriores.

Como podemos observar na ocorrência *b* de nosso *corpus*, até mesmo um grupo de pagode que tinha como maioria de seus integrantes jovens da etnia negra denominou-se *Os Morenos*. Sempre que se escolhe um nome, principalmente no meio artístico, a seleção é feita levando-se em conta estratégias de marketing para atingir o público alvo. Desta forma, podemos inferir que os empresários do grupo, ao selecionarem *Os Morenos* ao invés de *Os Negros*, por exemplo, levaram em conta a carga de significado de uma e outra lexia: em nossa sociedade, *moreno* evoca semas virtuais como sensualidade, beleza, alegria, características que, unidas à malemolência do ritmo pagode, seria muito mais eficaz em termos de divulgação do que a outra opção, que evocaria, em seu aspecto positivo, uma valorização da etnia e, em seu valor negativo, tudo o que já foi citado anteriormente. Como a intenção de um grupo de pagode está muito mais voltada para o lúdico do que para uma bandeira hasteada pela conscientização dos negros, a primeira escolha foi feita.

#### 4.2.7. Preto/preta

a) “As atitudes assumidas pelos que se identificam como **pretos** são algo enigmáticas, sobretudo dos que completaram curso superior. Praticamente 41% deles aceitam a idéia que muitos de seus irmãos de raça são mais pobres porque não aproveitaram as oportunidades que têm”(Artigo- A razão das diferenças , p.155)

b) (...) *Folha*- Como a senhora recebeu a sua sentença?

*Maria Thereza*- Eu levantei de madrugada, liguei a televisão e fiquei sabendo que tinha sido condenada a quatro anos de cadeia. Comecei a passar mal (...) Fiquei internada. Peguei uma infecção hospitalar e até hoje tenho problema nos rins. Depois fiquei em casa com uma enfermeira, por sinal, **preta**.

*Folha*- Essa enfermeira sabia sobre tudo o que se passava?

*Maria Thereza*- Olha, eu vou dizer para o sr.: tem **preto** que é gente.

(...)

*Folha*- É o caso, hoje em dia, de as pessoas tomarem cuidado com as coisas que dizem quando um branco e um negro estão discutindo?

*Maria Thereza*- Principalmente o branco. Mas precisaria acabar com isso, porque gera a animosidade, a raiva. Você já viu algum português te processar? Algum judeu te processar porque você contou uma piada? E o que tem de repertório de piadas de português burro...É isso que eu quero: que a criança **preta** tenha o espírito de português. Ele não se sente, no fundo, inferior, dá risada. (“Preto é gente”, diz absolvida por racismo, p156)

c) “José Martins das Neves, 71, é branco e um dos motoristas de praça mais antigos de Recife. Está no ramo há 44 anos. Diz não ter nenhum preconceito contra negros. Mas a questão racial é, no mínimo, contraditória nas frases que se sucedem em seu descontraído e bem humorado discurso. Um exemplo: em meio às referências ao companheirismo entre seus colegas de ponto (...) afirma ser amigo de um deles, que é negro, porque se trata ‘no fundo de um **preto** branco.(...) Mais explicitamente ele define: É preto branco porque é preto educado.’”(O motorista- “Martins só gosta de preto educado”, p 166)

Para o vocábulo *preto*, temos: 1. da cor do ébano, do carvão, negro. 2. diz-se das coisas que apresentam cor escura; 3. sujo, encardido; 4. Negro (homem); 5. Bras.difícil, perigoso; 6. indivíduo negro.

No caderno elaborado pela *Folha* observamos o uso de uma linguagem referencial e, inserida nesta linguagem, a preferência pela lexia *negro* ao invés da lexia *preto* para se referir ao indivíduo de pele escura. Contudo, em um artigo inserido neste caderno, assinado pelo economista Paul Singer, esse enunciador elege a lexia *preto*, contrariando o que parece ser um acordo de objetividade entre os produtores do caderno. Entretanto, o significado atualizado da lexia neste contexto não produz, de forma alguma, valor pejorativo, visto que é utilizado como sinônimo para negro, com a finalidade de divulgar um dado estatístico, procedimento que permanece durante todo o texto. Mas como não existem sinônimos idênticos, o emprego de *preto* faz com que não se atualizem semas relacionados à noção de negritude, de etnia e que seja reforçado o sema relativo à cor.

O contexto *b* diz respeito à uma entrevista feita com uma diretora de escola, branca, acusada de racismo. Ela, além de negar as acusações, não se considerava uma pessoa preconceituosa. Em seu discurso, há a utilização da lexia *preta*, empregada de um modo um

pouco diferente da ocorrência anterior. Apesar de utilizá-la com a intenção de referir-se a uma mulher de pele escura, há uma maior subjetividade em seu discurso, já que tenta provar ao entrevistador que não é preconceituosa e que convive com negros no seu dia-a-dia. Todavia, seleciona exatamente a palavra que marca cor em nossa sociedade e não a que se refere a um membro representante de uma etnia, o que nos faz inferir que essa característica, cor da pele, é a que realmente mais lhe incomoda, ainda que, inconscientemente, pense estar usando apenas uma palavra de mesmo sentido.

A segunda ocorrência no discurso da enunciadora marca claramente seu preconceito em relação aos negros. Num ato falho, já que pretendia negar seu preconceito, ela diz que “tem preto que é gente”. Isso nos faz pensar numa etnia negra perversa com exceções de conduta, segundo a enunciadora. A imagem que ela e grande parte dos preconceituosos fazem da maioria dos negros é a de que eles são pessoas sem caráter, nas quais não se deve confiar já que não se comportam como humanos. Dessa forma, nas complexas relações preconceituosas brasileiras, preto não é um hipônimo válido para o hiperônimo social *gente*.

Em nossa última ocorrência levantada temos, novamente, a *lexia* em questão sendo utilizada num sentido pejorativo. Semelhante ao sentido da expressão “preto de alma branca”, o “preto branco” é aquele que apresenta, ao mesmo tempo, de acordo com o enunciador, as marcas do bem e do mal, do positivo e do negativo. O estigma da cor da pele escura é atenuado pela nobreza de caráter traduzido pelo vocábulo *branco*. Dizer “preto educado” não basta para os propósitos discursivos. No discurso preconceituoso, além de existir a intenção por parte do enunciador de diminuir aquele que ele julga inferior, é necessário reafirmar-se sobre o outro num jogo lingüístico-ideológico que busca comprovar uma pretensa superioridade. Por esse motivo, a *lexia* *branco* se associa a *preto*, formando uma *lexia* complexa.

#### 4.2.8. Marrom-bombom

“Para os pagodeiros do grupo Os Morenos, o Brasil é um país moreno. Daí o nome do conjunto que emplacou nas paradas o hit ‘**Marrom-bombom**’.

‘Aqui tem de tudo. Se colocar no liquidificador, o que sai é o moreno’, diz o percussionista Betinho Moreno.

‘Não sou negro, sou **marrom-bombom**. Brancos e negros gostam de ser chamados de morenos’, afirma o vocalista Ézio San.

Na hora de responderem sobre o tom de suas peles, são unânimes ‘somos morenos como todos os brasileiros’” (Polêmica na música- “Não sou negro, sou marrom –bombom”, p.159)

Marrom-bombom é mais uma lexia que faz parte do vocabulário das relações interpessoais brasileiras no que se refere à cor da pele. Em um país miscigenado como o Brasil, a mistura entre raças faz com que as pessoas criem novas designações para se referirem a si próprias ou porque já não sabem exatamente como se vêem, ou porque querem negar a si próprios ou ainda na tentativa de se valorizar.

Em 1995, o neologismo *marrom-bombom* circulou socialmente como título de uma canção em que a sensualidade dos amantes era ressaltada por sua cor<sup>9</sup>. Assim, a lexia, em seu aspecto positivo, diz respeito a uma cor de pele sedutora, desejada, atraente, bela, a cor da casca da castanha misturada ao prazer do chocolate; contudo, pode ser utilizada como eufemismo, numa tentativa de substituir o termo negro, impregnado de um conteúdo sócio-histórico que grande parte dos negros insiste em rechaçar e até mesmo em esquecer.

Recusando a lexia *negro* e assumindo para si o *marrom-bombom*, o negro cria uma auto-imagem positiva porque se sente fisicamente mais seguro, poderoso, desejável, mesmo que isso só ocorra no nível da aparência, já que, na essência, ele permanece o mesmo negro na visão dos brancos. Essa visão deturpada de si mesmo, caracterizando uma atitude de autopreconceito, pode ser comprovada tanto pela fala de um dos integrantes do grupo presente em nosso contexto como pelo sobrenome adotado por outro, Betinho Moreno.

#### 4.2.9. Crioulo

a) “Um caso raro ocorreu em S. Paulo no último dia 3 de abril. O médico Cândido da Silva Lopes foi até a Delegacia de Polícia de Investigações sobre Crimes Raciais e confirmou: ‘Eu disse mesmo que a coisa que eu mais detesto é pau d água e **crioulo**’” ( “Detesto pau d água e crioulo, diz médico”, p.157)

b) “Alguns advogados mineiros tiveram a oportunidade de expressar o que pensam de um presidente de entidade negro na última eleição de Cândido Júnior (ele está em seu segundo mandato) ‘Em algumas poucas cédulas escreveram **crioulo** safado. Dizer que no Brasil não existe preconceito é querer esconder a realidade’, afirma” (*O advogado- Presidente da OAB-MG é confundido com porteiro*- p. 163)

c) “ A resposta ao pedido foi uma frase infeliz atribuída ao engenheiro Vaner Palma de Oliveira: ‘O que esse **crioulo** quer mais, agora que conseguimos clarear o departamento?’”( *Eletrônico consegue na justiça volta ao emprego*, p.160)

<sup>9</sup> Vide página 159 do caderno em anexo

De acordo com o dicionário *Houaiss*, temos as seguintes acepções para o vocábulo *crioulo*: 1. negro nascido no continente americano 2.p.ext. diz-se de ou qualquer negro 3. diz-se de ou língua derivada do contato de um idioma europeu com línguas nativas.

Carregado de um sentido que vai muito além da designação do indivíduo negro nascido na América em oposição ao originário da África, o vocábulo é utilizado nas relações sociais brasileiras preconceituosas de um modo diferente de suas acepções dicionarizadas. Como podemos verificar no discurso social veiculado pelo jornal, a voz que enuncia *crioulo* tem a intenção de ofender, discriminar. Assim, a lexia perde o sema presente em (1), já que o falante não o recupera quando utiliza efetivamente a palavra no discurso, ocorrendo, portanto, uma dessemantização; tendo por base a acepção (2), há uma extensão de significado ao qual são agregados semas virtuais gerados socialmente relacionados ao preconceito. Quem emprega *crioulo* ao invés de *negro* pretende concretizar sua intenção comunicativa de ofender, desprezar; prefere, então, acrescentar ao indivíduo negro a característica *crioulo*.

Importante notar que, no mesmo contexto, há também a utilização de *pau d'água*, expressão também de cunho pejorativo para referir-se às pessoas que ingerem bebida alcoólica em excesso. Procurando manter uma coerência estilística, o enunciador coloca as lexias lado a lado o que nos mostra que crioulo é discursivamente mais marcante que negro no discurso do preconceito racial.

#### 4.2.10. Mulata/Mulato

a)“ O brasileiro sabe que a **mulata** é a tal. Ela é considerada ‘a melhor de cama’ pela maioria dos entrevistados: 32% do total contra um empate técnico entre brancas (12%) e negras (13%) Casada com Anselmo, branco de origem portuguesa, Conceição Simão, 39, sabe que é atraente. ‘Acho que sou sexualmente atraente e esse foi um ponto forte da nossa proximidade’, diz. Mas Conceição nunca se deixou pegar pelo estereótipo da **mulata**: para começar, não sabe dançar samba(...)”( *A preferida- Brasileiros confirmam que a mulata é a tal*, p.160)

b) “Quando Paula Barreto,36, branca, filha do produtor de cinema Luis Carlos Barreto, anunciou que iria se casar com o jogador de futebol Cláudio Adão, 39, negro, comprou uma briga em casa. A reação de sua mãe, a produtora Lucy Barreto foi perguntar se ela já tinha pensado que seus filhos seriam **mulatos**.( *Mãe afirma ao Censo que seus filhos mulatos são negros*, p,158)

De acordo com o dicionário *Houaiss*, temos as seguintes acepções para mulata: 1. (pessoa) mestiça de branco e negro; 2. (pessoa) que tem a cor de pele escura.

Vista em nossa sociedade como um objeto de prazer, a figura da mulher mestiça das raças branca e negra, como mostra a pesquisa feita pelo jornal, na época, está associada ao desejo carnal, à libido pois é considerada por grande parte dos entrevistados como “boa de cama”, mantendo o estereótipo impregnado de historicidade, como poderemos ver de modo mais vertical no item referente aos resultados obtidos de nossa pesquisa.

A lexia *mulata*, como está relacionada em muitos contextos ao prazer sexual, é associada a mulheres que não tem necessariamente o traço da miscigenação em sua aparência. Quando a intenção de quem enuncia é fazer com que o interlocutor atente para o caráter libidinoso da mensagem, até mesmo uma mulher negra é denominada mulata, como acontece, emblematicamente, no carnaval. Nesta manifestação cultural de nosso povo, a lexia é amplamente empregada e a pouca visibilidade que o negro tem na mídia o ano inteiro é redobrada.

No contexto apresentado, pudemos observar que a própria mulata em questão tem uma visão positiva de sua sensualidade, justamente por ser filha da mistura e parece orgulhar-se disso, deixando de lado o aspecto mulher-objeto para ver a si mesma como mulher-desejada. A lexia mulata, em nossa sociedade, é utilizada de modo pejorativo. Como vimos no contexto selecionado, parte de uma pesquisa de abrangência nacional, a palavra traduz não só preconceito mas também o estereótipo nascido historicamente deste preconceito de que ser mulata é ser sinônimo de um tipo de beleza que serve para ser admirada, possuída e dispensada.

Se nas relações interpessoais da sociedade brasileira a palavra *mulata* é marcada no discurso pela sensualidade, o mesmo não ocorre com *mulato*. Nas relações preconceituosas, a lexia produz o sentido de desprezo. No dicionário *Moraes* de 1813, o lexicógrafo apresentava como uma das acepções do vocábulo *o filho do cavalo e burra*, noção que simplesmente não figura nos dicionários da língua geral atuais, talvez por ter como base não a verdadeira etimologia da palavra, mas a expressão do preconceito arraigado.

#### 4.2.11. Escurinha(o)

a) “Das três netas que esse filho lhe deu, ‘duas são **escurinhas** como a mãe mas o motorista esboça um gesto indignado ao ser indagado se há nisso pretexto para um tratamento diferenciado” (*O motorista- Martins só gosta de preto educado*-p.1166)

b) “ O modelo não gosta de termos como moreno ou pardo. ‘É como chamar de **escurinho**, é uma maneira preconceituosa de se referir ao negro. Isso não é adjetivo, é pejorativo’, ironiza” (*Modelo já quis ser branco*, p.158)

De acordo com o dicionário *Houaiss* temos para o vocábulo *escuro*: 1. escuridão 2. (lugar) com pouca ou nenhuma luz. 3. (indivíduo) negro, mulato ou amulatado. 4. Triste, melancólico 5. Sombrio, tenebroso.

A palavra *escurinha* é mais um modo de se referir socialmente a um membro da raça negra de maneira preconceituosa. Originada de *escuro*, que tem como significado ausência de luz, e acrescida do sufixo –inha, diz respeito ao indivíduo de pele negra. Entretanto, levando em conta o racismo cordial presente em nosso país, o falante procura um modo mais ameno de referir-se ao outro e seleciona a cor da pele para marcá-lo de modo pejorativo, atualizando em seu discurso a carga quase sempre negativa que a cor escura suscita. Assim, pela cor, o indivíduo passa a ser tratado socialmente não pela sua etnia, mas por um tom de pele que conota tristeza, melancolia, medo.

O sufixo –inha é inserido com frequência nas práticas sociais com o intuito de amenizar a noção negativa presente no vocábulo, o que supostamente geraria uma empatia maior com o interlocutor, já que socialmente não é comum chamar o indivíduo negro de escuro ou escura, simplesmente, como nos apresenta a terceira acepção do dicionário.

Dizer *negro* ainda é tabu em nossa sociedade, justamente pela carga histórico-ideológica da palavra. Grande parte dos falantes deixa de lado a evolução semântica do vocábulo marcada por razões sociais e históricas, desconsiderando-a como designação positiva dos membros de uma etnia. *Escurinha* é um eufemismo utilizado nas relações raciais que envolve o tabu de delicadeza, escolhido para minimizar constrangimentos mas que, na realidade, só serve para perpetuar o preconceito no país.

#### 4.2.12 /4.2.13/4.2.14-Anomalia estatística, único e negro mais intelectualizado

a) “Nesta página e na próxima, a *Folha* conta as histórias de oito pessoas que formam uma espécie de **anomalia estatística**, a dos negros que conseguiram ser bem-sucedidos em profissões

e carreiras que, no Brasil, são exercidas quase que exclusivamente por brancos.” (*Negros de sucesso contam como é ser único*, p.162)

b) “Por conta do preconceito e das dificuldades herdadas com a cor da pele, todos os oito personagens destas duas páginas exibem uma mesma característica: em algum momento de suas vidas se viram na situação de **únicos**: **único** negro da turma, **único** negro da empresa, **único** negro no topo da carreira” (*Negros de sucesso contam como é ser únicos*, p.162)

c) É possível que parte dos **negros mais intelectualizados** deseje assumir uma postura de isenção para não parecer guiada pelo auto-interesse. Ou então nutra opiniões muito mais críticas em relação a sua própria etnia do que brancos e sobretudo pardos com a mesma escolaridade. (*Artigo- A razão das diferenças*, p.155)

De acordo com Houaiss temos as seguintes acepções para *único*: adj. de que só existe um em seu gênero sem outro igual; 2. que é incomum, raro, exclusivo; 3. que é o mesmo para vários indivíduos ou coisas. No que se refere à *anomalia*: o que não é normal irregularidade, aberração; *estatística*: ramo da matemática que trata da coleta, análise, interpretação e apresentação de dados numéricos.

As lexias *único* e *anomalia estatística* serão analisadas conjuntamente, visto que relacionam-se por designarem, na democracia racial brasileira, o pequeno número de negros que se destacam em atividades predominantemente exercidas por brancos. Acrescidas às anteriormente analisadas, poderemos delinear o quão preconceituosa ainda é a sociedade brasileira contemporânea.

Devido às condições sócio-históricas-ideológicas em que o negro viveu desde a sua chegada ao país no final do século XV, a dificuldade em se alcançar postos de destaque na sociedade é muito grande. A metodologia do branco europeu que desfigurou os aspectos moral e intelectual do negro foi tão bem aplicada que ainda se reflete no momento presente. Além disso, quando o escravo foi libertado, sem condições de competir em igualdade no mercado de trabalho com os imigrantes, passou a ocupar sempre as piores posições na sociedade, devido a sua defasagem social e histórica. Atualmente, a ideologia da vadiagem, oriunda da época da escravidão, é reafirmada e ao próprio negro é imputada a culpa por sua não-ascensão, ou seja, devido a sua atitude ociosa perante a vida ele permanece nos últimos lugares sociais. Assim, numa espécie de mascaramento da realidade, todo o contexto cultural que envolve a história do negro é negligenciado e a explicação única de sua condição social é a preguiça, a falta de empenho e de luta, opinião compartilhada, inclusive, por grande parte dos negros pertencentes aos números que os enquadra na designação de anomalias estatísticas.

A ascensão do negro, na sociedade brasileira, pode ocorrer de duas formas: em seu microcosmo, ou seja, em sua própria comunidade ou no macrocosmo social, local em que está inserida a classe privilegiada. É possível que o destaque ocorra em seu grupo e ele se torne líder em seu espaço sem que haja desequilíbrio social algum, já que sequer receberá atenção da cultura dominante; dessa forma, o negro permanece no espaço a ele permitido. Todavia, se aparece num espaço a ele não-concedido e a sociedade o reconhece, é visto como algo anormal, extraordinário, uma perturbação tênue ao *status quo*, já que se constitui como sendo um dado raro nas formações imaginárias da sociedade brasileira.

Assim, as lexias em questão designam os negros que, a despeito de todas as adversidades, ocupam posições na escala social normalmente preenchidas por brancos como, por exemplo, piloto, empresário, diretor de arte, vereador, juiz, advogado e, por isso, são vistos como exceção à regra e aos estereótipos vigentes na sociedade preconceituosa. Ser único, no entanto, pode fazer com que o negro corra o risco de entrar em contato com a ideologia do branqueamento e aceitá-la como verdadeira, passando a acreditar que somente com o esforço próprio, em nossa sociedade preconceituosa, é que se alcança o sucesso, desconsiderando todas as condições históricas a que foi submetido seu povo. Eis a razão pela qual selecionamos a lexia *negro mais intelectualizado*, pois no país, quanto maior for o grau de escolaridade de um negro, mais ele tende a se embranquecer e culpar os membros de sua etnia por sua condição social desfavorável. Ele deixa de se ver como negro no aspecto social, já que não partilha dos mesmos problemas do grupo e passa a se ver como um sujeito semelhante ao branco, para poder ocupar a mesma posição, assimilando sua cultura, visto que se trata da cultura oficial. Assim, passa a olhar de modo crítico os membros do grupo do qual não mais faz parte, sendo mais ferino com eles do que seriam os próprios brancos.

#### 4.2.15/16/17-Enganchar, auto-preconceito/preconceito intra-racial, inferiorizados/inferior

a) “Orgulho da raça negra vai dos pés à cabeça, mas **engancha** no cabelo” (título, p.168)

b) Parece claro que, com exceção de uma pequena minoria, os pretos com grau superior confiam em seus irmãos. O que reforça a hipótese de que suas respostas a respeito da causa da maior pobreza dos negros no Brasil não denotam tanto **autopreconceito** como a ansiedade de não parecerem parciais em causa própria. (Artigo- *A razão das diferenças*, p.155)

c) “O Datafolha apurou outros indicadores dessa espécie de **preconceito intraracial**: 8% dos negros, por exemplo, consideram os brancos mais inteligentes que os negros” (*Metade dos negros diz concordam que negro bom é negro de alma branca*, p.164)

d) “O espantoso é que entre os que se identificam como pretos, o desnível é bem menor- 53% x 31%. Entre os próprios **inferiorizados**, a proporção que acusa o preconceito é menor e a proporção que culpa a si mesmos maior do que nos outros dois grupos étnicos distinguidos na pesquisa”. (*Artigo- A razão das diferenças*, p.155)

e) (...) *Folha*: como assim?

*Maria Thereza*: você está admitindo que negro é **inferior**. O negro não pode dizer isso.

*Folha*: É o caso, hoje em dia, de as pessoas tomarem cuidado com as coisas que dizem, quando um branco e um negro estão discutindo?

*Maria Thereza*: principalmente o branco. Mas precisaria acabar com isso, porque gera animosidade, a raiva. Você já viu algum português te processar? (...) E o que tem de repertório de piada de português burro... É isso que eu quero: que a criança preta tenha o espírito do português. Ele não se sente no fundo, **inferior**, dá risada. (“Preto é gente”, diz absolvida por racismo, p.156)

De acordo com o dicionário *Houaiss*, temos as seguintes acepções para *enganchar*: 1. agarrar-se com gancho; 2. prender (-se) em, ligar (-se) em; 3. dar aspecto de gancho. Embora a objetividade jornalística seja característica perseguida pelo enunciador, o posicionamento de quem escreve aparece no discurso, seja de forma subjacente ou explícita. Isso pode ser observado no momento em que, entre inúmeras possibilidades existentes no sistema lingüístico, a voz do jornal seleciona o verbo *enganchar* para referir-se ao cabelo dos negros, revelando uma visão tendenciosa ao preconceito, como pode ser observado no contexto (a) apresentado.

O verbo remete-nos às lexias, utilizadas também por alguns negros, *cabelo bom* e *cabelo ruim* (vide reportagem p.15 do anexo). A primeira designação está relacionada ao tipo de cabelo do branco, ou seja, ao modelo eleito pela sociedade como ideal, belo, desejado ou ao cabelo que se aproxime desse paradigma. Ao negro, portanto, relaciona-se o cabelo ruim por ser crespo, enrolado, razão por ter sido associado ao verbo *enganchar*, de modo pejorativo, o que faz com que o próprio jornal reforce o preconceito contra o negro. Aliás, as lexias relacionadas ao cabelo do negro são tão marcadas socialmente que alguns negros tendem a aceitá-la, procurando mudar sua aparência em busca da aproximação do valorizado modelo branco, numa atitude de *autopreconceito* por se sentirem, de certa forma, inferiorizados. Outra designação selecionada pelo jornal para denominar essa atitude de negação foi *preconceito intraracial*, convivendo sinonimicamente no discurso com *autopreconceito*.

Dessa forma, o negro tende a perder sua identidade pois, num jogo de imagens sociais, vê-se como um indivíduo feio, ocupando uma posição não desejada na sociedade, sem orgulho de si mesmo, de suas características, depreciação oriunda de sua história de tortura e sofrimento. A inferioridade gerada pelo preconceito ocorre porque grande parte dos negros não assume, em plenitude, a condição de ser negro, sua história e sua cultura. A eles falta libertar-se do jogo gerado pela assimilação dos padrões brancos, os quais os reduziu a homens de segunda categoria, e incorporar, em seu modo de ser, o conceito de negritude, o qual envolve consciência e personalidade na relação consigo mesmo e com o mundo.

Uma visão a partir da ótica do branco presente em nosso contexto (c), sugere que o negro, para não se sentir inferior, deve levar na brincadeira aquilo que interpreta como ofensa quando se julga insultado. Segundo a enunciativa, membro da sociedade que fala por meio do jornal, falta ao negro o *espírito do português*, definido por ela como uma atitude de bom humor perante as atitudes preconceituosas. Entretanto, levando em conta as relações entre língua, história e cultura envolvidas, podemos inferir que essa sugestão para a aceitação plena do preconceito sem se julgar ofendido é um posicionamento que reflete uma das facetas do racismo cordial.

A manutenção do preconceito por meio do léxico é nítida em nosso *corpus*. No falar do enunciatador sobre o outro, permanecem designações do passado num jogo interdiscursivo com o presente, numa reafirmação ideológica de que, para ser aceito e considerado belo, é necessário aproximar-se das características do branco, vistas como padrão, perpetuando a ideologia do embranquecimento.

#### 4.2.18 - Clarear o departamento

“A resposta ao pedido foi uma frase infeliz atribuída ao engenheiro Vaner Palma de Oliveira: ‘O que esse crioulo quer mais, agora que conseguimos **clarear o departamento**?’” (*Eletrônico consegue na justiça volta ao emprego*, p.160)

Segundo Houaiss temos, para *clarear*: tornar claro, iluminar-se. São infinitos os meios pelos quais os falantes se utilizam da língua para criar expressões ou selecionar lexias que manifestem seu preconceito. Para compreendermos o sentido produzido por essa lexia complexa, devemos nos remeter à designação *preto*, já analisada nas páginas 105-106.

A oposição entre os lexemas claridade X escuridão sedimenta semanticamente a lexia *clarear o departamento*. À claridade estão relacionados semas que, virtualmente, associam-se a

características positivas como: 1. qualidade do que é claro; 2. luz intensa; 3. foco luminoso. Subjetivamente, esses conceitos passam a designar, na sociedade, por associação, o homem branco e seus comportamentos. Em contrapartida, ao negro associa-se a escuridão e tudo o que ela, negativamente, evoca em uma comunidade de fala, ou seja, em um grupo de pessoas que compartilham das mesmas regras e dos mesmos padrões para o que, quando e como dizer alguma coisa. E esta comunidade exterioriza seu preconceito de cor sedimentado histórica e ideologicamente pela diferença de cor de pele entre os indivíduos.

*Clarear o departamento* significa, portanto, retirar dele aquele que o escurecia, deixando apenas a luz fazer parte do ambiente de trabalho. Dessa forma, os funcionários brancos, associados à competência e ao bom desempenho não deveriam ser tocados pela escuridão do negro, visto como um incômodo.

A imagem social que criamos de nós mesmos é construída a partir da visão que temos do outro. Julgar-se superior é pensar-se o oposto do outro, negando-o. A expressão proferida pelo chefe do departamento em relação ao funcionário negro nos faz inferir que se um departamento “clareado” é o ideal, então é porque os brancos são superiores aos negros, imagem construída histórica e culturalmente nas relações imaginárias que constituem a sociedade brasileira. A forma verbal presente no enunciado, *conseguimos*, sinaliza que a voz do chefe está em consonância com a de outros funcionários intolerantes.

#### 4.2.19- Racismo, discriminação racial

a) “No caso de **racismo**, Maria Thereza teria impedido a matrícula de sete estudantes negros na escola estadual na qual era diretora” (*Juiz queria manter pena*, p.156)

“Há um buraco claro nessa estatística. A maioria diz haver **racismo**. Mas na hora de assumir, poucos o fazem” (*Saiba como é a escala*, p.156)

“No Brasil, perante a lei, xingar alguém fazendo referência à cor da pele não é **racismo**. **Racismo** é, entre outras coisas, impedir alguém de fazer algo por causa da cor da pele” (*Na delegacia, racismo quase sempre é injúria*, p.157)

b) “Nogueira afirmou que peritos da OIT virão ao Brasil em julho para apurar casos de **discriminação racial** no trabalho” (*Eletrosul nega demissão por discriminação*, p.160)

“No seu conceito, não há **discriminação racial** no país, mas uma diferença cultural de aptidão: ‘Os japoneses são mais hábeis em coisas pequenas e delicadas, os negros têm mais facilidade no serviço pesado’” (*55% dos negros querem reserva de vagas*, p.161)

De acordo com o dicionário de Sociologia, temos como acepções para *racismo*: doutrina que estabelece certas qualidades psíquicas e físicas atribuídas a determinado povo ou nação como sendo norma de orientação das relações com outros povos ou nações. Toda forma de racismo é, ao mesmo tempo, etnocentrismo baseado em duas premissas falsas: 1.a raça: caracteriza-se, principalmente, por determinadas qualidades psíquicas geneticamente transmitidas e, por isso, inalienáveis. 2. as qualidades psíquicas da raça prendem-se, de modo inseparável, a suas qualidades físicas. Essas afirmações baseiam-se na confusão de fatores biológicos com culturais e sociais. Criação mitológica que é, racismo nada tem a ver com ciência.

O conceito de racismo exposto acima ganhou força no século XIX, tendo como um de seus preconizadores o conde Gobineau (vide página 12), autor de *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* e permanece em nosso corpus de 1995 de maneira remodelada, mantendo uma relação interdiscursiva sedimentada num dizer parafrástico. A lexia foi empregada vinte e duas vezes no caderno *Racismo cordial*, enquanto que *discriminação racial* apareceu apenas em duas oportunidades, funcionando como substituto semântico de racismo, embora esta última lexia carregue em seu semema uma carga de significado mais “densa”, produzindo um sentido mais intenso no discurso por sua historicidade. Isto nos faz crer que, não obstante a noção de *raça* no mundo contemporâneo tenha sido substituída pela de “culturas diferentes”, tal modificação conceitual parece atingir apenas os intelectuais já que, em nossa sociedade, a palavra racismo transita nos discursos atualizando, na linguagem cotidiana jornalística, semas que a compunham no século XIX, apesar de a cordialidade de nosso racismo fazer com que alguns não sejam explicitados, como as verdades científicas de outrora tal qual a noção do negro “coisificado”. Entretanto, as bases do racismo permanecem, porque as relações preconceituosas permanecem, e as duas premissas, presentes na acepção dicionarizada, não são vistas como falaciosas por grande parte da população, visto que o nível de ocorrência da palavra no discurso é alto.

Vistos com olhos atuais, o conceito de racismo é algo ultrapassado, mas nas relações sociais brasileiras, nomeadas como racialmente democráticas, isso não se dá na prática, já que muitos brancos mantêm um auto-retrato de superioridade em relação ao negro que parece ser inquebrantável. Essa pretensiosa visão de si, gerada há séculos para justificar a dominação física

e psicológica do outro, do diferente, baseia-se nas oposições sociais, também herança da escravidão, mas principalmente na cor da pele e nos traços fenotípicos característicos dos negros.

#### 4.2.20- Racistas, intolerantes raciais, preconceituosos

a) “Quando a professora e diretora de escola estadual aposentada Maria Thereza, 59 diz que ‘tem preto que é gente’ não tem intenção de ser **racista**. E ela diz não ser **racista**” (*Preto é gente, diz absolvida por racismo*, p.156)

b) “O número é inédito. O Datafolha mostra, cientificamente, e pela primeira vez na história do Brasil, quem são os **intolerantes raciais**” (*Pesquisa mostra como os brasileiros manifestam o seu racismo cordial*, p.156)

c) “A pesquisa do Datafolha cria um paradigma. No futuro, será possível dizer, cientificamente, se o brasileiro tornou-se mais ou menos **preconceituoso**” (*Saiba como é a escala*, p.156)

Se o país ainda discrimina pela cor da pele, é preciso verificar as designações relacionadas, em nosso *corpus*, àqueles que exercitam tal atitude. Numa relação hiperonímica/hiponímica, temos, como termo mais amplo dos três, a lexia *preconceituosos*, englobando *racistas* e *intolerantes raciais*. *Racista* parece ser a lexia semanticamente mais contundente, por sua historicidade. Embora seja utilizada no discurso do preconceito amplamente, não o é sem uma dose de receio, já que, na democracia racial brasileira, embora a discriminação exista de fato, ninguém quer ser taxado de cometer atitude tão politicamente incorreta. Os brasileiros não se assumem preconceituosos abertamente. Por isso, o jornal seleciona e atualiza a lexia *racista*, numa atitude lingüístico-social de denúncia daqueles que discriminam, atestando sua presença.

No dicionário *Houaiss* temos, para a lexia *racista*, as seguintes acepções: 1. relativo ao racismo; 2. partidário do racismo. No Brasil, muito embora a palavra tenha um significado genérico, já que o adepto de tal atitude pode objetivar o repúdio a diferentes etnias, sempre se relaciona tal designação ao indivíduo não-branco que almeja apartar o negro de seu convívio

social, visto que não o suporta por sua cor. Pensamos que ao racista brasileiro não caberia a designação *odiar o negro*, já que as atitudes de nossa sociedade nunca são muito fervorosas em qualquer âmbito. Sendo assim, as relações brasileiras são permeadas pelo racismo, mas não somos tão racistas assim.

Graças a essa cordialidade, ao lado de racista aparece o *intolerante racial*, numa relação de sentido sinonímica. Como sabemos, em nossa língua a identidade de significado inexistente, o que faz com que a carga semântica de uma lexia, em um contexto específico, seja superior a outra. Dessa forma, para *intolerância*, temos: “tendência a não suportar ou condenar o que desagrade nas opiniões, atitudes, etc; intransigência”. Em nosso caso específico, o intolerante racial é o indivíduo que não aceita ou não suporta o outro pela cor de sua pele. Paralelamente a *racista*, essa lexia parece-nos mais amena e o jornal a utiliza logo nas páginas iniciais do caderno, ciente do modo do funcionamento das relações preconceituosas brasileiras. O intolerante é aquele que não suporta o outro, diferentemente do racista que, em seu semema, pode evocar, por sua historicidade, o sema virtual do ódio entre as raças.

Por fim, temos a lexia *preconceituoso*, conceituado como “aquele que revela preconceito”. Especificamente, o preconceito racial, segundo o dicionário de Sociologia, quer dizer “atitude adversa em relação a um indivíduo ou grupo, fundada em traços ou características que são, ou se acredita serem, por erro, de origem racial, porém sem nenhuma base adequada nos fatos ou no conhecimento pessoal. Forma corrente de resposta estereotipada”

É a mais empregada das três formas pelo jornal, talvez por ser a mais genérica e menos marcada socialmente, ratificando a característica diferenciada do racismo à brasileira. O preconceituoso é aquele que estranha o diferente por sua cor sem mesmo saber, com precisão, o porquê. É um repetidor de comportamentos sociais e discursos estereotipados em relação ao negro, gerados há séculos e tão difíceis de serem quebrados no presente, pois se trata de um diálogo com o passado. A repetição dos comportamentos preconceituosos fazem parte de um já-dito, numa relação de memória discursiva, inscritos na língua e na história.

Essas são as vinte lexias que nos propusemos a analisar para verificarmos de que modo o léxico produz sentido no discurso do preconceito divulgado pelo jornal. Passaremos, agora, aos resultados obtidos neste capítulo para chegarmos às considerações finais.

### 4.3. RESULTADOS OBTIDOS

Como selecionamos para investigação duas formações discursivas de períodos distintos, procederemos agora ao cruzamento dos dados que nos permitirá apontar os resultados alcançados a partir da análise léxico-discursiva empreendida. Para isso, denominamos o *corpus* constituído pelos textos de *A Província de S. Paulo* (1875-1887) como formação discursiva I e o caderno *Racismo Cordial*, de 1995, da *Folha de S. Paulo* como formação discursiva II. Tal denominação se justifica já que ambos constituem-se como formações ideológicas situadas em contextos sócio-históricos bem definidos.

Temos como objetivo investigar de que forma o léxico empregado no discurso preconceituoso, em relação ao negro, produz efeitos de sentido em condições sócio-históricas distintas, de que modo essas formações discursivas dialogam e em que ponto se distanciam ideologicamente. Como o sentido das palavras não existe em si mesmo, relacionaremos as duas formações discursivas anteriormente analisadas para determinarmos como foram produzidos os sentidos que dizem respeito ao preconceito de cor no Brasil, levando em conta o contexto sócio-histórico-ideológico e o meio pelo qual esse discurso é veiculado: o jornal.

Do final do século XIX para o final do século XX, foram grandes as mudanças ocorridas no que tange às relações entre pessoas de cor de pele diferentes no Brasil. O primeiro momento foi marcado pela relação humano versus não humano, senhor e escravo, proprietário e coisa. Nesta conjuntura social, o jornal, meio de informação da época dominado pela elite, agia como um poderoso veiculador de ideologias que reforçava o preconceito existente na época. Como vimos em nosso *corpus*, as principais imagens diariamente reiteradas, em relação ao negro, eram: negro-coisa (não humano, animalesco), negro-suspeito (perigoso, violento), negro-aberração (elemento exótico, curioso), negro-indisciplinado (burlador de regras, fujão, preguiçoso) e negro-

escravo (nascido para servir). A *Provincia de S. Paulo* desse período configurava-se, portanto, como um porta-voz do preconceito compartilhado pela classe favorecida, embora não se declarasse, em tese, explicitamente contrário à abolição por interesses políticos. O léxico utilizado, contudo, manifesta o preconceito explicitamente, já que o negro não faz parte da sociedade, não é humano e por isso não é respeitado. As palavras traduzem as conflituosas relações sociais entre uma sociedade branca, que se julga superior em todos os sentidos, e a grande massa negra, subjugada, sem auto-estima e, muitas vezes, crente sobre o que se dizia dela. Entretanto reagia, e quando isso ocorria, o enunciador não titubeava em classificá-los como boçais, preguiçosos, violentos, indisciplinados porque, ideologicamente, deveriam ser eternamente obedientes a seus senhores. Essa inversão da realidade manipulada socialmente auxiliava na manutenção da estrutura que segregava e criava uma imagem falsa do negro que permanece na visão atual.

Em 1995, depois de muitas transformações, as relações sociais tornaram-se diferentes, mas ainda guardam muitos pontos em comum no que se refere ao preconceito. A sociedade brasileira passou a respeitar o negro por força da lei, mas não a considerá-lo como um igual, como mostra o léxico levantado. Assim como no século XIX, o negro ainda constitui a camada mais pobre da sociedade e, por seu histórico de escravidão, não lhe foram dadas as mesmas oportunidades de ascensão social e cultural do branco, o que faz com que o vejam de forma diferente, principalmente por sua cor ainda estigmatizada.

Nossa formação discursiva II mostra-nos que a imprensa já não é mais conivente com a disseminação do preconceito como era no passado e o enunciador que diz “negro” de uma forma preconceituosa já não é um representante do jornal, mas do povo, a voz de um preconceituoso que manifesta lingüisticamente a visão de muitos membros da sociedade em relação aos negros. O interesse da *Folha* com a publicação do caderno parece ser o de informar para toda uma sociedade que a aclamada democracia racial nunca passou de fantasia e que o brasileiro continua sendo extremamente preconceituoso.

Embora a abordagem do tema seja de grande relevância, ainda é um grupo branco que denuncia em escala ampla a resistência de uma sociedade desigual; contudo, ao contrário do enunciador da primeira formação discursiva, faz questão de ser o mais objetivo possível e eximir-se do uso de qualquer vocabulário politicamente incorreto. Tanto que, em seu Manual da redação, há a recomendação para que os jornalistas evitem utilizar palavras como preto, crioulo,

escurinho, alemão, moreno, de cor; e também expressões como afro-brasileiro ou cidadão de tipo negróide. A lexia determinada para se referir ao indivíduo de pele escura é mesmo *negro*, vista pelo jornal como a mais objetiva. Interessante observar como hoje essa palavra tornou-se sinônimo de objetividade jornalística na abordagem de temas raciais enquanto ontem era a veiculadora de preconceitos por excelência, como ocorria em *A Província de S. Paulo*. Essa mudança de perspectiva semântica ocorreu motivada por fatores sociais e históricos, já que a evolução do homem fez com que suas concepções de mundo, em relação ao outro, fossem modificadas pela quebra de estereótipos e de teorias pseudo-científicas.

Assim, a maioria das lexias selecionadas no caderno especial da *Folha*, faz parte do discurso social, expresso pelo jornal por meio de citações ou de artigos assinados num jogo de vozes, uma inserida na outra. Desse modo, apesar de veicular o discurso preconceituoso, o periódico não compartilha dele, diferentemente do passado. O léxico presente no caderno é extraído da própria sociedade e a grande quantidade de citações nos faz inferir que a *Folha* responsabiliza-se apenas pelos dados referenciais da pesquisa. Ideologicamente, entretanto, é impossível haver isenção, já que há um posicionamento do jornal no momento em que escolhe e divulga uma pesquisa sobre um tema polêmico presente na sociedade brasileira, o que conota um ato de coragem num país que ainda insiste em dizer-se uma democracia racial.

Entretanto, embora a isenção seja uma característica da *Folha de S. Paulo*, ao intitular um dos tópicos presentes no caderno, o enunciador deixa de lado a objetividade e elege o verbo *enganchar* para referir-se a uma característica física do negro: o cabelo. Dentre as inúmeras possibilidades do léxico, ele elege uma que denota preconceito arraigado, visão advinda do século XIX em que as características do negro eram consideradas negativas. Nesse momento, o caderno atua também como veículo mantenedor de preconceito, pois ao cometer esse deslize, selecionando uma lexia de tonalidade emotiva, podemos recuperar, na produção de seu dizer, dados sócio-histórico-ideológicos compartilhados e disseminados desde o século retrasado.

Consideramos a escolha de *enganchar* um deslize porque a *Folha* não parecia ter, ao longo de todo o caderno, o objetivo de sedimentar preconceitos. Contudo, tal “gafe lingüística” mostra-nos a intenção real do enunciador ao produzir sentido, uma espécie de ato falho a que todos os que fingem não ter preconceito de cor estão sujeitos.

Ainda levando em conta o contexto de situação imediata aliado ao sócio-histórico-ideológico das formações discursivas em questão, devemos considerar o interlocutor de cada

periódico. Na FD I, temos um leitor que compartilha inteiramente das idéias do enunciador, já que os consumidores do jornal formam uma espécie de simbiose com aquele que enuncia por possuírem características comuns nas posições de sujeito que ocupavam (privilegiados socialmente, grupo seletivo com acesso à leitura, defensores da elite agrária); contudo, como uma formação discursiva é heterogênea, havia os que também lutavam pelo abolicionismo e divulgavam suas idéias pelo jornal o qual procurou, ao longo da década de 1880, contemporizar em relação à Abolição. Com uma grande parte de leitores cúmplices, o enunciador de *A Província* dizia o que e como lhe convinha a respeito do negro porque sabia, previamente, que suas idéias seriam acatadas.

Já em 1995, a situação é muito diferente já que o negro não é apenas de quem se fala, mas para quem se fala. Na relação de forças sociais, ele ocupa a sua posição como sendo membro da sociedade que quer ser respeitado por seu valor como grupo humano competente, muito embora a defasagem sócio-histórica ainda o relegue a segundo plano nas formações sociais imaginárias. Assim, os interlocutores, brancos em sua maioria, também dividem espaço com os leitores negros, realidade prevista pelo enunciador que planeja seu discurso, levando em conta os conflitos de cor existentes.

Sabemos que o léxico constrói a realidade social em que estão inseridos os sujeitos, envolvidos pelos aspectos históricos e ideológicos. Levando-se em conta as lexias que constituem nossa FD2 e relacionando-as à FD1 procuraremos, por meio de um cruzamento de dados, observar como dialogam em termos de memória discursiva, esquecimento e repetição conjugados ao léxico do preconceito. Para isso, partiremos dos conceitos de raça e racismo, os quais se configuram como hiperônimos para as lexias analisadas.

De acordo com o Dicionário do Brasil Imperial, a noção de *raça* é uma construção do pensamento científico europeu e do norte-americano do século XIX que, tardiamente, fez sua entrada no cenário brasileiro. A palavra, porém, esteve presente no vocabulário corrente no Brasil do final do período colonial e das primeiras décadas da monarquia referia-se à existência de heranças físicas que diferenciavam permanentemente os grupos humanos. *Racismo*, por sua vez, de acordo com o Dicionário de Sociologia, é a doutrina que estabelece certas qualidades psíquicas e físicas atribuídas a determinado povo ou nação como norma de orientação das relações com outros povos ou nações. Toda a forma de racismo é, ao mesmo tempo, etnocentrismo, baseado em duas premissas falsas: 1. a raça: caracteriza-se, principalmente, por

determinadas qualidades psíquicas geneticamente transmitidas e, por isso, inalienáveis; 2. As qualidades psíquicas da raça prendem-se, de modo inseparável, a suas qualidades físicas. Essas afirmações baseiam-se no equívoco entre fatores biológicos, culturais e sociais. Criação mitológica, nada tem a ver com ciência.

Do *racismo científico* do século XIX, respaldado pelas teorias do conde de Gobineau e do determinismo social, baseado em Darwin, a sociedade brasileira evoluiu para o *racismo cordial*, primeira lexia de nossa FDII. Nessa evolução, contudo, a sociedade que partilhava do conceito do negro como sendo inferior por suas características físicas, principalmente pela cor de sua pele, não mudou muito sua visão, já que a lexia *racismo* permanece. Se o jornal intitula seu caderno especial de *Racismo cordial* pressupomos que a idéia de um país que discrimina se mantém. A diferença lingüístico-discursiva se dá pela presença de “cordial”, denotando que as ações dos negros continuam sendo justificadas por sua cor nas relações sociais, mas de modo mais ameno, dissimulado. Assim, numa relação sócio-histórica, ideológica, o uso da lexia nos permite inferir que o negro continua sendo mantido à margem da sociedade, em seu lugar, exatamente como no passado, sem abertura para participar do mundo dos brancos em condições igualitárias.

A ideologia presente na noção de racismo cordial é mesmo essa: afirmar que o Brasil é um país sem preconceitos, que trata bem seus negros, como se afirmava dissimuladamente, no século XIX, mas que eles devem permanecer em seu habitat natural para que a “cordialidade” se mantenha: nas favelas, ausentes das universidades, em trabalhos subalternos, como escravos, empregados ou exercendo o papel de ladrão nas novelas. A idéia de inferioridade se mantém nas relações imaginárias porque o conceito que a sociedade tem do negro é uma paráfrase do passado. Entretanto, em oposição ao século XIX, há uma obrigação social em ser tolerante com o “diferente”. Aliás, em sua evolução semântica regida por fatores sociais, a lexia *Racismo*, em nosso *corpus* atual, é também utilizada para nomear o ato criminoso e passível de punição, enquanto no século retrasado era sinônimo de cientificidade.

No melhor estilo marxista, a ideologia da classe dominante é a que prevalece na relação entre brancos e negros, fato que podemos comprovar nesta relação interdiscursiva. Ao selecionar o título, o enunciador cria um efeito de sentido baseado num já-dito, assim como todo o vocabulário levantado, fazendo-nos inferir que houve mudança pouco contundente nas relações interpessoais da sociedade brasileira quando o assunto é preconceito contra o negro. Racismo é o

hiperônimo para as lexias levantadas nos dois períodos. Dele derivam os hipônimos racismo científico e racismo cordial, com seus efeitos de sentido específicos vistos anteriormente.

A lexia *preconceito racial*, de acordo com o Dicionário de Sociologia, diz respeito à “atitude adversa em relação a um indivíduo ou grupo, fundada em traços ou características que são, ou se acredita serem, por erro, de origem racial, porém sem nenhuma base adequada nos fatos ou no conhecimento pessoal. Forma corrente de resposta estereotipada”.

Essa lexia está intimamente relacionada à anterior e é utilizada pelo enunciador para substituir *preconceito de cor* e *racismo*. Mas há efeitos de sentido distintos quando se comuta uma por outra na tentativa de uma relação sinonímica. *Racismo* parece ser a lexia semanticamente mais contundente das três opções, tanto que é selecionada pelo enunciador para formar o título do caderno com o propósito de chamar a atenção, de chocar o leitor que pensa viver em um paraíso racial. Preconceito racial, em relação a racismo, tem um caráter mais eufemístico e apesar de denotarem o mesmo referente, não podem ser vistos como sinônimos perfeitos. A lexia tem um caráter bastante amplo fora do contexto, mas inserida nas relações sociais brasileiras, divulgada pela mídia impressa, imediatamente faz com que o interlocutor a associe ao conflito entre não-negros e negros.

A terceira lexia, *preconceito de cor*, é a mais precisa das três já que o jornal tem como objetivo caracterizar o racismo cordial brasileiro, que parece ser gerado primordialmente pela característica da coloração da pele do indivíduo. Quanto mais escura ela for nesse país, mais o preconceito se manifesta. Obviamente, as questões sociais também influenciam, como posição social, poder aquisitivo. Um negro de pele muito escura será mais tolerado se tiver um bom patrimônio, mas como, por questões históricas, isso é raro no Brasil, a discriminação se dá mesmo pela cor da pele e, por isso, o enunciador seleciona uma lexia possuidora de semas tão específicos. Assim, teríamos racismo como hiperônimo de preconceito racial e esse como hiperônimo de preconceito de cor. É difícil precisar quando surge o preconceito racial mas, no Brasil, em relação ao negro, pensamos que ele nasce a partir do momento em que os africanos pisam em solo brasileiro. O termo *raça* era utilizado no século XIX, mas pelo modo como era estruturada a sociedade dessa época, a noção de preconceito poderia até existir entre alguns abolicionistas, mas ainda não era assim nomeada.

No século XIX, a imagem que o enunciador e seus interlocutores faziam de si mesmos era uma imagem de superioridade em todos os sentidos. Viam-se como intelectualmente

privilegiados, capazes, competentes, puros de sangue e, por isso, poderiam dominar os negros que, segundo eles, constituíam-se como sendo seus opostos, dado que só construímos nossa imagem a partir do outro. Esta imagem negativa, em relação ao negro, ainda permanece e, num jogo social ideológico, são tachados como incapazes, incompetentes, preguiçosos, vadios, ladrões, sem se levar em conta as diferentes oportunidades, desde o início da colonização, oferecidas a brancos e negros. Grande parte da sociedade ainda acredita nos estereótipos em relação ao negro, como mostra a pesquisa feita pelo jornal. Isto demonstra que o negro não é visto como sendo um igual, num jogo de memória que remonta ao período anterior à abolição e permanece no inconsciente coletivo. As pessoas não sabem bem por quê não suportam os negros, só querem continuar agindo da mesma forma, reforçando preconceitos.

Nosso próximo mote para discussão é a *lexia não-negros*. Como uma formação discursiva não existe de forma homogênea, selecionamos esta *lexia* para refletirmos acerca de quem são aqueles que ocupam uma posição privilegiada na sociedade já que, nas relações imaginárias, não são atingidos pelo preconceito de cor. Na sociedade do século XIX, definir o que seria um não-negro era uma tarefa bem mais simples que no final do século XX. Em 1995, definem-se como tal, segundo o caderno da *FSP*, brancos, mulatos e pardos, os quais não se indignam com afirmações do tipo “negro bom é negro de alma branca”. Interessante observar a visão que alguns grupos têm de si mesmos e como são complexas as questões raciais em nosso país. Ao se auto-declarar um não-negro, pardos e mulatos, de modo inconsciente, comungam da teoria do embranquecimento da nação tão propagada no século XIX, quando se acreditava que a evolução da raça negra só seria possível se unida à branca. Assim, a miscigenação não daria origem a seres degenerados e seria a única forma de salvar o país da inferioridade negra, fazendo com que a população se tornasse cada vez mais branca.

Essa ideologia ainda permanece em nossa sociedade e manifesta-se quando um negro declara-se como sendo um não-negro. Tencionando fazer parte do mundo dos brancos por meio da negação de si mesmo, *pardos* e *mulatos* constituem-se propagadores de preconceitos que objetivam diminuir o valor da etnia que também os constitui. É o preconceito do negro em relação ao próprio negro que não se vê como tal, muitas vezes por apresentar uma tez mais clara, porque miscigenado. Entretanto, os brancos não os vêem como um dos seus e, portanto, os discrimina tal como aos negros. Talvez pela própria definição da *lexia*, o pardo não consiga encontrar sua identidade racial: “de cor entre o branco e o preto, entre o amarelo e o castanho”.

Ainda de acordo com o dicionário *Aurélio*, *mulato* é visto como sinônimo de pardo, o que complica ainda mais uma auto-classificação. E num país racista, o indivíduo opta pelo tom mais claro.

Até mesmo no discurso de uma funcionária do IBGE que constitui nosso *corpus*, o termo pardo é visto de modo impreciso e preconceituoso, já que a demógrafa afirma que pardo é um “saco de gatos, a lata de lixo do Censo”. Ou seja, quando não se sabe classificar a cor de um indivíduo, pardo é a solução, fato que só colabora para que o negro não se assuma como tal.

Muito embora pardo e mulato estejam presentes no dicionário como sinônimos, nas práticas sociais isso parece não ocorrer. Como vimos, pardo é um termo pejorativo dado àquele que não tem uma caracterização racial bem definida. Já a lexia *mulata*, como foi encontrada em nosso *corpus*, povoa o imaginário masculino como nos mostra a pesquisa, evocando sensualidade, associada ao desejo sexual. Lembremo-nos que no passado a escrava era obrigada a satisfazer o desejo sexual de seus senhores e dos filhos de seus senhores, exercendo, além das obrigatoriedades do dia-a-dia, a função objeto sexual. Casar-se com ela era proibido, mas deitar-se fazia parte da ideologia da sociedade da época, pois, assim como o escravo, ela era vista como propriedade. A lexia *mulato*, diferentemente de seu feminino, não sofre o mesmo estigma de objeto de desejo sexual, pois em seu semema está presente, como no passado, apenas a noção de miscigenação.

Em 1995, a mulata já não é mais vista como propriedade dos brancos, mas continua sendo vista como objeto sexual. De acordo com a pesquisa da *FSP*, ela é considerada a “melhor de cama”, vencendo brancas e negras, título adquirido por meio da história e da língua em formulações passadas. A mulata mexe com o imaginário masculino, pois une as características da pretensa superioridade branca ao *sex appeal* do negro.

A mulata ocupa, portanto, a posição-sujeito de “mulher desejada sexualmente”, competente em satisfazer os mais secretos desejos masculinos de modo descompromissado; o homem, por sua vez, ocupa a eterna posição de macho, viril que não pretende resistir à tentação do elemento exótico. O jornal divulga, portanto, mais um estereótipo em relação ao negro advindo de grande parte da sociedade a qual, acostumada a essa visão de mundo cristalizada e negativa, nem se dá conta de que se trata de preconceito.

Em nossas análises detectamos a presença das lexias *preto(a)*, *negro*, *crioulo* proficuas na produção de sentidos inseridas nas formações discursivas. De acordo com o Dicionário do Brasil

Imperial, as lexias *negro e preto* eram, em geral, utilizadas apenas para os escravos e forros, enquanto *pardos* designava os não-brancos nascidos livres, fossem mestiços ou negros. Em nosso FD1, observamos que as três lexias que poderiam, num primeiro momento, serem vistas como possuidoras de uma identidade de significado produzem sentidos diferentes no discurso. Como podemos constatar, crioulo e preto são utilizados mais freqüentemente como adjetivos para identificar a cor da pele de um escravo e parecem ser comutados um pelo outro embora o crioulo seja o escravo nascido na América. Entretanto, não podemos precisar se esse sema era levado em conta nas relações sociais pois seria difícil saber exatamente a origem do escravo para denominá-lo *creoulo*. Além disso, o dicionário nos mostra que crioulo é uma forma genérica de se denominar qualquer negro.

|                    |                                                                   |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------|
| <b>Cor da pele</b> | Creoulo, fula, preta, mulato, parda, pardo escuro, tocado a índio |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------|

Já **negro** aparece com mais freqüência na forma de substantivo e menos como cor de pele (negra). Ser denominado negro no século XIX significava fazer parte da escória da sociedade; o termo é composto apenas de semas pejorativos já que se relacionava o indivíduo diretamente à condição de escravo, bárbaro, coisa, propriedade. Tanto que as palavras *negro* e *escravo* são comutáveis nos contextos analisados. Dizer negro significava dizer escravo. Negro, portanto, ao contrário de preto e crioulo não era apenas referência à cor de pele de um indivíduo, mas também sua posição de sujeito na sociedade da época. E a ideologia da classe dominante procurava reafirmar, por meio de mecanismos discriminadores, a inferioridade negra comprovada “cientificamente”, autoproclamando o *ethos* cultural branco como sendo a representação legítima da sociedade brasileira.

Como as concepções de mundo materializam-se pelas práticas sociais e estas pelo léxico, uma mesma palavra, em uma formação discursiva diferente, traduz novos conceitos, fato que pudemos verificar em nosso *corpus*. Embora a situação do negro tenha se modificado no final do século XX, ainda guarda muitas semelhanças com a situação vivida no período da escravidão: fazem parte da camada mais baixa da sociedade, são a maior parte dos desempregados, se comparados aos brancos, tem menor nível de escolaridade. E essas semelhanças ainda permanecem nos semas que constituem a lexia *negro* quando empregada nos discursos de preconceituosos que, ao utilizá-la, fazem-no com a mesma intenção do passado de inferiorizar o

indivíduo. Frases como “negro bom é negro de alma branca” ainda continuam muito presentes no imaginário social brasileiro e a grande maioria dos entrevistados concorda com ela. Subjacente a esse enunciado, existe a idéia de que o negro, para ser aceito na sociedade, teria que apresentar o comportamento peculiar à raça branca, ou seja, correto, ilibado, e não um comportamento comum a sua raça, estigmatizado como inadequado.

Além das paráfrases que alimentam os discursos, há também a polissemia. O termo *t* adquiriu novos semas já que, como mostra o jornal, apesar de não constituirmos uma democracia racial e de ao negro não serem permitidos lugares sociais de prestígio, ele vem, dia-a-dia, recuperando sua auto-estima, percebendo-se belo fisicamente e distanciando-se do modo branco de ser como o ideal. Assim, a *lexia*, nesse contexto, cria um efeito de sentido totalmente diferente, já que diz respeito à valorização da raça, ao orgulho de ser negro, negro como sujeito participante da sociedade, que se assume como tal e tem consciência de seu valor e de sua capacidade. Este novo significado, o qual procura romper com os semas pejorativos presentes na *lexia* adquiridos em formulações passadas, é resultado de uma luta ideológica empreendida socialmente com o intuito de desarticulá-los, contestá-los, conferindo à *lexia* um viés positivo.

*Preto* é uma opção de substituição lexical para o termo *negro*, como foi visto no corpus, mas não traz a idéia de identidade cultural, apenas uma designação relacionada à cor da pessoa. O jornal, apesar de ter como norma a utilização da palavra *negro*, emprega a *lexia preto* nos artigos assinados para substituir negro e gerar um efeito de sentido objetivo na designação de “indivíduo de pele escura”. Mas essa é a voz que fala por meio do jornal e não a do próprio periódico. Entretanto, quando a objetividade é deixada de lado e a voz dos membros da sociedade utilizam “preto” de forma estritamente preconceituosa, a *lexia* atualiza no discurso os mesmos semas virtuais relativos à inferioridade e à condição de subalterno, herdadas da ideologia do século XIX e presentes em negro.

A *lexia crioulo* já não serve para designar o negro nascido na América e nem para restringir-se à cor da pele de um indivíduo. No discurso do preconceito de nossa FD2 ainda designa o indivíduo negro, mas de forma ainda mais pejorativa que preto ou negro, porque, apesar de ser uma forma mais ampla que as duas, é mais marcante porque mais banal. É como se o negro não fosse apenas inferior, mas desprovido de qualquer capacidade.

Assim, temos crioulo e preto, em FD1 como possíveis sinônimos, pois se referiam mais freqüentemente à cor da pele, e negro como substantivo que designa escravo, propriedade, coisa;

já na FD2, crioulo, preto e negro podem ser substituídos um por outro, mas produzindo sentidos um pouco distintos: crioulo é hiperônimo para preto e negro; por ser o termo mais amplo, produz um sentido mais vulgar no discurso, sendo o mais pejorativo dos três. Preto, quando utilizado pejorativamente, continua relacionando indivíduo a característica física cor da pele; negro não só perde a relação estreita estabelecida no passado com escravo, devido à mudança social, mas mantém o sema da inferioridade. Entretanto, a mesma palavra pode produzir um sentido positivo, quando utilizada no discurso de orgulho pela etnia.

*Escurinha* é outra lexia utilizada para se referir ao negro tendo como primordial característica a cor da pele. Própria do discurso de 1995, a lexia relaciona-se à tentativa do enunciador de ser politicamente correto, mas sem êxito. Novamente, ao invés de se dizer negra, ou negrinha, o léxico é selecionado na tentativa de não produzir um efeito preconceituoso, mais um eufemismo para se referir ao indivíduo de pele escura. É como se tratar a pessoa por sua etnia fosse mais ofensivo do que chamá-la de *escurinha*, termo pejorativo criado a partir de escuro e transposto ao ser humano. A lexia traz consigo todos os semas negativos de sua palavra de origem, amenizados pelo sufixo *-inha*, na tentativa de minimizar os constrangimentos que poderiam vir a ocorrer se a forma marcada (negro) fosse empregada. Temos, portanto, a presença da derivação emotiva expressa pelo diminutivo, fator que interfere na tonalidade subjetiva de uma palavra. Na tentativa de não gerar conflitos, o uso da lexia acaba sendo preconceituoso.

Passemos agora à lexia *moreno* e suas variações (*moreno claro*, *moreno escuro*) utilizada no discurso social atual para se referir ao negro. Das lexias encontradas no *corpus* para se referir à cor de um indivíduo na sociedade brasileira, esta é a mais eufemística de todas, manifestação lingüística inserida no discurso de uma sociedade que visa a amenizar e, ao mesmo tempo, negar sua identidade étnica.

De acordo com o caderno da *Folha de S.Paulo*, o brasileiro prefere ser chamado de moreno a preto ou negro. Num diálogo ideológico com o passado, num jogo de memória discursiva, devemos nos reportar ao momento em que o país via com bons olhos a vinda de imigrantes para trabalhar no Brasil, fato que poderia auxiliar no embranquecimento da nação e, conseqüentemente, no progresso da mesma. Partilhando da ideologia da classe dominante introjetada nas mentes por meio de mecanismos presentes na sociedade como a mídia, grande parte dos negros se auto-denomina moreno para se aproximar do modelo branco e tentar fugir da discriminação. Contudo, enxergar-se moreno significa, diferentemente de ser negro, ser belo,

sensual, aceito socialmente, mais próximo dos valores fundamentais brancos, sem perceber isso de forma totalmente consciente.

Quando um não-negro utiliza a *lexia* para se referir a um negro, ele visa a amenizar a cor do outro, tão rejeitada socialmente, e interagir numa relação de cumplicidade: de sua parte, classifica-o como *moreno*, tornando-o um “membro” de seu grupo e o negro, por sua vez, sente-se satisfeito, pois pensa que o outro o vê da maneira como ele próprio se vê nesta relação fantasiosa presente na sociedade brasileira.

O preconceito é tão forte na sociedade brasileira que quando um não-negro, relaciona-se afetivamente com uma pessoa negra, é amigo de um negro, ou se ele sabe que seu interlocutor tem um negro na família, seleciona o termo *moreno* para referir-se a essa pessoa, na certeza de que, dessa forma, não estará manifestando preconceito, quando ocorre justamente o contrário. Dessa forma, prefere dizer, como no enunciado analisado, que tem uma nora *morena-escura* ao invés de utilizar a palavra tabu nas relações étnicas brasileiras: uma nora negra.

*Marrom-bombom* foi um neologismo surgido em 1995 por ocasião do lançamento da música de mesmo título cantada pelo grupo “Os morenos”. Assim, como quando emprega a *lexia* *moreno*, o enunciador, ao selecionar *marrom-bombom*, pretende produzir um sentido associado à beleza e à sensualidade do negro que, novamente, não se aceita como tal e prefere ser “marrom”. A partir de inferências, podemos estabelecer uma relação parafrástica com o passado: características positivas jamais podem estar relacionadas ao negro no discurso do preconceito e, por isso, deve-se distanciar-se desse conceito para tentar ser aceito pela sociedade.

*Os morenos*, grupo de pagode formado em sua maioria por negros e mulatos, assim como todos os outros negros que assimilaram em seu inconsciente os valores brancos como padrão a ser seguido, escolhem a forma *marrom* quando poderiam ter escolhido, por exemplo, negro-bombom. Obviamente, são os empresários de conjuntos musicais os responsáveis pelas diretrizes para o grupo, escolhendo seus nomes. E como conhecem a realidade social brasileira, procuram criar uma marca que seja rentável. Preconceituosa como é a sociedade brasileira, parece ser mais “palatável” divulgar um grupo formado por integrantes marrons que negros. Amenizar a cor e ainda relacioná-la ao chocolate, numa metáfora que une negro a prazer, é uma escolha lingüística ligada à enunciação que reforça o preconceito em relação ao negro. Entretanto, essas manipulações ocorrem de um modo tão velado que o próprio negro nem

percebe a ideologia presente nessas práticas sociais tão arraigadas na sociedade e repete, com outras palavras, a cultura do embranquecimento e da democracia racial ingenuamente.

A trajetória do negro no Brasil, desde sua chegada ao país até os dias de hoje, mostra-nos uma história de desigualdade mascarada pelo mito da democracia racial, de base ideológica, utilizado para demonstrar que a todos, negros e brancos, são dadas as mesmas condições de ascensão social, basta apenas que cada um se esforce individualmente para alcançar o sucesso visto que a discriminação inexistente.

Como foi descrito no primeiro capítulo de nosso trabalho, o Brasil foi o último país a libertar os escravos, mas o primeiro a afirmar-se como sendo uma nação sem preconceitos. Se os negros não evoluíam, prega-se desde o passado, é porque a eles faltava competência e não oportunidade. Ideologicamente, sempre se desconsiderou a defasagem sócio-histórica que atingiu os negros após o período da Abolição, a qual os levou a compor a parcela da população de mais baixa renda, impedida de ascender socialmente. Durante todos esses anos foi reafirmada a imagem do negro vadio, preguiçoso, advinda do século XIX e analisada em nosso corpus de *A Província de S. Paulo*. No discurso do preconceito, as idéias tendem a apresentar uma representação invertida do processo real, ou seja, causas são apresentadas como consequências e vice-versa.

Em nossa formação discursiva II, lexias como *anomalia estatística*, *único* e *negro mais intelectualizado* são utilizadas para designar os negros que, de forma extraordinária, conseguiram fugir à regra e transpor a barreira, muitas vezes implícita, que os separa do êxito, ocupando posições de sujeito que ainda não são vistas como permitidas aos “homens de cor.” Dessa forma, a necessidade social motivou o surgimento de tais lexias por meio de um diálogo sócio-histórico com o passado. Descontextualizadamente, essas palavras não causariam impacto algum, devido a sua polissemia; mas no discurso do preconceito passam a produzir sentido e ganham *status* comprobatório da permanência da exclusão social em nosso país, a qual tem como uma das razões de sua existência a cor da pele. A escolha lexical feita pelo enunciador reflete a condição versátil da língua em produzir sentidos em contextos específicos e essas três lexias adquirem um caráter monossêmico ligadas a esta situação de elocução.

A escolha das lexias *auto-preconceito*, *preconceito intra-racial* e *inferiorizados/inferior* pelos enunciadores do caderno da *Folha* nos faz estabelecer uma relação interdiscursiva com o passado, em que o negro era visto nas relações sociais como animal, não-humano e, por isso,

portador de características físicas e psicológicas consideradas pela sociedade da época como desprezíveis, porque diferentes dos traços constituintes da camada branca dominante. A ideologia dessa elite foi tão poderosamente introjetada na mente dos não-negros que eles passaram a acreditar que o modelo branco era o que realmente deveria ser seguido, negando-se a si próprios, vendo-se como queriam que fossem vistos: feios e incapazes. Infelizmente, esse fato permanece nos dias atuais, de modo menos intenso devido à queda de alguns mitos raciais do passado, ao trabalho dos movimentos étnicos que vão ao encontro da valorização da etnia e devido à participação dos negros em setores da sociedade impenetráveis depois da Abolição.

Consequências da subjugação do negro pela sociedade branca no período da escravidão são expressas pelo léxico até os dias de hoje. Uma leitura ingênua não nos permite depreender a historicidade subjacente às lexias, envolvidas por um contexto que as faz significar diferentemente em cada época, embora carreguem o mesmo corpo fônico, por vezes. Se não estabelecemos um diálogo interdiscursivo para a compreensão do discurso do preconceito brasileiro, poderemos interpretar as lexias acima com uma mentalidade semelhante a do passado, ou seja, culpando o próprio negro por sua auto-negação, como um ser fraco e sem personalidade.

A lexia complexa *clarear o departamento* dialoga, diretamente, com o momento em que o país pretendia branquear seus habitantes para que a idéia de país degenerado desaparecesse pouco a pouco. A existência de um país branco era necessária, pois o negro era visto pelo branco como um fator de atraso social, idéia inspirada pelas teorias evolucionistas européias. Assim, era fundamental a substituição do trabalho do negro pelo imigrante; a morte de negros e não-brancos também era bem vista para que a inferioridade fosse extinta.

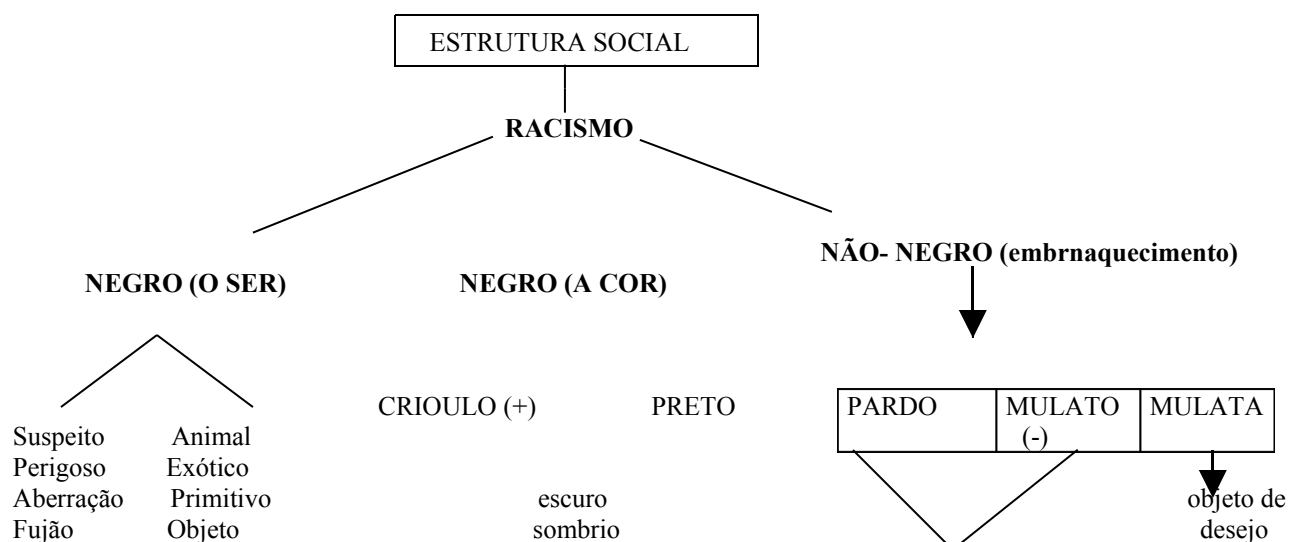
Essa visão superior de si mesmo, em relação ao outro, aparece remodelada no discurso do preconceito atual, expressa por uma voz que enuncia da sociedade por meio do jornal, num tom parafrástico. A ideologia do negro como fator de atraso ainda permanece no contexto social brasileiro. No contexto atual, assim como no passado, há a necessidade de que seja banido o indivíduo que, pela incompetência gerada pelo tom escuro de sua pele, dificulta de alguma forma o andamento das atividades. *Clarear*, tanto no final do século XIX como em 1995, é expurgar o que é *escuro, sombrio, sujo, encardido, execrável, triste, adverso, infeliz*, definições semanticamente negativas relacionadas ao negro deixando permanecer, portanto, apenas o que é *alvo, claro, luxuoso, luminoso, fácil, seguro, simples*, relações que podem ser estabelecidas metaforicamente no discurso do preconceito.

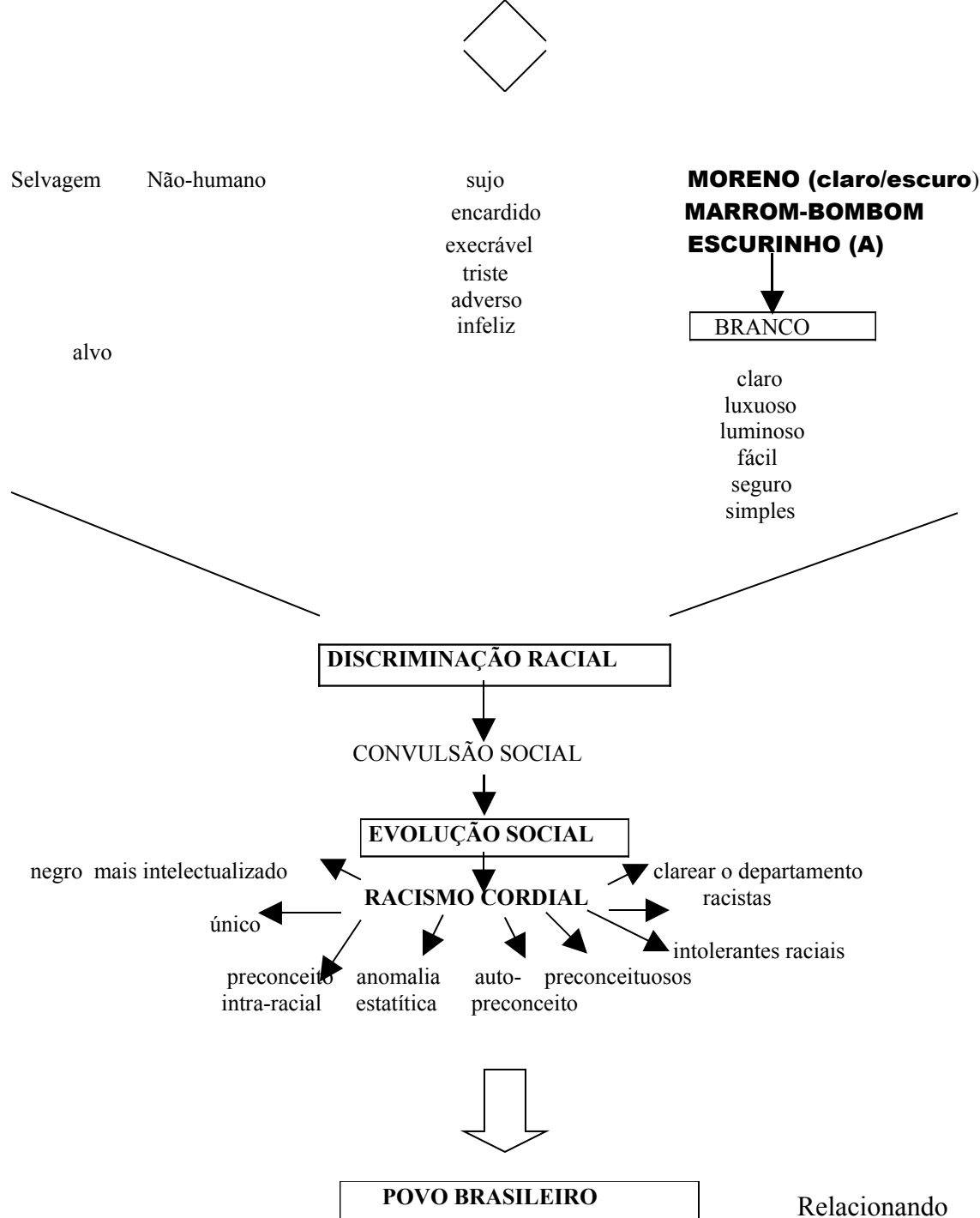
Por fim, temos as lexias *racistas*, *intolerantes raciais* e *preconceituosos*. Relacionando essas lexias ao discurso do passado, percebemos que as noções que elas encerram sempre estiveram presentes na sociedade brasileira. O conceito de raça, como já foi dito anteriormente, começou a fazer parte do vocabulário de nossa sociedade no final do período colonial. Assim, por extensão, aquele que era adepto da teoria era denominado *racista*. Como essa era uma prática social comum, exercida em sua plenitude, o termo não tinha nenhum caráter pejorativo, ao contrário dos dias atuais.

Os outros dois termos são mais recentes, pois pressupõem uma visão mais ampla do fenômeno étnico, relacionado a um contexto de diversidade, de diferenças, noções inexistentes em *racismo*. Ser um intolerante racial ou um preconceituoso nos dias de hoje é uma designação que se aplica àquele que, apesar das modificações pelas quais a sociedade têm passado durante séculos, ainda insiste em não aceitar um indivíduo pela cor de sua pele. Ao contrário do século XIX em que a diversidade nem era considerada e os negros considerados animais, como pudemos comprovar com a primeira parte da análise de nosso *corpus*.

As três lexias finais até podem estar relacionadas a um mesmo referente, ou seja, apresentarem a mesma extensão, mas de forma alguma podem ser vistas como sinônimos perfeitos já que, se forem comutados em determinados contextos, gerarão modificação de significado, dependendo de quem enuncia e da posição social que enuncia no contexto situacional revestido pelo preconceito.

Finalizados os resultados obtidos com as análises, passemos agora à visualização gerada a partir de nossas reflexões sobre o léxico do preconceito no discurso jornalístico





Relacionando as duas formações discursivas estudadas, encontramos a estrutura social brasileira como o eixo organizador das relações preconceituosas. É a partir dessas relações entre os indivíduos que surge o *racismo*, lexia que se configura como delimitação de nosso trabalho na descrição do vocabulário do preconceito. Inseridas nesse conceito hiperonímico, racismo, temos a lexia *negro (o ser)*, em torno da qual apresentamos o campo lexical da imagem que dele se fazia no século XIX e ainda se faz, atualmente, em relação à sua personalidade e atitudes, reafirmando antigos estereótipos. A imagem do negro articulada sócio-historicamente no século XIX e concretizada por meio do léxico, como podemos comprovar no gráfico, ainda permanece em 1995, num dizer diferente, mas mantendo as marcas das designações do passado.

Outra lexia que atua como hipônimo de racismo nesse contexto é *negro (a cor)*, a partir da qual construímos o campo semântico que nos permite estabelecer, tendo como critério de base o dicionário *Houaiss* de sinônimos e antônimos, as associações negativas construídas em relação à cor negra e transpostas aos indivíduos de pele escura, numa atitude preconceituosa. As lexias referentes à cor da pele, característica física de fundamental importância nas relações de preconceito de cor no Brasil, revelam-nos que, quanto mais escura for a pele do indivíduo, mais ele está sujeito a sofrer discriminação em nossa sociedade, por isso estabelecemos a gradação representada por (+/-), de crioulo a mulato. Nesse jogo de oposições que faz com que os sentidos sejam produzidos no discurso, todas as acepções referentes a negro possuem carga semântica negativa e, quando são associadas ao indivíduo, exibem a construção social dos significados que perpetuam o preconceito.

Em contrapartida, as relações estabelecidas com a cor branca são positivas e procuram aproximar-se dessa imagem aceita socialmente os *não-negros*, terceira lexia que atua como hipônimo de racismo. Pardos e mulatos estão sujeitos a praticar atitudes de embranquecimento com o intuito de aproximar-se do modelo branco, considerado como sendo ideal por grande parte da população. Materializando lingüisticamente a tentativa de atenuar a cor considerada desagradável surgem os eufemismos, substitutos lexicais criados pelos falantes para fugir da palavra tabu, a qual é interpretada como potencialmente ofensiva ou geradora de constrangimento entre os participantes da democracia racial brasileira.

Todas essas relações apresentadas, como podemos observar no gráfico, geram a discriminação racial. As mudanças que ocorreram do século XIX para o vinte agiram como uma espécie de convulsão social, fazendo com que algumas concepções fossem modificadas ou, simplesmente, remodeladas. A partir disso, a sociedade evoluiu, mas os pré-conceitos em relação ao negro não desapareceram, mas originaram o *racismo cordial*. Essa lexia nos leva a mais um campo semântico, no qual os hipônimos se unem ao hiperônimo por meio de setas, mostrando-nos as palavras que, inseridas no discurso, manifestam o modo de pensar da sociedade em 1995. Todas as relações construídas no gráfico acarretam o que podemos chamar de um dos aspectos da visão de mundo de grande parte da população brasileira em relação ao negro.

Finalizadas as reflexões acerca dos resultados obtidos com a análise, passemos às considerações finais de nossa pesquisa.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A hipótese que orientou nosso trabalho foi a de que o preconceito de cor em relação ao negro presente no século XIX ainda encontra amplo espaço no presente (1995), apresentando poucas modificações, já que a sociedade mantém uma imagem do negro muito semelhante à construída no tempo em que ele ainda era escravo.

Os objetivos estabelecidos para a pesquisa foram alcançados, pois conseguimos fazer um resgate histórico e ideológico da imagem do negro brasileiro veiculada pela mídia impressa em diferentes épocas, refletindo acerca das relações sociais interétnicas estabelecidas pela linguagem

e analisamos, por meio de uma perspectiva léxico-discursiva, como o tema “discriminação”, em relação ao negro, foi veiculado em textos jornalísticos impressos em diferentes períodos da História do nosso país.

O léxico da discriminação surge no universo social e a linguagem utilizada pelo jornal na divulgação do preconceito nos mostra que a seleção lexical feita em cada período vai ao encontro da aceitação do leitor, embora isso ocorra de modos diferentes. No que tange à *A Província de S. Paulo*, temos uma simbiose entre enunciador e leitor, os quais ocupam posições sociais privilegiadas e a para os quais a escravidão era um mal necessário e o negro um bem a ser mantido. Assim, como compartilhavam dos posicionamentos políticos e sociais da época e como o escravo era visto como não-humano, o léxico selecionado pelo enunciador em relação ao negro veiculava idéias tão comuns para a época que não chocavam quase ninguém. A imagem coisificada do negro era expressa por meio do vocabulário da época que não poupava adjetivos para qualificá-lo como animal.

Com o advento da objetividade e da linguagem politicamente correta, o jornal já não é mais o vetor responsável pela veiculação da discriminação, pois busca na própria sociedade a manifestação de conceitos que teoricamente nem deveriam mais existir devido à evolução social. Eximindo-se de qualquer culpa, a voz preconceituosa que fala não é mais a do próprio jornal, mas a da sociedade que enuncia por meio do caderno *Racismo cordial*. Embora seja predominante a manifestação da visão do povo em relação ao negro no jornal, o próprio periódico, por meio de um de seus enunciadores, acaba por manifestar preconceito por uma lexia selecionada. Nesse momento, o jornal se torna veículo de discriminação capaz de atingir ideologicamente grande parcela da sociedade.

O pensamento de ontem continua dialogando com o de hoje em relação a imagem que se faz do negro, com pequenas modificações, por isso nossa hipótese foi comprovada. As raízes da discriminação não se apagam, ao contrário, são retomadas cada vez que o vocabulário levantado é selecionado para referir-se à intolerância ao outro devido à cor da pele. Sim, o negro ainda é visto como “diferente” por brancos e por não-negros, idéia repetida muitas vezes de modo inconsciente já que, por conta do esquecimento, característica própria do discurso, o enunciador pensa ser a origem daquilo que diz quando, na verdade, apenas repete as idéias preconcebidas de seu grupo por fazer parte dele, sem examinar detidamente aquilo que diz e por que diz.

O significado está sempre em movimento nas práticas sociais e os modos de dizer diferenciam-se, muito embora digam respeito a um mesmo conteúdo. No discurso do preconceito, muitas vezes, até o mesmo signo do passado é utilizado no presente, produzindo sentidos um pouco diferentes, demonstrando a estabilidade das representações sociais geradas pelo condicionamento sócio-cultural-ideológico e comportamental dos brasileiros em relação à linguagem que expressa discriminação.

Concluimos também que o preconceito construído sócio-histórico e ideologicamente no embate entre negros e brancos ocorre também entre os próprios negros, afetados pela baixa auto-estima gerada nos tempos da escravidão por meio de mecanismos físicos e psicológicos próprios para a manutenção do sistema. Assim, os próprios negros lançam mão de um vocabulário permeado por eufemismos na tentativa de uma maior valorização e aceitação de si mesmos, um mascaramento inócuo da realidade. Aliás, esse mascaramento também é utilizado com frequência por aqueles que julgam grosseiro utilizar a palavra-tabu negro para se referir à um membro da etnia. Para esses falantes, a solução encontrada é amenizar a cor, utilizando palavras como, por exemplo, moreno ou escurinha, alimentando a teoria da democracia racial e corroborando o racismo cordial.

A cor da pele, além do aspecto social e histórico extremamente relevantes, é a porta de entrada da discriminação entre os indivíduos no Brasil. Quanto mais escura for a cor da pele, aliada a outros traços fenotípicos característicos, mais o indivíduo será discriminado e a ele estarão associadas as construções sociais negativas expressas pelo léxico. É grande a dificuldade do negro na sociedade para alcançar lugares de destaque e, por isso, até hoje são vistos como raridades quando ocupam posições de prestígio, informação corroborada pelas lexias, *único*, *anomalia estatística* e *negro mais intelectualizado* levantadas em nosso *corpus* recente.

*Racistas*, *intolerantes raciais* ou *preconceituosos* são palavras que sempre existirão na interação entre indivíduos porque sempre existirá preconceito enquanto houver negros, não-negros e brancos. Por mais que a diferença se restrinja à cor da pele, as idéias do passado farão, de alguma forma, que essa característica seja associada virtualmente a semas que evoquem significados negativos expressos pelo léxico aliado às condições sócio-histórico-ideológicas. Muitas vezes, para sentir-se seguro ou para exercer poder, o preconceituoso cria idéias falsas para destruir a imagem do outro. Se for mais forte socialmente faz com que essa ideologia permaneça

por séculos, perpetuando-se. Os embates só serão aplacados se for implantada uma sociedade em que todos, independentemente da cor da pele, tenham as mesmas oportunidades.

Por fim, percebemos que o racismo à brasileira, em sua evolução no tempo, segue de perto a cultura do povo. O brasileiro não reage de forma contundente aos fatos que o incomodam de perto, não tem uma mentalidade que segrega explicitamente, feliz ou infelizmente. Assim, apesar de não tolerar o negro, não chega a odiá-lo de fato, mas finge ter com ele uma relação de cordialidade, disfarçando seu incômodo o qual, inevitavelmente, virá à tona quando ele se sentir ameaçado, de alguma forma, pelo homem de cor diferente. Se até mesmo o jornal escorrega em sua linguagem politicamente correta, tendo como guia os padrões de objetividade estabelecidos pela empresa, o que dizer das interações entre indivíduos de todos os tipos estabelecidas dia-a-dia?

Esperamos que essa pesquisa possa contribuir de alguma forma com os estudos da linguagem servindo de material de consulta para aqueles que se interessam pela temática do léxico inserido no discurso, uma das áreas mais abrangentes e fascinantes da Lingüística, capaz de nos fazer compreender a dinâmica e complexa relação entre os indivíduos que só acontece pela linguagem. A temática abre inúmeros caminhos para pesquisas posteriores, visto que delimitamos apenas um ponto nesse imenso universo de conhecimento que alia palavra, discurso, ideologia, sociedade e cultura.

## **BIBLIOGRAFIA UTILIZADA**

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1985.

AMARAL, L. A. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: DC Luzato, 1996.

AMOSSY, R.(org) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo:Contexto, 2005.

- ANDREWS, G. R. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: Edusc, 1998.
- BACCEGA, M. Ap. **Palavra e discurso: história e literatura**. São Paulo: Ática, 1995.
- BAKHTIN, M. (Volochnov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BARBOSA, M. A . **Léxico, produção e criatividade: processos de neologismo**. São Paulo: Global, 1981.
- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978.
- BRANDÃO, H.N. **Introdução à análise do discurso**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CARRANÇA, F e BORGES, R. da S. (organizadores). **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos jornalistas do Estado de São Paulo, 2004.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CHIAVENATO, José Júlio. **O negro no Brasil: da senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999.
- CONCEIÇÃO, F. **Mídia e etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos**. São Paulo: Livro Pronto, 2005.
- COSERIU, E. **O homem e sua linguagem**. Rio de Janeiro: Presença, 1982.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.
- FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1972.
- \_\_\_\_\_. **A integração de negro na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Difusão européia do livro, 1978.
- FIORIN, J.L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1990.
- GENOUVRIER, E. E PEYTARD, J. **Lingüística e ensino do português**. Tradução de Rodolfo Ilari. Coimbra: Almedina, s.d.
- GUILBERT, P. **La créativité lexicale**. Paris: Larousse, 1975.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LAFACE, A. **Vocabulário acadêmico: um passo para a leitura técnica**. São Paulo: Arte e ciência/Unip, 1997

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo:Ed.Nacional:Ed da Universidade de São Paulo, 1979.

MAGGIE, I. e REZENDE, C.B. (organizadoras). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

MARCUSCHI, L. A. O léxico: lista, rede ou cognição social? (p.263-284) In: **Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari**. NEGRI, Lúcia, FOLTRAN, Maria José e OLIVEIRA, Roberta Pires de (organizadoras). São Paulo: Contexto: 2004.

MELO, S. A. **Linguagem e alienação da consciência**. In: Revista Alfa, p.109-131, v.41, 1997.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

\_\_\_\_\_. **História do negro brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.

OLIVEIRA, A. M. P. e ISQUERDO, A . N. (organizadoras) **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes

POTTIER, B. **Lingüística geral: teoria e descrição**. Rio de Janeiro: Presença, 1978.

PRADO, M.L.e CAPELATO, M.H. **O bravo matutino- imprensa e ideologia: o jornal OEstado de S. Paulo**. São Paulo, Alfa- Omega, 1980.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHWARCZ, L.M. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, J.L. dos. **O que é cultura**. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TURAZZA, J. S. **Léxico e criatividade**. São Paulo: Annablume, 2005.

ULLMANN, S. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1964.

VALENTE, A.L. **Ser negro no Brasil hoje**. 11.ed. São Paulo: Moderna, 1994.

VILELA, M. **Estruturas léxicas do português**. Coimbra: Almedina, 1979.

## **DICIONÁRIOS e MANUAL**

ABREU, A.A. de [et al]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

AZEVEDO, A. C.do A. **Dicionário de termos e conceitos históricos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CHARADEAU, P. e MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

DUBOIS, J. et ali. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

**Diccionario contemporâneo da língua portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

**Dicionário de Sociologia Globo**. 7. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

FERREIRA, A.B de H. **Aurélio século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HOUAISS, A. e VILLAR, M.de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

SILVA, A.M. **Diccionario da língua portuguesa**. Lisboa, 1813.

VAINFAS, R. (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

**Manual da redação: Folha de S. Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2001.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

AMARAL, L.A. **Jornalismo, matéria de primeira página**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

BAHIA, J. **Jornalismo, informação, comunicação**. São Paulo: Martins, 1971.

BARBOSA, W. N. **Cultura negra e dominação**. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2002.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de lingüística geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995. p.284-294

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAULSTICH, E. **Como ler, entender e redigir um texto**. Petrópolis: Vozes, 1993.

GUIMARÃES, E.(org). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

GUIRAUD, P. **A semântica**. São paulo: Difusão Européia do livro, 1972.

KOCH, I. V. G. **O texto e a construção dos sentidos**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **A inter-ação pela linguagem**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

LAGE, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1985.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. S. Paulo: Pontes, 1997.

MELO, J.M. **A opinião no jornalismo brasileiro**.Petrópolis: Vozes, 1985.

ORLANDI, E. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Interpretação, autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp,1988.

## ANEXOS

### **ANEXO 1**

#### **7/3/1875-p.3 - PORTO FELIZ**

De ordem do sr.dr. juiz de orphãos, Aquilino Leite do Amaral Coutinho, faço público que este juízo recebe propostas até o dia 17 de março proximo futuro para a venda dos escravos pertencentes á herança do finado Jose Hypolito Fernandes cujas propostas serão abertas ao dia 20 do dito mez, ás dez horas da manhã primeira audiência do praso vencido.

Convoco, portanto, os pretendentes á compra de taes escravos para compareceram naquelle dia e hora, na casa da camara municipal afim de assistirem á abertura das propostas e verem effectuar-seá venda com aquelle que maior preço oferecer.

**Escravos**

|                                                        |            |
|--------------------------------------------------------|------------|
| 1. Salomão, casado, 50 annos mais ou menos, preto..... | 600\$000   |
| 2. Benedicta, mulher do mesmo, 30 annos, preta.....    | 800\$000   |
| 3. Ramiro, filho destes, 8 annos, preto.....           | 600\$000   |
| 4. Augusto, idem, 13 annos, preto.....                 | 600\$000   |
| 5. Franciso, casado 69 a 70 annos, preto.....          | 50\$000    |
| 6. Theolinda, mulher do mesmo, 48 annos, preta.....    | 500\$000   |
| 7. Maria, filha destes, 12 a 13 annos, preta.....      | 700\$000   |
| 8. Cândida, idem, 7 a 8 annos, preta.....              | 500\$000   |
| 9. Julio, idem, 7 a 8 annos, preto.....                | 600\$000   |
| 10. Andre, idem, 4 annos, preto.....                   | 250\$000   |
| 11. David, casado com forra, 45 annos, preto.....      | 700\$000   |
| 12. Gabriela, filha deste, 11 annos, preta.....        | 600\$000   |
| 13. Oliverio, idem, 10 annos, preto.....               | 700\$000   |
| 14. João, idem, 7 anos, preto.....                     | 500\$000   |
| 15. Damião, casado, 55 annos, preto.....               | 400\$000   |
| 16. Ricardina, mulher deste, 26 annos, preta.....      | 600\$000   |
| 17. Mathias, viúvo, 52 annos, preto.....               | 700\$000   |
| 18. Antonio, viúvo, 53 annos, preto.....               | 700\$000   |
| 19. Marcelino, solteiro, 25 annos, preto.....          | 2.400\$000 |
| 20. Ildefonso, solteiro, 24 annos, preto.....          | 2.400\$000 |
| 21. Olegário, solteiro, 25 annos, preto.....           | 2400\$000  |
| 22. Joaquim, 7 annos, mais ou menos, preto.....        | 600\$000   |
| 23. Cidrac, irmão deste, 12 annos, preto.....          | 600\$000   |
| 24. Domingos, solteiro, 53 annos, preto.....           | 800\$000   |
| 25. Benedicta, solteira, 51 annos, preta.....          | 400\$000   |
| 26. Innocencia, parda, 12 annos, .....                 | 700\$000   |

Porto Feliz, 15 de fevereiro de 1875

O escrivão interino

Marianno, José da Motta Junior

**ANEXO 2****19/02/1878- p.3-EXCELLENTE ESCRAVO**

Vende-se um creoulo de 22 annos, sem vicio, bem aceado, cozinheiro, copeiro, bolieiro. Faz todo o serviço de arranjo de casa com presteza e é o melhor trabalhador de roça que se pode desejar. Humilde, obediente e bonita figura. Para tratar na ladeira de S. Francisco, n.4.

**ANEXO 3****25/04/1878-p.3- FAZENDA**

Vende-se uma fazenda meia légua distante da cidade de Limeira com 80 alqueires de terras livres de geada, mil pés de café, casa de vivenda, paiol, tulhas, casa para escravos, etc. Vende-se com oito escravos ou sem elles.

Maior parte dos cafezaes são novos, produzindo três mil arrobas.para tratar no escriptorio desse jornal. R. Rangel Pestana.

**ANEXO 4****28/08/1880-última página-CARRO E ESCRAVO**

Vende-se uma Victoria em muito bom estado com arreios para um ou dous animaes e compra-se um escravo de meia idade, sadio e sem vícios para todo o trabalho. Para tratar a rua Direita n.7, Armazém de ferragens.

#### **ANEXO 5**

##### **27/08/1880-última página- ESCRAVOS**

Tem na rua Alegre n.48 um lindo lote de 25 para vender, tendo um carpinteiro de toda obra e um perito cosinheiro.

#### **ANEXO 6**

##### **20/11/1877-p.2- NOTICIARIO- ASSASSINATO E FERIMENTOS**

Constatamos que um preto fugido armado de fouce atacou os guardas do tunnel da estrada de Santos a Jundiahy ferindo a um e matando a outro.

#### **ANEXO 7**

##### **22/11/1877- p.2- ASSASSINATO**

Em noite de 12 para 13 do corrente foi assassinado na fazenda do sr João Vidal das Chagas, no município do Bananal, seu sobrinho feitor da mesma fazenda José Vidal das Chagas.

Deu-se o facto na ocasião em que mandava castigar alguns escravos os quaes o agarraram tiraram-lhe uma faca e com ella coseram-no a punhaladas.

#### **ANEXO 8**

##### **19/03/1878- p.2- ASSASSINATO**

Escrevem-nos de S. João do Rio Claro

Na noite de 14 foi assassinado João Alves de Oliveira Doria na fazenda de seu pae, Manoel Alves de Oliveira Doria com uma machadada.

O assassino se achava de certo occulto dentro da casa ou nella penetrou por uma janella que se encontrou aberta, dirigiu-se ao quarto do infeliz moço onde se guardavam os instrumentos de trabalho e encontrando a victima dormindo tranquillamente com dois filhinhos menores perpetrou o crime retirando-se em seguida sem ser presentido.

Não tendo o fallecido indisposição com pessoa alguma, suspeita-se, com fundamento, que o assassino ou assassinos sejam escravos da casa.

Até a hora em que escrevemos (10 da manhã do dia 16) não procedeu a auctoridade competente ao respectivo inquerito.

Tanto rigor para factos insignificantes e tanta negligencia para os factos dessa ordem!

#### **ANEXO 9**

##### **12/02/1879-p.2 VIOLÊNCIA**

Hontem, por simples denuncia de um moço estudante foi preso na rua do Carmo o sr. José Caucio Borges de Araújo como escravo fugido. A pessoa que foi victima deste attentado é muito conhecida neta corte onde exerceu por muitos annos um emprego no correio e ainda hoje occupa o lugar de guarda da escola polytechnica.

Quando chegou à estação do 5º districto valeu-lhe o testemunho de um seu amigo para se ver livre daquella critica posição senão ainda estaria a estas horas detido para averiguações.

O denunciante declarou por fim que se havia enganado e o sr Borges de Araújo pode voltar a seus afazeres.

É devéras para lamentar que a leviandade de um moço e, ainda mais a de um commandante de uma estação policial bastem para pôr em risco qualquer homem decente de ir parar ao xadrez como escravo fugido.

#### **ANEXO 10**

##### **11/02/1879-p.2- SCENAS DA ESCRAVIDÃO**

“Communicaram-nos o seguinte telegrama do sr dr Emygdio ao sr. Antônio A. da Fonseca Ytu, 11 de fevereiro de 1879- Hontem foi assassinado o feitor do Engenho Deitado por um escravo o qual veio depois apresentar-se á policia.

A indignação popular fez explosão. Cerca de duzentas pessoas foram a cadeia arrancar o assassino do dr João Dias sendo repellidos pelas balas dos guardas havendo ferimentos e ficando um guarda morto.”

O assassinato acima referido deu-se no districto de Indaiatuba e o engenho é propriedade do senhor Moraes.

Com referência ao ataque á cadeia a Tribuna liberal publicou hontem o seguinte boletim: hontem ás onze horas da noite cerca de 300 pessoas atacaram a cadeia de Ytu a fim de apoderarem-se do assassino da família do dr. João Dias Ferraz da Luz. Os atacantes não conseguiram o seu intento ficando porem morto o soldado de nome Antonio Franco de Oliveira.

Constou por telegrama, hoje recebido, que 150 pessoas iriam armadas de novo á cadeia a fim de apoderarem-se do preso. O sr dr chefe de policia conseguindo do superintendente da estrada de ferro ingleza que demorasse por alguns instantes fez para ali seguir uma força de dez praças e um cadete.

Se não houver muita prudência de parte da auctoridade policial é possível que as cousa peiorem porque a proteção legal ao assassino da família Ferraz da Luz pode indispor mais os ânimos exaltados. Mantenha a auctoridade a lei mas não pratique violências.

## **ANEXO 11**

### **16/01/1883-p.3- RAPTO POR UM ESCRAVO**

O diário de Campinas chama a atenção do delegado de policia para a seguinte comunicação que lhe foi dirigida

“Communico a vv. Que no dia 7 do corrente no Bairro do Rio Abaixo próximo a estação de Louveiro, um escravo fugido de nome militão roubou uma moça de nome Cândida filha de uma velha por nome Maria Tido e conduziu-a para algum quilombo pois que a pessoa de família tem procurado e não tem sido possível encontral-a.

Este escravo intitula-se santo Emygdio, curandeiro e milagroso; andam em sua companhia mais 5 ou 6; todos alem de fugidos são criminosos pois que atualmente desfecharam alguns tiros em um administrador do sr. Dr. Major Camilo Pires de Itatiba a quem pertencem os referidos escravos.

Em dias da semana passada o sr. Major Pires requisitou uma escolta para prendel-os, que não pode encontral-os; parece que estão acoutados por alguém ou tem quilombo mesmo no bairro, visto quase todos os dias são encontrados pelo caminho sem receio algum; andam muito bem armados.

Por esta maneira correm risco as familias da vizinhança com assaltos desta ordem, roubando a uns e ameaçando a outros; por isso vv. Prestarão um importante serviço si por meio de seu conceituado jornal chamarem a atenção do sr. Delegado de policia de Jundiahy quanto ao desaparecimento desta pobre moça que há 4 dias acha-se oprimida talvez no meio de uma fêras.”

## **ANEXO 12**

### **23/11/1877-p.2- NEGRO BRANCO**

Lê-se no Correio mercantil de Pelotas

Está entre nós uma verdadeira novidade, uma cousa que se não é assombrosa ou phenomenal, pelo menos torna-se digno da admiração dos curiosos.

Trata-se de um negro branco, de um albino como lhe chama a sciencia, escravo chegado a pouco de Bagé para ser vendido nesta cidade. Representa 20 annos de idade.

Tem a cor negra bem pronunciada e a estatura bastante desenvolvida.

Apparentemente é um negro vulgar, notando-se-lhe apenas o couro cabelludo da sobrançelhas e do cráneo de um branco igual ao pinho americano. Vendo-se-lhe porém, as costas e todo corpo apresenta uma perspectiva interessante, assim aproximada (perdoe-se a comparação) ao tabiano ou ovelheiro.

AS costas, excepção das extremidades, são completamente brancas, de um branco roseo e nas outras partes do corpo tem grandes manchas brancas e pretas notando-se que estas tendem a desaparecer para dar lugar ao detendimento daquellas.

Há pouco mais de dous annos que este individuo passa por semelhante transformação, que promete produzir-lhe um cambio de destino pelo resto da existência.

Passar de negro retinto a branco perfeito é facilidade que não está reservada a todos os descendentes da Ethiopia. Peior seria o inverso.

O negro branco pensa ter encontrado a suprema ventura nessa importante metamorphose.

A pessoa a quem foi remetido para vender lembrou-se de coloca-lo em exposição, mediante uma quantia rasoavel, para aplicar a sua liberdade.

## **ANEXO 13**

### **30/07/1878-p.2- O REI DA UGANCA**

Mtesa, rei da Uganca, a quem Speke, o esplorador africano, encontrou no estado de perfeita selvageria, e q quem Stanley deixou quase christão, está aprendendo a ler e a escrever inglez e com muitos desejos de estudar geographia, bothanica e mineralogia. O reverendo Wilson, missionário inglez, está pregando naquelle territorio publicamente e o rei assiste muitas vezes às suas prédicas.

## **ANEXO 14**

### **22/09/1878-p.3- ESCRAVO FUGIDO**

Fugiu de Limeira, da fazenda denominada Sapezal,, o escravo seguinte:

Luiz, mulato, pouca barba, cabellos soltos, corpo regular, olhar vagaroso, falla baixa e pausada, dentes separados, apparencia de muito preguiçoso, e algum tanto abobado, muito obediente: foi cosinheiro e hoje trabalha na roça, sabe ler e escrever. Foi escravo do padre Antônio da Silva Pereira e morou na cidade de S. Paulo, tendo vindo de Yporanga. Tem 1,71 de altura. Fugiu no dia 14 para o 15 do corrente. Quem o prender ou der noticias certas no abaixo assignado será bem gratificado.

Limeira, 29 de julho de 1878. Antonio Marianno da Silva Gordinho

## **ANEXO 15**

### **13/10/1878-p.2- MOLEQUE FUGIDO**

Desde quinta-feira, 11 do corrente, anda fugido o escravo de 15 a 16 annos de idade, côr fula, cabelo à escovinha com falta de um dente na frente, fino de corpo, levou calça esbranquiçada e camisa de chita de quadrados largos. Costuma dar-se por livre, mudar de nome e alugar-se para qualquer serviço; outras vezes diz que é captivo de diversas pessoas, sem declarar quem é seu senhor tendo contraído dívida em nome deste; anda quase sempre pelos arrabaldes. (?) se muito humilde para iludir, quando é surpreendido e torna a fugir.

Consta estar acoutado pelos (?) (cearenses?) que lhe deram um chapéu de couro com o qual se disfarça, pelo que pede-se ás auctoridades competentes que (evitem?)engajamento do dito escravo. Protesta-se usar todo o rigor da lei contra quem o acoutar e gratifica-se quem o entregar na rua da Constituição, 72.

## **ANEXO 16**

### **11/06/1878-última página- ESCRAVOS FUGIDOS**

Gratifica-se com a quantia de 800\$ a quem apprisionar ou der noticias certas em São João do Rio Claro ao abaixo assignado ou em S. Paulo ao senhor José Osório de Pina Leitão dos seguintes escravos que se evadiram 2 do corrente mês da fazenda do mesmo abaixo assignado naquella cidade: João Fortunato,

idade de 24 a 25 annos, cor fula, bons dentes, sem barba, rosto oval e bem parecido; tem uma pelladura na cabeça e é crioulo de S. Bernardo.

Alexandre, idade de 24 a 25 annos, côr fula, rosto redondo, testa pequena, bons dentes, corpo grosso e baixo, sem barba, vóz alta e cantada.

José pastor, idade de 24 a 25 annos, côr preta, corpo de estatura regular, rosto comprido e sem barba, bons dentes, testa pequena, vóz baixa e fala entre dentes.

Cuscuzeiro, 3 de junho de 1878- Luiz José de Mello Oliveira.

## **ANEXO 17**

### **15/10/1881-p.2-ROBINSON DA ESCRAVIDÃO**

Há cinco annos fugiu de um fazendeiro deste município, bairro do Rio da Pedras, hoje fallecido um escravo velho de nome Elesbão. Nunca mais houve noticia de ele e seu dono supol-o morto.

Há poucos dias um vizinho avistou, de noite, um pequeno clarão de fogo em uma matta próxima de sua fazenda e da que foi do fallecido dono.

No dia seguinte mandou o feitor e dous escravos ver o que era aquilo e estes encontraram Elesbão completamente nu, não tendo mais farrapo algum com que vestir e cobrir-se á noite, um pequeno rancho de palha, plantação de milho, feijão e fumo, algum mantimento da ultima colheita, porção de balaies e peneiras, pouco utensilios de casa etc. Vendo primeiro os parceiros, Elesbão lançou mão da fouce e quis resistir mas avistando em seguida o feitor que entendeu ser o do seu senhor, cuja morte ainda ignorava, não obstante acontecida há mais de dous annos, entregou-se de cabeça baixa.

Agora, conta que viveu cinco annos nesse rancho onde por algum tempo teve como companherio um criminoso cujo nome oculta e que ajudou-o muito a viver; trabalhou sempre, ora na lavoura, ora caçando por meio de armadilha.(...) ; enquanto teve roupa ia á noite vender em Capivari (...) ; depois que viu-se nu, nunca mais sahiu nem encontrou viva alma com quem trocar duas palavras e este periodo de sua vida foi longo.

Nunca quis furtar, nem para comer nem para vestir-se. Foi recolhido e está sendo bem tratado em casa de um genro de seu finado senhor. Chorou quando conheceu a sinhá-moça que deixara menina.

Em nossos dias esse facto pode-se considerar vulgar, consequencia necessaria da escravidão. No futuro, para os que não tiverem conhecido a hedionda chaga é que parecerá extraordinario, quase incrível.

## **ANEXO 18**

### **14/01/1881-primeira página-QUESTÕES SOCIAIS OS ABOLICIONISTAS II**

Entre os romanos a escravidão existia até na família. O chefe dispunha da sorte da mulher, dos filhos e dos escravos podendo encarcerar-os, castigar-os, vendel-os deportar-os e até impôr-lhes a pena capital.

O chefe da família exercia as funcções de pontífice, soberano e juiz de toda a família.

As mais cruéis penas eram impostas aos escravos, sobre quem os senhores tinham todos os direitos, ainda mesmos os mais infamantes, como fossem o de marçal-os com ferro em braza; meio este de que ainda se servem muitas sociedades que se dizem civilizadas para garantirem o direito de propriedade na posse dos animaes irracionaes.

Esse estado de cousas, que apparentemente é barbaro para uma sociedade mais civilisada era natural aos costumes e ás circunstancias da época em que elle existiu.

Tudo é relativo; e sem este grande principio scientifico, não será no mundo das abstrações nem no exagero das paixões humanas que encontraremos as soluções praticas das mais transcendentis questões sociais que devem imprimir á humanidade o progresso desenvolvido pela ordem, que é consequencia de evoluções históricas e não de revoluções empiricas.

As leis romanas permitiam que no caso de ter sido assassinado um senhor, sem que se tivesse descoberto o assassino fossem mortos todos os escravos daquele senhor e Tacito cita-nos o fato da execução de 400 escravos por aquella circunstancia.

Essas leis deshumanas, revestidas de todo o cortejo de atrocidades, bem demonstravam a fraqueza de um tal estado social, firmado em principios que feriam a dignidade humana, em seus nobres fins de emancipação individual; e consequentemente, só poderia conservar-se sob o regime do terror, da ignorancia e da opressão.

E si as leis exprimem o character nacional ellas só podem ser evolutivas; porque o estado social tendendo sempre para o aperfeiçoamento em todos os generos de vida, só pode ser para isso impellido por sentimentos de bem estar que proporcionem condições de vitalidade real e positiva e não ficticia e ephemera.

Dahi o principio “não se destrói senão o que se substitue”.

Para substituir-se porem é preciso que tenha havido previamente um plano de construcção que concorra para o progresso sem alterar a ordem.

As grandes reformas sociaes devem, pois, ser o fructo de maduras reflexões, afim de que não venham por falta destas alterar a ordem em prejuizo do progresso

Os abolicionistas terão observado na sua propaganda tão são principios scientificos ou cegos por louváveis mas exagerados sentimentos humanitários ter-se-hão deixado arrastar pelo coração com sacrificio da razão, em prejuizo da ordem social.

É o que veremos no desenvolvimento de nossas idéas.

É uma lei fatal e irrevogavel: “ a principio escravo; depois servo e finalmente cidadão”

É nestes três estados que consiste a evolução da humanidade no seu nobre fim de emancipação moral.

Elles exprimem as tres mais assignaladas phases do estado social: embryonario, progressivo e definitivo.

No primeiro o estado bárbaro, no segundo o semi civilizado e no terceiro o civilizado.

O estado civil e politico de um povo é determinado pelo maior ou menos grão de desenvolvimento das suas faculdades e como estas, segundo a grande lei de Augusto Comte são a principio theologicas, depois methaphysicas e por fim positivas, a sociedade vem tambem a participar destes differentes grãos do desenvolvimento organico individual.

## **ANEXO 19**

### **16/01/1881-QUESTÕES SOCIAIS- OS ABOLICIONISTAS III**

Assim, estabelecidos aqueles principio, vê-se que outra não poderia ter sido a política do governo portuguez, então de posse de um vasto paiz que se resentia da falta de braços livres para o amanho das terras senão a de recorrer nos meios naturaes de que a historia citava constantes exemplos com relação ao desenvolvimento industrial de outros povos.

Á vista disso foi autorizado o trafico de africanos, e a lei garantiu aos que ele recorressem o direito de propriedade.

O procedimento do governo portuguez assim obrando foi até certo ponto de vista humanitário, porque procurou melhorar as condições de um povo bárbaro sujeito ao despotismo de chefes, para quem somente a sua vontade era a única lei e as sua paixões o único bem.

Trazendo esses infelizes para o seio de uma sociedade mais civilizada, onde os rigores do despotismo, quando não fossem contrabalançados por principios severos de moral, o eram entretanto punidos por leis não menos severas de justiça, garantiu-lhes como compensação do trabalho forçado, os meios de subsistencia na alimentação, no vestuário, no tratamento medico etc, etc ; facilidades essas que elles não encontrariam no seu genero primitivo de vida.

O modo por que se procurou transformar aquelle povo, passando-o de escravo bárbaro para escravo civilizado, proporcionou a essa raça que continuaria a viver em condições de selvageria, contraria a seu próprio progresso e a dos outros povos, elementos de uma vitalidade mais condigna com os fins sociaes que a natureza impoz ao genero humano

A nossa civilisação e as nossas leis foram feitas de modo a conciliarem os dous impulsos do coração com as agruras do precário estado de escravidão. Si porem toleravam que o senhor castigasse o escravo, faziam

sómente dentro dos nobres sentimentos humanitários reconhecidos pela moral evangélica “castigar os que erram” com o fim de corrigir lhes o vicio e não de destruir lhes o ser.

E si por ventura o senhor ultrapassasse os limites do castigo traçados pelas leis e pela moral, ate o ponto de fazer sevicias ou de sacrificar a vida do escravo seria considerado incurso nas mesmas penas estabelecidas no código criminal, para os casos de ferimento ou morte occasinado em qualquer cidadão; por isso que as leis consideravam a escravidão, mais um estado perpetuo de locação de serviço do que uma verdadeira propriedade, como entre os antigos povos.

Si com o correr dos tempos, porem, senhores assassinavam escravos, e escravos assassinavam senhores, eram estes factos excepções, que encontravam remedio ou na lei que os punia ou na indignação publica que os reprovava.

E quando por ventura escapassem elles á acção da justiça, pelas circunstancias peculiares do paiz, que tornavam difficil a execução da lei, constituíam por aquelle facto mais um elemento de Victoria para a causa da emancipação á vista dos sentimentos generosos que distinguíam as sociedades do século XIX onde os princípios humanitários sobrebujavam aos interesses de occasião e os altruístas aos egoístas.

As reformas sociaes só se operam por via de progresso, que consiste no desenvolvimentos das idéas para a confecção das leis; e toda a vez que essas não são deduzidas do costume, a reacção opõe-se á acção em prejuízo da ordem social.

Por isso seria difficil precisarmos rigorosamente a transição do estado da escravidão para a servidão; porque muito antes do florescimento do regimen feudal na idade media, já os imperadores romanos Adriano e Antonio tinham estendido a protecção das suas leis ás pessoas das escravas, cuja condição foi sempre melhorando pelos princípios civilizadores que prepararam o grande estado social da idade media, com suas instituições cavalheirescas na defesa dos fracos e na egualdade moral da espécie humana, ate que a revolução franceza de 89 , derrocando os enfeudados castellos e fazendo desaparecer esses privilegios de castas, de raça e de família, envolveu a humanidade em uma só bandeira: liberdade, igualdade e fraternidade.

Pode-se dizer que essa ultima época data o completo desaparecimento da escravidão na Europa.

Mas essa mesma Europa que se libertara de uma instituição odiosa e deshumana, como é a escravidão, estabelecia-a por seu turno, em suas colónias do novo mundo, como seguropenhora da prosperidade dellas e consequência natural da evolução histórica.

Era que a Europa já estava civilisada, suas terras cultivadas e suas fontes de renda desenvolvidas; enquanto o novo mundo ressentia-se da falta desse elementos que constituem a vitalidade de um povo, para um só conjunto social , em vista do progresso humano.

Mas é que a escravidão nas colónias não era a escravidão da metrópole. Aquella participava dos sentimentos generosos de uma civilisação adiantada que viria suavisar em grande parte as dores do escravo pelos princípios morais da humanidade já (?) do novo mundo liberdade sem luta.

N. França Leite.

## **ANEXO 20**

### **19/01/1881- QUESTÕES SOCIAIS - OS ABOLICIONISTAS IV**

A mulher, essa personificação do amor, esse anjo tutellar da família, esse poderoso elemento moral das sociedades, soffreu também o jugo mais atroz da escravidão para satisfazer aos instinctos egoístas dos homens: e só nas lagrimas revelava ella a fraqueza de sua humilhação e nas graças a fortaleza de seu amor. E essas lagrimas e essas graças destruíram thronos, declararam guerras e regeneraram a humanidade.

A ella que fora escrava e ainda o é em alguns paizes, cumpria , pois, abolir a escravidão pelos generosos sentimentos que a distinguem, e isto ella conseguiria só por amor, ora amamentando o escravo com o mesmo leite que amamentara seu proprio filho por considerar ambos innocentes perante Deus e seu coração ora condoendo-se da sorte desgraçada do companheiro dos folguedos infantis daquelle que ella trouxera em suas entranhas para constituil-o reflexo das suas virtudes e a vida de sua vida.

É a mulher destinada para a maternidade em cujo collo só se deverá abrigar a innocencia, não distingue o branco do preto, nem o senhor do escravo e, confundindo nas aras sacrossantas de seu amor materno, os restitue a sociedade regenerados- em homens e em cidadãos.

E não seria uma injuria irrogada aos corações generozos dos brasileiros que pelos opulentos recursos do paiz não conhecem a miseria do lar domestico, se dizer que são elles barbaros para a escravidão e (?) para a pobreza?

Elles que abrem de par em par as portas de sua casa para á caridade, que oferecem o seu leito de dor ao infeliz, o collo da sua esposa á innocencia?

Seria uma injuria contra a qual desde já protestam os precedentes passados e presentes de um povo nobre e elevado de sentimentos como é o povo brasileiro.

Elle que estende a mão – no preto que estreita ao seio o pobre que confunde em um só amor fraternal- as raças?

Não foram esses mesmos sentimentos que os levaram a apresentar medidas abolicionistas, tendentes a extirpar o grande cancro social da escravidão dentro de um período de tempo não muito remoto como a decretação da sabia lei de 28 de setembro, declarando livre o ventre da mulher escrava?

Não foi essa mesma lei consequência de uma evolução social os hábitos e costumes moraes dos senhores de escravos que os libertavam em quantidade e que em seus testamentos os constituíam herdeiros das usa terras, como uma recompensa dos serviços feitos?

O senhor brasileiro nunca considerou o seu escravo um animal , nem methamorphoseando-se em caçador, o foi procurar nas matas ao faro dos cães

Isto só é próprio de outros povos civilizados e entretanto elles esquecem-se do que foram para dizerem-nos barbaros.

O brasileiro não distingue raças. Para elle todas ellas confundem-se nos mesmos sentimentos moraes e ate na mesma egualdade civil e politica. O escravo de hoje será por seus talentos e por suas virtudes igual ao senhor de hontem. E confundidos ambos nas mesmas qualidades de cidadãos collaborarão juntos na grande obra da prosperidade patria.

Não.

Não sejamos nós os primeiros a depreciar as boas qualidades dos brasileiros; nem nos prestemos a constituir nos echo de inverdades extranhas que tendam a desmerecer os nossos brios e a nossa dignidade de homem e de povo civilizado.

Protestemos contra esses elementos estranhos que pretendem cuspir impropérios á face dos sentimentos nacionaes; e violando o sagrado santuário do nosso lar, (?) a paz e baratear-lhe a honra.

O cidadão brasileiro é tão pródigo de nobre sentimentos quanto a sua natureza foi para com elle de immensas riquezas; e a cidadã tão rica de amor e de virtudes quanto o firmamento é de estrelas.

Reconhecemos que a lei de 28 de setembro resente-se de lacunas que com o correr dos tempos ir-se-hão sanando por meio de estudos mais aprofundados da questão e ilustres abolicionistas e não abolicionistas como Luiz Barreto, Campos Salles, Joaquim Nabuco e outros têm apresentados medidas tendentes a melhorar o estado de cousas conciliando os principios de humanidade com os direitos de propriedade.

Seus projectos são dignos de estudo e reflexão da parte dos poderes públicos que não devem esperar convulsões sociaes mas evital-as assim também como aquelles que se põem á testa de uma idea de progresso, devem discutil-a como calma prudência e isenção de animo para moralmente convencerem e não anarchicamente vencerem.

É preciso abolicionistas e não abolicionistas congraçarem se nas mesmas ideas de um fim humanitário e progressivo que concilie os princípios do direito com os preceitos da moral.

As nossas condições sociaes não são as da América do Norte. Esta decretou a total abolição como meio mais político de enfraquecer o seu adversário mais belligerante em proveito da União e a vasta prosperidade daquelle paiz offerecia no trabalho livre na industria um futuro prometedor aos opprimidos escravos.

Deslocar, pois, a questão dos seus verdadeiros princípios humanitários e scientificos para sómente encara-la do ponto de vista, é concorrer de um modo anarchico para retardar a marcha de uma idea evolutiva, despertando ódio e adulterando sentimentos.

A todos os brasileiros cumpre empregar esforços no sentido de que seja ampliada a lei de 28 de setembro com medidas tendentes a aumentar o fundo de emancipação bem como cuidarem dos meios de preparar esses infelizes eivados dos vícios da escravidão para que amanhã possam ser eles recebidos em baptismo de cidadão no altar da pátria e entoando hynnos a liberdade serem nossos irmãos nas mesmas ideas e nos mesmos sentimentos.

N. França Leite







